



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO



AÍLA CRISTHIE DOS SANTOS CARDOSO

A COR DE QUEM ESCREVE NARRA A HISTÓRIA DE QUEM LÊ:

**JORNALISMO NEGRO NO BRASIL, HISTÓRIA E
RELAÇÕES COM OS MOVIMENTOS NEGROS**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

Fevereiro de 2025

Aíla Cristhie dos Santos Cardoso

A cor de quem escreve narra história de quem lê:

Jornalismo negro no Brasil, história e relações com os

Movimentos Negros

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, na linha de pesquisa Cultura, Economia e Políticas da Comunicação.

Orientador(a): Profa. Dra. Valéria Maria Vilas Bôas

Araújo

SÃO CRISTÓVÃO – SE

Fevereiro-2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C268c Cardoso, Aíla Cristhie dos Santos
A cor de quem escreve narra a história de quem lê : jornalismo negro no Brasil, história e relações com os movimentos negros / Aíla Cristhie dos Santos Cardoso ; orientadora Valéria Maria Vilas Bôas Araújo. – São Cristóvão, SE, 2025.
163 f. : il.

Dissertação (mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Comunicação. 2. Imprensa dos negros. 3. Negros na comunicação de massa. 4. Jornalismo – Brasil. 5. Movimento Negro Unificado (Brasil). 6. Movimentos sociais. I. Araújo, Valéria Maria Vilas Bôas, orient. II. Título.

CDU 659.3:070.48(=414)

AGRADECIMENTOS

O mestrado era um sonho para mim antes mesmo de ingressar na universidade, e sou imensamente grata a todos que me permitiram viver esses dois anos. Primeiramente, agradeço à minha espiritualidade, em especial à Iya mi Ọṣun, aos Ibejis e ao Terreiro Filhos de Obá por essa conquista.

Reconheço que nossas vitórias não são individuais, por isso, agradeço à minha mãe, que sempre me incentivou nos estudos, e à minha avó, responsável por cultivar meu amor pelos livros, pela educação e pela história. Dedico esta dissertação a elas, que estão no céu felizes por essa minha realização.

Sou também muito grata ao meu esposo, Ighor, que me apoiou e me acompanhou em tudo o que realizei no mestrado, em todas as minhas angústias e realizações. Sem seu incentivo, não sei se conseguiria, por isso digo que essa conquista também é sua! Também não posso deixar de agradecer ao meu pai e à minha avó paterna, que, mesmo sem entender o significado de um mestrado, me apoiaram e vibraram muito comigo.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Valéria Maria, por todo apoio, incentivo e colaboração. Uma professora maravilhosa, que foi um presente como pessoa e como orientadora. Um exemplo para mim, tanto em sala de aula durante o estágio de docência quanto como pesquisadora e orientadora. Sou grata por tudo e espero que nossas trajetórias sigam juntas.

Agradeço aos grupos de pesquisa dos quais participei, Lavint e Geni, que me ajudaram a produzir e transformar este projeto, especialmente ao Lavint, e suas reuniões dentro e fora da universidade, que fizeram com que essa trajetória do mestrado fosse menos solitária. Sou grata também às disciplinas e aos professores que colaboraram para que eu montasse e remontasse este projeto.

Sou grata também à Banca, composta por Itania Gomes e Phellipy Jácome, pela leitura atenta, pelos comentários e sugestões que reverberam na minha pesquisa desde a qualificação.

Também agradeço a todos meus amigos que estiveram comigo durante essa trajetória, gratidão!

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo incentivo da bolsa, que foi fundamental para a produção desta pesquisa.

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.”

Chimamanda Adichie, O perigo de uma história única.

“O fato é que, enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço da investigação das ciências sociais.”

Lélia Gonzalez, Racismo e sexismo na cultura brasileira.

RESUMO

Esta pesquisa pretende conceituar e caracterizar o “Jornalismo Negro” como uma forma de produzir jornalismo por/para/sobre a população negra, com relações intrínsecas aos movimentos negros no Brasil, sejam elas políticas, discursivas ou culturais. Para análise foram elencados nove jornais negros que representam os discursos político-raciais dos séculos de Jornalismo Negro, além de analisar o currículo dos cursos de jornalismo do país, revisar a história do jornalismo brasileiro e apresentar um mapeamento de cerca de 180 jornais negros ao longo da história do jornalismo do Brasil. O estudo é qualitativo, em que foi utilizada a Análise de Discurso a partir de Michel Foucault (1996) com o fito de compreender quais discursos emergiram, permaneceram, enfraqueceram e retornaram na história do Jornalismo Negro brasileiro. Aliado a esse método, também foi aplicado o Quilombismo baseado em Abdias Nascimento (1980), em que propõe-se compreender este jornalismo como fonte de memória, organização e reivindicação dos movimentos negros brasileiros e, por fim, demonstrá-lo como parte desses movimentos. Como resultado para além da discussão teórica, analítica e conceitual, foram produzidos materiais educativos, como: E-book do Jornalismo Negro no Brasil, proposta de disciplina e orientações para abordagem do Jornalismo Negro como temática interdisciplinar. O propósito da pesquisa é contribuir para os estudos de jornalismo, da história do jornalismo no país e da imprensa negra, bem como combater o epistemicídio (Carneiro, 2005). O objetivo da dissertação também é destacar o silenciamento do Jornalismo Negro e explicitar o controle discursivo da instituição jornalística sobre o que pode ou não ser jornalismo.

Palavras-chaves: Imprensa Negra. Movimento Negro. História do Jornalismo do Brasil. Jornalismo Negro. Estudos de Jornalismo.

ABSTRACT

This research aims to conceptualise and characterise the black press (jornalismo negro) as a way of producing journalism by/for/about the black population, with intrinsic relations to the black movement in Brazil, be they political, discursive or cultural. For the analysis, nine black newspapers were selected as representative of the political-racial discourses of the centenary history of the black press, in Brazil. The research also examines the curriculum of journalism courses in the country, the history of Brazilian journalism and presents a list of some 180 black newspapers in the history of Brazilian journalism. The study is based on a qualitative analysis according to Foucault's (1996) discourse analysis. The aim is to understand which discourses have emerged, remained, faded and returned in the history of the Brazilian black press. In doing so, the research aims to historically underscore the discursive relations between the black press and the black movement in Brazil, to contribute to the study of journalism and the history of journalism in the country, and to combat epistemicide (Carneiro, 2005). The dissertation also highlights the silencing of black journalism and the discursive control of the journalistic institution over what is or is not journalism. Therefore, the research aims to understand this journalism as a source of memory and justification of the Brazilian Black Movement and, finally, to present it as part of such a movement.

Keywords: Black Press. Black Movement. History of Brazilian Journalism. Jornalismo Negro. Journalism studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Boletim da Revolta dos Búzios, edição 00001, p.1, de Agosto de 1798.

Figura 2 - O Homem de Côr, edição 00001, p.1, de 14 de Setembro de 1833.

Figura 3 - O Homem de Côr, edição 00001, p.2, de 14 de Setembro de 1833.

Figura 4 - O Homem - realidade constitucional ou dissolução social, edição 11, p.1, de 23 de março de 1876.

Figura 5 - O Progresso: Orgam dos homens de côr, Edição 1, p.1, de 24 de agosto de 1889.

Figura 6 - A Voz da Raça, Edição 005, p.1, de 15 de abril de 1933.

Figura 7 - Jornal Quilombo, Ed. 001, p.1, de 9 de dezembro de 1948

Figura 8 - Jornal Nêgo: Boletim do Movimento Negro Unificado, Ed. 009, p.1, novembro de 1985

Figura 9 - Jornal NegrAção: Boletim informativo do Afoxé Alafin Oyó Recife, Ed. 001, p.1, de novembro/dezembro de 1988.

Figura 10 - Menu do site do Alma Preta, captura de tela de junho de 2024.

Figura 11 - Capa do E-book Jornalismo Negro no Brasil.

Figura 12 - Minicurso de Jornalismo Negro, UFCG, 2023.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de Jornais Negros na História da Imprensa do Brasil	25
Tabela 2 – Análise quantitativa do epistemicídio nos cursos de Jornalismo das Universidades Federais do Brasil (2023)	61
Tabela 3 _ Lista de jornais negros selecionados para a análise	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANB	Associação dos Negros Brasileiros
CNE	Conselho Nacional de Educação
FNB	Frente Negra Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
PPP	Projeto Político Pedagógico
TEN	Teatro Experimental do Negro

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO 1: O JORNALISMO NEGRO NA HISTÓRIA DO JORNALISMO DO BRASIL	23
1.1 Lista de Jornais Negros na história do Jornalismo do Brasil	23
1.2 Silenciamento do Jornalismo Negro na história do jornalismo do Brasil	44
1.3. O epistemicídio nos currículos da graduação de jornalismo	59
CAPÍTULO 2: POR PERSPECTIVAS PLURAIS DE JORNALISMO: JORNALISMO COMO PRÁTICA E SABER DOS MOVIMENTOS NEGROS	70
2.1. O controle discursivo sobre o que é ou não jornalismo	70
2.2. É jornalismo e também é movimento negro: uma forma de saber e produção jornalística negra	82
2.3 Materiais educativos e propostas pedagógicas sobre o Jornalismo Negro	90
2.3.1 E-book Jornalismo Negro no Brasil	91
2.3.2 Proposta de disciplina sobre Jornalismo Negro no Brasil	92
2.3.3 Orientações para abordagem do Jornalismo Negro como temática interdisciplinar	96
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE DISCURSO DO JORNALISMO NEGRO E SUAS RELAÇÕES COM OS MOVIMENTOS NEGROS	99
3.1 Jornal da Revolta dos Búzios (1798)	104
3.2 O Homem de Cor (1833)	109
3.3 O Homem: realidade constitucional ou dissolução social (1876)	115
3.4 O Progresso (1899)	118
3.5 A Voz da Raça (1933)	123
3.6 Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro (1948-1950)	129
3.7 Nêgo - jornal do Movimento Negro Unificado (1981 - 1996)	132
3.8 NegrAção (1988-1991)	137
3.9 Alma Preta - Jornalismo Preto e Livre (2015 - 2024)	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXOS - MINICURSO DE JORNALISMO NEGRO NO BRASIL	159

INTRODUÇÃO

“Amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria as condições necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação” (Hooks, 2019, p.53).

Este projeto nasce de uma série de incômodos que vivenciei durante a universidade e na graduação de Jornalismo, seja pela discriminação racial, ausência de referências negras em sala de aula e bibliografias e pelas demais vivências de mulher negra que culminaram em que, definitivamente, eu escrevesse primeiro sobre raça. Como ponto de partida para essa escrita, aciono o conceito de “escrevivência” da autora Conceição Evaristo (2020), que é uma forma de escrita diaspórica de mulheres negras com pretensão de contar histórias a partir das nossas vivências e de denunciar o passado injusto. Assim, compreendo a minha história no jornalismo como um território de vivências que fundamentam também a importância de abordar o tema dessa pesquisa, o Jornalismo Negro.

Para iniciar a dissertação, sabia que nada que eu escrevesse academicamente seria suficiente se não falasse o que está preso na garganta de todo estudante negro em uma universidade. Essa escrita, então, surge em torno de histórias não contadas sobre a população afrodescendente e sobre vivências suprimidas. Acredito que nós, pessoas negras, temos um grande trabalho, que está sendo realizado, para mudar esse cenário de silenciamento e de uma história que continua sendo escrita por mãos brancas (Nascimento, 2021). Como Grada Kilomba afirma, possuímos uma “urgente tarefa de descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento” (2020, p.53). Por isso, a escrevivência é fundamental para começar com os objetivos dessa pesquisa pois, conforme Conceição Evaristo relata, essa escrita “não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (2020, p.30).

Em 2018, durante a graduação, fui uma das fundadoras do Coletivo de Estudantes Negros da Universidade Federal de Sergipe, que nomeamos de Beatriz Nascimento, por ser uma sergipana, historiadora, intelectual e militante negra. Uma das nossas ações era questionar a bibliografia e referências que recebíamos na universidade, a fim de combatermos o epistemicídio ¹(Carneiro, 2005). Foi na busca por referências negras, que contassem sobre a nossa história, que conheci os estudos sobre a Imprensa Negra. Me lembro desse dia em que

¹ Um conceito desenvolvido, primeiramente, pelo Sociólogo Boaventura de Sousa Santos e, em seguida, pela Filósofa Sueli Carneiro (2005). Para essa pesquisa, utilizo a definição da autora por concentrar o termo na população afrodescendente.

peguei o livro a “Sociologia do Negro” (Moura, 1988) na biblioteca e achei o capítulo “Imprensa Negra em São Paulo”, naquele momento sabia que tinha me encontrado. Desde então, fiquei cada vez mais interessada por essa temática e me questionava por que ela não estava nos conteúdos em sala de aula, nos componentes curriculares e dentro da constituição do discurso sobre o jornalismo. Esse silenciamento na instituição jornalística será explorado no primeiro capítulo deste estudo.

Para a concepção de silenciamento, aciono a análise do discurso a partir de Michel Foucault (1986; 1996) que estudou os discursos e suas formas de coerção, limitação e exclusão, interligados ao poder. Um exemplo desse silenciamento, encontrado nas análises do capítulo 1, acerca das concepções sobre jornalismo e sua história, foi experienciado por mim durante a graduação. Ao cursar a disciplina de História do Jornalismo no Brasil, não houve citação alguma sobre a Imprensa Negra, mesmo com diretrizes² que obrigam o ensino da História Afro-brasileira e africana nas universidades.

Desse modo, compreendo que essa necessidade do ensino de história afro-brasileira e africana se aplica no curso de jornalismo com a inclusão de conteúdos sobre a história da imprensa negra e acerca das formas que os africanos e afro-brasileiros construíram jornalismo, assim como nas diretrizes curriculares está previsto que os conteúdos devem estar relacionados com a área de ensino:

Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra. Por exemplo: em Medicina, entre outras questões, estudo da anemia falciforme, da problemática da pressão alta; em Matemática, contribuições de raiz africana, identificadas e descritas pela Etno-Matemática; em Filosofia, estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições de filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade (CNE, 2004, p.14).

Aciono, neste estudo, as diretrizes curriculares em referência a lei 10.639³, atual 11.645, para além dos intelectuais que estudam a inclusão dos conhecimentos afro-brasileiros e africanos, devido a importância de vigorar que os conhecimentos sobre a população negra devem estar presentes nas escolas e universidades, segundo a legislação que está vigente há mais de 20 anos. No entanto, infelizmente, ainda é preciso fundamentar a inclusão e importância das práticas e epistemes negras, neste caso o Jornalismo Negro, mesmo depois de

² CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Superior.

³ Inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino (básico, fundamental, médio e superior) a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

muitas lutas dos movimentos negros, estudos e legislações. Um exemplo disso é que, durante as disciplinas da minha graduação em jornalismo, nenhum jornal feito pela população negra e com perspectivas para o povo negro foi abordado em sala de aula. Essa experiência não é isolada do curso de jornalismo no qual me formei, como será exposto no primeiro capítulo. Ademais, é importante salientar que esses jornais não deixam de ser mostrados porque não existem, nessa pesquisa foram elencados cerca de 180 jornais com essas características e que participam da história da imprensa brasileira há cerca de 200 anos.

Para esses jornais utilizo a terminologia de “jornais negros” para enfatizar a produção jornalística realizada pelos negros sobre sua própria população e com foco em pautas raciais. O termo “jornais negros” foi utilizado, primeiramente, por Pedro Barbosa (Ferrara, 1985). Há concepções sobre jornais antirracistas⁴, entretanto, não abarcam os objetos desse estudo que é abordar uma outra concepção de jornalismo a partir da população negra e o silenciamento desta na instituição jornalística hegemônica. A escolha de nomear “negro” e não “antirracista” é por partir de uma perspectiva que a população negra necessita de análises complexas, como afirma Bell Hooks (2019, p.29) e, também, por entender que somos um povo para além do racismo, como confirmava Beatriz Nascimento, “é tempo de falarmos de nós mesmos” (2021, p.48) e não dos problemas de racismo que advém da branquitude⁵. Além disso, os jornais negros partem sempre de uma marcação racial, seja por “homens de cor”, “pessoas de cor”, “pretos”, “pardos”, “negros” que delimitam quem escreve e para quem se destina aquele conteúdo.

Esse silenciamento de conteúdos, que vivenciei durante a graduação, trouxe uma lacuna histórica e jornalística sobre a população afrodescendente. Fui até o Professor da disciplina de História do Jornalismo questionar sobre a ausência desse assunto e, em outra aula, ele dedicou uma parte do tempo para falar sobre a Imprensa Negra, entretanto, a aula partiu de uma perspectiva que observava a Imprensa Negra como “racista” por abordar apenas a população negra. Me apoio nos estudos da bell hooks (2019) para compreender esse acontecimento, em que a autora explica essa noção defensiva:

A visão de homogeneidade cultural que tenta desviar a atenção ou criar desculpas para o impacto opressor e desumanizante da supremacia branca ao sugerir que pessoas negras também são racistas

⁴ Não foi encontrado um conceito sobre o jornalismo antirracista, mas recentes utilizações no Manual de Redação Antirracista do Alma Preta (2023) e na definição do jornal Notícia Preta (Quem somos, 2024).

⁵ Branquitude é um conceito iniciado por Du Bois (1894) mas, nesta pesquisa, utilizo a concepção de Cida Bento, que traz o conceito de pacto da branquitude “um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (2002, p.26)

indica que a cultura permanece ignorante a respeito do que é realmente o racismo e de como ele funciona (hooks, 2019 p.46)

Além disso, esse meu exemplo retrata como o epistemicídio atua não só através do silenciamento, como também “por meio da desvalorização e negação das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana” (Carneiro, 2005, p.324), tal como nos faz questionar essa imparcialidade da ciência e do jornalismo, que têm como bases critérios semelhantes de objetividade e neutralidade. Grada Kilomba explica que “eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder” (2019, p.58).

Stuart Hall (2013) fala sobre a virada decisiva que as questões raciais trouxeram para a agenda dos estudos culturais, incluindo debates de resistência ao racismo, política racial e cultural, destacando a dificuldade de inclusão dessas temáticas como “Um combate interno contra um silêncio retumbante, mas inconsciente” (2013, p.210). Paul Gilroy complementa sobre essa barreira da inclusão das questões raciais no campo acadêmico: “É a luta contínua para tornar os negros percebidos como agentes, como pessoas com capacidade cognitivas e mesmo com uma história intelectual – atributos negados pelo racismo moderno” (2001, p.40).

Então, assim como Bell Hooks relata no capítulo “A teoria como prática libertadora” (2017) que chegou na teoria de forma machucada, encaro esse meu processo vivenciado no jornalismo como uma dor, nas palavras dela “uma imposição de silêncio que ocorre em instituições onde se diz às mulheres negras e de cor que elas não podem ser plenamente ouvidas e escutadas porque seus trabalhos não são suficientemente teóricos” (2017, p.95). Hooks também afirma que a teoria pode ser um lugar de cura e libertação quando a dirigimos para esse fim (2017, p.86), por isso, destino esse trabalho para demonstrar esse silenciamento a partir de estudos, com o intuito de provocar mudanças, ao propor e sistematizar uma concepção de Jornalismo Negro, a partir da sua história, dos movimentos negros e das dezenas de jornais negros encontrados no Brasil.

Depois desse acontecimento, na mesma disciplina, produzi um artigo sobre o Jornalismo Negro no país, a fim de contar, de forma inicial, sua história no século XIX e XX e justificar sua relevância como jornalismo. Após a produção desse artigo, descobri que o Jornalismo Negro não era um assunto do passado e pude conhecer diversos jornais negros atuais. Tive a oportunidade de ser colaboradora de um desses, o *Notícia Preta*, uma experiência fundamental para entender o funcionamento de um jornal negro e a produção de matérias com perspectivas raciais. Por meio dos estudos e da prática, pude me questionar

sobre as diferenças e similaridades desses jornais negros ao longo da história e perceber suas relações com os movimentos negros.

Foram esses e outros questionamentos que me fizeram pensar em por que um assunto tão histórico, acadêmico e jornalístico não estava incluído nas epistemes do jornalismo, em uma disciplina ou ao menos incluso nos componentes curriculares. Essa experiência é que me fortalece para uma prática intelectual que esteja apoiada na transformação do jornalismo. Para isso, me apoio especialmente aos pesquisadores que vieram antes de mim e produziram trabalhos sobre imprensa negra, como Clóvis Moura (1984), Muniz Sodré (1999), Ana Flávia Pinto (2006), Petrônio Domingues (2008), Martha Rosa Queiroz (2011), dentre outros autores que irei citar durante a dissertação e que contribuíram para a conceituação desse modo de produção jornalística.

Com isso em vista, é notável o papel que o jornalismo desempenha na construção de identidades, pensamentos e contextos, como afirma Péricles Diniz (2008, p.11):

A imprensa teve – e certamente mantém até os dias atuais - um papel de grande relevância para a construção de uma identidade nacional, uma vez que o estabelecimento de um projeto de nação moderna passa incontornavelmente pela afirmação da língua vernácula, o que se dá através da educação e da literatura ou da música, mas igualmente do jornalismo, que ainda se responsabiliza pela difusão e a legitimação de lideranças políticas e vultos históricos, intelectuais e artistas, identidades e estigmas. Difusão que ocorre em meio a um processo muitas vezes autoritário, geralmente imposto por um regime de pautas que não diz respeito necessariamente aos interesses públicos, mas sim aos da própria instituição.

Por isso, é fundamental compreender o papel que os jornais hegemônicos⁶ executam na falta de representação de diversos povos e assuntos, a exemplo da população negra. Esse pensamento é confirmado por Valmir Araújo (2019, p.2) ao explicar que “os veículos de comunicação podem contribuir com a compreensão de que indivíduos ou grupos têm sobre determinados assuntos e não seria diferente com as questões raciais”. Além dessa falta de temáticas raciais na produção de conteúdo no jornalismo hegemônico, segundo Muniz Sodré (1998, p.23), “os discursos presentes nos textos jornalísticos, programas de radiodifusão, etc, desempenham um papel central tanto na produção quanto na reprodução do preconceito e do racismo”.

⁶ Conceito de hegemonia utilizado por Stuart Hall analisando Gramsci (2013, p.312) que o entende para além do econômico de uma classe dominante, mas como um bloco histórico. Acrescento o sentido também para hegemonia da branquitude.

Ademais, além dos conteúdos, há pouca representação negra dentro do jornalismo. Segundo o perfil racial da imprensa brasileira realizado pelo Jornalistas&Cia, em 2019, só 20,1% dos jornalistas eram negros (pretos/pardos). Já de acordo com o relatório final da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro de 2021, realizado pela UFSC, o perfil dos jornalistas no Brasil ainda é majoritariamente branco sendo 67,8%, por outro lado, os pardos/as são 20,6% e os pretos/as 9,3%, dentre esses 98% relatam que já sofreram racismo na imprensa no Brasil. Outro mapeamento importante foi realizado em 2023 pelo Gemaa (Grupo de Estudos Multidisciplinar em Ação Afirmativa), o qual constatou que 84% da composição do jornalismo hegemônico brasileiro é branca. Esses dados demonstram uma grande desigualdade racial presente na instituição jornalística, seja pela representatividade das pessoas ou dos temas retratados, visto que, segundo o IBGE, 54% da população do Brasil é negra, ou seja, a maioria populacional do país.

Tendo isso em vista, a historiadora Ana Flávia Pinto (2006) argumenta que “a Imprensa Negra precisava existir para dar visibilidade ao entendimento do Brasil a partir da experiência da maioria”. Assim, como forma de resistir a exclusão da população negra, mesmo em um período escravocrata, em meio a diversas tentativas de silenciamento, a comunicação foi uma estratégia de fortalecimento dos afrodescendentes. Dessa forma, é notório que o Jornalismo Negro no Brasil emergiu com o objetivo de retratar a população afrodescendente silenciada na época, visto que o jornalismo hegemônico do século XIX era marcado pelo silenciamento da população negra em artigos, na qual os negros eram retratados apenas em anúncios de escravos fugidos, compra de escravos e outros absurdos relacionados sempre à escravidão. Estima-se que entre 1808 a 1888 foram publicados cerca de 1 milhão de anúncios de escravizados só no Rio de Janeiro, que na época era a capital do país (Fonseca, 1941), assim, compondo a formação discursiva racista que predominava na época. Alguns desses anúncios podem ser encontrados no: “Correio Paulistano” e “Diário Paulista” em São Paulo, “Jornal do Comércio” e “Diário do Rio de Janeiro” no Rio de Janeiro e, também, em Recife, no “Diário de Pernambuco”, como mostra Gilberto Freyre, em seu livro “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX” (1963).

Desse modo, Clóvis Moura afirma que: “foi a partir da comunicação, transcendendo as limitações criadas pela multiplicidade de línguas, que os africanos começaram a unir-se ante a ‘desgraça comum’” (1994, p.179). Destarte, os negros passaram a criar no país sua escrita e literatura, já que não tinham espaço naquela sociedade, como explica Aguiar, um dos fundadores do jornal *Clarim da Alvorada*, “que esses jornais foram criados exatamente para

desenvolver os literatos negros que não tinham possibilidade de espaço em outros órgãos de comunicação” (Moura, 1994, p.185, apud, Aguiar) e, como afirma Pedro Barbosa, um dos diretores do jornal *A Voz da Raça*, “os jornais negros surgiram porque os negros não tinham sua imprensa, que comunicasse o que queriam fazer, suas reivindicações, coisas que os outros jornais não aceitavam” (Ferrara, 1985, p.199).

O Jornalismo Negro no Brasil, então, se iniciou pela auto-organização e na luta por liberdade e cidadania da população afrodescendente, reivindicações que persistem até a atualidade, em 2024, a partir do Jornalismo Negro e dos Movimentos Negros. O primeiro jornal negro do país foi a partir dos boletins da Revolta dos Búzios (1798), circulados na cidade de Salvador (BA), ainda quando a imprensa e a tipografia não eram autorizadas pelo colonizador. Posteriormente à legalização da imprensa, surgiu o “O Homem de Cor” (1833), fundado pelo editor Paula Brito, no Rio de Janeiro, na Tipografia Fluminense. Já pelo título é visível como o jornal anuncia sobre o tema e a população que irá abordar. “O Governo sendo composto por brancos não deveria ser obedecido pelas classes heterogêneas” (Homem de cor, 1833, n.1, p.2), com esse trecho, na primeira página do jornal, o veículo anuncia outra característica desse jornalismo, que é a luta contra a desigualdade racial.

Assim, surge, no fim do século XVIII, o Jornalismo Negro, mas os estudos sobre esses veículos começam apenas na década de 1950 com Roger Bastide, anterior a esse artigo há apenas uma pesquisa sobre o jornal *A Voz da Raça*, de Virgínia Bicudo, em 1947. Em seguida, outros autores cunham concepções acerca da imprensa negra. Bastide (1951, p.134) entende que a Imprensa Negra nasceu do sentimento “de que o preto não é tratado em pé de igualdade com o branco; sua primeira tarefa será, pois, ser um órgão de protesto”; posteriormente, Miriam Ferrara compreende como “jornais produzidos por negros e para negros em São Paulo e outros estados do Brasil” (1985, p.198); já Muniz Sodré (1999, p.241) afirma que “a imprensa negra reflete os protestos e as esperanças dos descendentes de africanos”; Maria Silva (2003, p.114) identifica a imprensa negra como “um conjunto de jornais com o intuito de reivindicar direitos, articular os negros e desenvolver a consciência negra”; José Antônio dos Santos (2008, p.3), entende como: “O conjunto dos jornais que foram publicados, a partir do século XIX, com a intenção de criar meios de comunicação, educação e protesto para os leitores aos quais se dirigia”; Ana Flávia Pinto (2006) parte de uma perspectiva de que “são os jornais que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil” e Valmir Texeira Araújo conceitua a imprensa negra como,

Veículos de comunicação especializados na temática racial, na luta contra o racismo, comprometidos com a construção de narrativas negras sobre os diversos assuntos (economia, política, esportes, cultura, dentre outros). A imprensa negra tende a se diferenciar da tradicional não apenas por produzir mais conteúdos (proporcionalmente) sobre a questão racial, mas por destacar o protagonismo negro nas diversas questões vivenciadas pela sociedade. (2019, p.213)

Essas concepções trazem aspectos importantes dos jornais negros e contribuem para a construção da história do Jornalismo Negro no Brasil, entretanto, a fim de abarcar os jornais negros no século XVIII, XIX, XX e XXI e sistematiza-los como um jornalismo específico e silenciado pela instituição jornalística, aqui irei utilizar a terminologia “Jornalismo Negro”. Nesta pesquisa, opto por utilizar essa definição, uma vez que entendo que, apesar do termo “Imprensa” ser um vocábulo do jornalismo, ele tem um significado que pode abranger somente jornais impressos. Assim, através do levantamento de jornais negros, presentes na tabela 1, compreendo que não se trata somente de jornais com formato impresso, pois há jornais negros digitais, haja vista o site *Mundo Negro* e a *Revista Afirmativa*, como também audiovisuais, a exemplo da *TV quilombo* e *Afro Tv Brasil*, além dos sonoros, por exemplo, o *podcast Papo Preto*. Outrossim, é importante pontuar que esse modo de fazer jornalismo desestabiliza formatos convencionais de produção, por exemplo, o *jornal da Revolta dos Búzios*.

A terminologia “imprensa” também refere-se a um conjunto de jornais, mas o tensionamento que trago na pesquisa atua em torno do jornalismo, como um campo de práticas e conhecimentos. Carlos Carvalho, em seu livro “O jornalismo, ator social, colonizado e colonizador” define por que utilizar jornalismo e não jornal, valho-me desse argumento também para justificar a escolha por jornalismo, “meus esforços têm se dirigido ao jornalismo como um complexo fenômeno político, cultural, econômico, ideológico e comportamental, extrapolando a materialidade física e simbólica do jornal” (2023, p.24-25).

Além disso, essa é uma forma de jornalismo com práticas em comum há cerca de 200 anos, destarte, não deve ser enxergada como um exercício do passado, fruto apenas de pesquisas memorialistas. Uma hipótese que exploro nesta pesquisa é que a não definição desses jornais como jornalismo contribui para que não haja disciplinas com essa temática, poucos estudos acadêmicos na área, não caracterização ou retratação deste jornalismo nos livros de história do jornalismo brasileiro e, praticamente, nenhuma adesão nos componentes curriculares do curso de Jornalismo no país, tema que será abordado no primeiro capítulo.

A partir das referências bibliográficas acerca do Jornalismo Negro, observo que os estudos sobre a Imprensa Negra são realizados, em sua maioria, por historiadores, pois é comum o uso de jornais como fonte histórica de uma determinada época. Assim, o jornal cumpre um papel importante de documento e registro histórico. Entretanto, nesta pesquisa o interesse não é apenas contar a história do Jornalismo Negro no Brasil e sua relação com os movimentos negros, como também caracterizar, por meio dos jornais e dessa história, um modo de fazer jornalismo.

Como ponto de partida, entendo que o Jornalismo Negro possui círculos de continuidade, por exemplo, o *Alma Preta*, a *Revista Menelick* e o *Notícia Preta*, consideram-se como continuadores dessa imprensa negra. Do mesmo modo que opto por não denominar como “imprensa negra”, por ser excludente com os diversos formatos e por não se tratar do jornalismo como instituição, cultura e conhecimento, decido por não utilizar a terminologia “mídias negras”. Essa escolha ocorre, pois o uso dessa terminologia também exclui os jornais negros do século XVIII, XIX, XX, entendendo que os jornais negros do séc. XXI não inventaram esse modo de produzir jornalismo, já que há toda uma história desse saber e modo de produção.

Diante disso, entendo que os jornais negros possuem características próprias desse modo de fazer jornalismo, que vão para além da composição das redações por pessoas negras, haja vista importam os discursos político-raciais, suas fontes, linguagens e como são pautados os assuntos. Nesta pesquisa, são aprofundados os jornais negros que estão interligados a territórios/instituições políticas e culturais dos movimentos negros. Além disso, interessa o modo organizativo de como a população negra encontrou o jornal como uma ferramenta de expressão das suas reivindicações, pensamentos e fundamentou seu modo próprio de pensar o jornalismo.

Assim, Jornalismo Negro é uma forma diversa de fazer jornalismo, o qual tem suas linguagens e modos específicos de produção jornalística. Por isso é que se fundamenta a necessidade de nomear esse campo de estudos, para que ele seja estudado e não esquecido. Desse modo, busco utilizar a terminologia “jornalismo negro”, porém, inicialmente, opto por não trazer uma definição a risca sobre o que seria esse jornalismo, além de ser um jornalismo produzido por/para/sobre a população negra, pois, nos capítulos, será analisado como esse Jornalismo Negro tem sido ao longo da sua história.

A partir do levantamento dos jornais negros, das referências bibliográficas de imprensa negra e da minha própria vivência como jornalista negra, pude identificar também

que, majoritariamente, esses jornais possuem relação com os movimentos negros, seja pela ligação territorial, comunitária e/ou institucional, como também pelas pautas, matérias, editorias e colunas dos jornais. Essa relação dos jornais negros com os movimentos negros também é verificado no Mapeamento da Mídia Negra no Brasil (Fopir, 2020, p. 17). José Antônio dos Santos (2008) também explica essa relação de organização da população negra como uma das razões de criação da imprensa negra brasileira:

Desde a formação dos quilombos, caixas de alforria, irmandades religiosas e confrarias, corporações e comunidades de terreiro, entidades carnavalescas e beneficentes, clubes de recreação e educação, as comunidades negras sempre se organizaram visando à integração na nação que se formava (2008, p. 6).

Para retratar os caminhos que o Jornalismo Negro e os Movimentos Negros têm traçado ao longo da História do Jornalismo brasileiro, serão observadas as formações discursivas e suas contextualizações histórico-raciais. Isto posto, pretendo analisá-lo segundo uma abordagem qualitativa, com a Análise de Discurso a partir de Michel Foucault, em que enxerga o discurso como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (1986, p.43). Procura-se também entender as forças coercitivas do discurso: “as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias, as que selecionam os sujeitos que as falam”. (Foucault, p.37, 1986). Assim, há o objetivo de compreender como essas coerções do discurso atuam dentro da história e atuação do Jornalismo Negro.

Entendo que as coerções dos discursos raciais no Jornalismo Negro não ocorrem apenas pelos silenciamentos de temáticas, mas também por conta do racismo estrutural no país que afeta a manutenção desses jornais. O Jornalismo Negro do século XVIII foi silenciado por defender a abolição e a igualdade, os jornais negros dos séculos XIX e XX também foram sucateados com o tempo por falta de condições econômicas para a manutenção como afirma Bastide (1951), visto que a população negra no país era, e ainda é, a mais vulnerável, segundo o informativo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil"⁷ divulgado pelo IBGE (2021). No século XXI, essa história não se modificou, apesar do crescimento de jornais negros na internet, grande parte desses jornais dependem de recursos próprios, publicidade, voluntariado e editais, de acordo com o Mapeamento da Mídia Negra

⁷Disponível

em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>.

no Brasil (Fopir, 2020).

Além da Análise de Discurso, aciono como metodologia o *Quilombismo* de Abdias Nascimento (1980), pois entendo a “urgente necessidade do negro brasileiro em recuperar a sua memória” (1980, p.247). Desse modo, o esforço de contar a história do Jornalismo Negro no Brasil vem de um propósito de reconstrução da memória das reivindicações negro brasileiras. O quilombismo é um conceito baseado nas sociedades quilombolas do Brasil, sejam elas os quilombos territoriais ou toda ação de mobilização e associação da comunidade negra no país, para o autor “o modelo quilombista atua como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV” (1980, p.256). Tendo isso em vista, compreendo que as relações intrínsecas do Jornalismo Negro aos movimentos negros, e a criação de jornais por/para/sobre a população negra advém de uma visão quilombista da sociedade, fundamental para análise da história desse jornalismo.

Acerca das concepções de Movimento Negro, na pesquisa serão utilizadas as definições de teóricos do movimento negro brasileiro, como Abdias Nascimento (1978), Rufino dos Santos (1985), Petrônio Domingues (2007) e Beatriz Nascimento (2018), entre outros. É importante salientar que tais estudos sobre o Movimento Negro concentram-se na perspectiva que ele é iniciado a partir do fim do século XIX, pós-abolição da escravidão. Dessa forma, nessa pesquisa reúno esse pensamento e acrescento a visão de que movimentos dos negros no Brasil existem desde a chegada do africano no país, com a formação dos quilombos, revoltas, candomblés, sambas, capoeiras, associações e, inclusive, com os jornais negros.

Como em toda pesquisa o racismo será pautado, visto que é uma das grandes questões do Jornalismo Negro, escureço os conceitos que entram de acordo com a abordagem do estudo. Emprego a definição de racismo estrutural, por analisar que ele funciona nas esferas individuais e institucionais, conceituada por Silvio de Almeida (2018, p.38) que afirma que:

Racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção(...). Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Para além dessa marcação importante, é necessário considerar que o racismo é um

valor cultural que existe muito antes da invasão dos europeus na África e nas Américas, desde a discriminação racial dos povos africanos há cerca de 4 mil anos, como afirma Carlos Moore (2007,p.51). Esse entendimento é fundamental, inclusive, para definir a lógica do tempo utilizada e as perspectivas de transformação.

Os jornais negros selecionados para análise são: “Jornal da Revolta dos Búzios” de 1798, “O Homem de Cor” de 1833, “O Homem e a realidade constitucional” de 1876, “O Progresso” 1899, “A Voz da Raça” de 1933, “O Quilombo” de 1948, “Nêgo” de 1981, “Negração” de 1988 e “Alma Preta Jornalismo” de 2015. Devido à dimensão da pesquisa e à existência de uma quantidade expressiva de jornais negros, foram escolhidos esses jornais de acordo com a temporalidade, contexto histórico, discursos raciais e aproximação dos movimentos negros, assim como a partir de uma mudança no discurso, em formatos de movimento e com critérios regionais. Apesar da análise ter a pretensão de ser realizada nos nove jornais selecionados, não exclui a possibilidade de elencar outros, como será mostrado uma lista de jornais negros na história da imprensa do país no primeiro capítulo. Isto posto, a coleta desse material será realizada através dos arquivos da Hemeroteca Digital Brasileira, Projeto Negritos,⁸ pesquisas acadêmicas já realizadas e sites dos jornais. A análise será realizada com foco nas relações com os discursos dos movimentos negros e do contexto histórico-racial a partir da leitura dos jornais e seus enunciados.

Para entender os contextos e discursos do Jornalismo Negro e dos Movimentos Negros, é preciso visualizar que os discursos não seguem uma linha temporal linear, a qual é uma forma de enxergar o tempo na perspectiva progressista do ocidente, como afirma Leda Martins (2021), por isso, aciono a perspectiva da autora para observar o tempo por uma visão afro-brasileira, de forma espiralar (Martins, 2021), que mais se adéqua a esta pesquisa. A partir desses saberes ancestrais, as temporalidades serão pensadas em suas diversas dimensões, ao conectar o passado, presente e futuro. Assim, considero essas temporalidades de maneira a entender as formações discursivas que emergem, se repetem, que continuam e que findaram. Compreendo que a história pode ser modificada, pois o passado não é único e não está fixo, com uma revisão crítica à historiografia oficial do jornalismo no Brasil e às epistemologias que já estão postas sobre o que se caracteriza jornalismo.

Em síntese, esta dissertação está dividida em 3 capítulos: o primeiro capítulo tem uma base analítica e teórica em que o objetivo será apresentar uma lista de jornais negros ao longo da história do jornalismo no Brasil, como também o silenciamento do Jornalismo Negro na

⁸ Projeto que atua na digitalização e divulgação da imprensa negra no Nordeste. Disponível em: <https://negritos.com.br/>

história do jornalismo brasileiro e, por fim, será analisado o epistemicídio nos currículos do curso de jornalismo no país. No segundo capítulo, serão elencadas perspectivas que questionam um jornalismo singular, objetivo e apoiado em epistemologias colonizadoras, a fim de tensionar por um saber e uma prática jornalística negra intrínseca aos movimentos negros. No final do segundo capítulo, foram destacados materiais educativos e propostas pedagógicas acerca do Jornalismo Negro: E-book sobre a história do Jornalismo Negro no Brasil, com o intuito de servir como material didático sobre o tema; proposta de disciplina sobre Jornalismo Negro no Brasil e orientações para abordagem do Jornalismo Negro como temática interdisciplinar.

Finalmente, no último capítulo, será realizada a análise do Jornalismo Negro e sua relação com os movimentos negros ao longo da história desse jornalismo, a partir dos nove jornais negros selecionados, com o intuito de identificar seus discursos raciais, relações com os movimentos negros e caracterizar esse modo específico de produzir jornalismo.

Em síntese, o Jornalismo Negro brasileiro em sua história passou e passa por diversas exclusões, as principais delas a escravidão e o racismo, entretanto, também tiveram períodos de censura que afetaram os jornais negros como, a Ditadura do Estado Novo e a Ditadura Civil Militar. Apesar de todas as dificuldades, esse jornalismo se manteve vivo ao contar suas histórias da perspectiva da maioria da população brasileira - os negros. Dessa forma, com esse estudo pretende-se reivindicar uma forma de jornalismo que tem sido silenciada pela academia, ao provocar mudanças e inclusões em uma epistemologia do jornalismo que já está posta e apoiada em perspectivas da branquitude, da colonialidade e da hegemonia. Tendo em vista que, para mantê-la, os conhecimentos da população negra foram e continuam sendo silenciados. Por isso, é primordial ir além do falar sobre racismo, visto que a população afrodescendente não existe por causa do racismo e nem é a causa dele, é preciso pautar seus conhecimentos, trajetórias e histórias. Por fim, entendo esse jornalismo não só em sua função de jornal, mas em seu papel de memória, organização e reivindicação dos movimentos negros no Brasil.

CAPÍTULO 1: O JORNALISMO NEGRO NA HISTÓRIA DO JORNALISMO DO BRASIL

Este capítulo foi estruturado em três seções, a primeira parte foi realizado um levantamento de jornais negros na história do jornalismo no país, a fim de demonstrar através dos dados e dos arquivos a existência desses jornais em toda história do jornalismo do país. Em seguida, parte-se para uma abordagem de demonstração do silenciamento do Jornalismo Negro no Brasil, por meio dos livros de história da imprensa e do jornalismo brasileiro, como também de congressos científicos de jornalismo no país. Na terceira parte, iremos para a aplicação desse conhecimento nas graduações de jornalismo e para um questionamento: Mesmo com leis que determinem o ensino da história afro-brasileira, o curso de jornalismo no Brasil tem ensinado sobre Jornalismo Negro e imprensa negra? Com isso, o propósito deste capítulo está para além de demonstrar e criticar o silenciamento do Jornalismo Negro, mas de disputar uma transformação nos estudos de jornalismo e tensionar sobre a importância de perspectivas plurais para o ensino. Assim, por meio dessas discussões, objetivo tensionar sobre a importância do reconhecimento de um saber e prática jornalística negra.

1.1 Lista de Jornais Negros na história do Jornalismo do Brasil

Para melhor introduzir o Jornalismo Negro nessa pesquisa, foi realizado um levantamento dos jornais negros ao longo da história do jornalismo do Brasil, que está disponível na Tabela 1. Contudo, é preciso destacar que tal coleta depende da localização de arquivos dos jornais, assim, considero que o número de jornais negros pode ser ainda maior que o encontrado, pois há uma defasagem nos arquivos da população negra no país, como também compreendo as dificuldades de divulgação dos jornais negros digitais no século XXI, que são exploradas no Mapeamento da Mídia Negra (Fopir, 2020). Além disso, há a possibilidade de não ter encontrado pesquisas ou arquivos que se enquadrem no que aqui se entende como Jornalismo Negro. Para seleção do que seria esse jornalismo parto do ponto de vista já elencado, de que são jornais produzidos por/para/sobre a população negra, como também compreendo os jornais definidos como imprensa negra por outras pesquisas do campo.

A tabela 1 está dividida em número, nome do jornal, século, período, estado, cidade, edições encontradas e fontes, que optei por distribuir em fonte primária e secundária. Essa divisão significa que, fonte primária são todos os jornais em que seus arquivos e sites estão

disponíveis digitalmente e eu tive a oportunidade de ler e analisar; fontes secundárias foram os jornais em que não foram encontrados os arquivos de forma digital, mas são citados em outras pesquisas sobre imprensa negra. Desse modo, parto de uma visão de não excluir os jornais negros que são citados em outras pesquisas mas que não pude visualizar os arquivos.

O objetivo desse levantamento é fundamentar, em números e abrangências, o Jornalismo Negro no Brasil, a fim de oferecer uma amostra geral desses jornais negros na história do jornalismo do país. Portanto, esse mapeamento é uma forma de reparar historicamente o silenciamento sobre o Jornalismo Negro no país. Bem como, um modo de transmissão das reivindicações negras que existem, em arquivo, há mais de 200 anos no Brasil.

A coleta foi distribuída com o intuito de mapear e sistematizar os jornais negros, a fim de colaborar para o estudo da história desse jornalismo e, também, tensionar sobre a necessidade de um arquivo conjunto do Jornalismo Negro brasileiro. Ao todo foram encontrados 185 jornais negros, desde 1798 até 2024, estimo que esse número é ainda maior. Abaixo encontra-se a tabela 1, optei por não colocá-la em anexo mesmo sendo uma tabela grande, visto que ela é um resultado importante dessa pesquisa, pois não há no Brasil um levantamento em conjunto desses jornais negros ao longo da sua história no país, bem como existe, infelizmente, um não-reconhecimento e uma redução desses jornais e sua história.

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
1	Jornal da Revolta dos Búzios	XVIII	1798	BA	Salvador	12	Arquivo Público da Bahia	-
2	O Homem de Cor ou O Mulato	XIX	1833	RJ	Rio de Janeiro	6	Hemeroteca Digital Brasileira	-
3	O Cabrito	XIX	1833	RJ	Rio de Janeiro	2	Hemeroteca Digital Brasileira	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
4	O Lafuente	XIX	1833	RJ	Rio de Janeiro	1	Hemeroteca Digital Brasileira	-
5	O Brasileiro Pardo	XIX	1833	RJ	Rio de Janeiro	1	Hemeroteca Digital Brasileira	-
6	Crioulinho	XIX	1833	RJ	Rio de Janeiro	-	-	A Imprensa Negra no Brasil do Século XIX (Pinto, 2006)
7	Crioulo	XIX	1833	RJ	Rio de Janeiro	-	-	A Imprensa Negra no Brasil do Século XIX (Pinto, 2006)
8	O Homem: realidade constitucional ou dissolução social	XIX	1876	PE	Recife	2	Hemeroteca Digital Brasileira	-
9	O Abolicionista	XIX	1880-1881	RJ	Rio de Janeiro	14	Hemeroteca Digital Brasileira	-
10	A voz do escravo	XIX	1881	RS	Pelotas	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
11	O Ethiópico	XIX	1886	RS	Pelotas	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
12	O Judas	XIX	1886	RS	Porto Alegre	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
13	A Tesoura	XIX	1891;1924	RS	Porto Alegre	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
14	O Exemplo	XIX	1893 - 1919	RS	Porto Alegre	19	Hemeroteca Digital Brasileira	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
15	A Pátria - Orgam dos Homens de Cor	XIX	1889 -1902	SP	São Paulo	5	Hemeroteca Digital Brasileira	-
16	O Progresso	XIX	1899	SP	São Paulo	1	Hemeroteca Digital Brasileira	-
17	O Baluarte	XX	1903-19 04	SP	Campina s	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
18	A Cruzada	XX	1905	RS	Pelotas	-	-	Pedroso;Lima;Oliv eira, 2022
19	A Alvorada	XX	1907-19 65	RS	Pelotas	2	Acervo da Cultura Afro-brasileir a - Imprensa Negra do Rio Grande do Sul	-
20	Rio Branco	XX	1913	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliv eira, 2022
21	O imparcial	XX	1916	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliv eira, 2022
22	A Rua	XX	1916	SP	São Paulo	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
23	O Xauter	XX	1916	-	-	-	-	A Imprensa Negra no Brasil do Século XIX (Pinto, 2006)

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
24	O Menelick	XX	1915-1917	SP	São Paulo	4	Hemeroteca Digital Brasileira	-
25	A Hora	XX	1917-1934	RS	-	-	Acervo da Cultura Afro-brasileira - Imprensa Negra do Rio Grande do Sul	-
26	O Alfinete	XX	1918 - 1921	SP	São Paulo	8	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
27	O Bandeirante	XX	1918-1919	SP	São Paulo	2	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
28	A Liberdade	XX	1919-1920	SP	São Paulo	13	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
29	A Liberdade	XX	1919	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
30	Rebate	XX	1919	RS	Santa Maria	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
31	A Sentinella	XX	1920	SP	São Paulo	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
32	A Defeza	XX	1920	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
33	O Carteiro	XX	1921	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
34	O Succo	XX	1921	RS	Santa Maria	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
35	O Palmeira	XX	1922	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
36	O Kosmos	XX	1922	-	-	-	-	A Imprensa Negra no Brasil do Século XIX (Pinto, 2006)
37	O Getulino	XX	1923-1926	SP	Campinas	64	Hemeroteca Digital Brasileira	-
38	Elite	XX	1924	SP	São Paulo	3	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
39	O Rouxinol	XX	1924	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
40	A Revolta	XX	1925	RS	Bagé	1	Acervo da Cultura Afro-brasileira - Imprensa Negra do Rio Grande do Sul	-
41	O Vergalho	XX	1925	RS	Rio Pardo	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
42	O Clarim da alvorada	XX	1924-1932	SP	São Paulo	20	Acervo da Imprensa Negra	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
							Paulista - USP	
43	Cruzeiro do Sul	XX	1926	RS	Porto Alegre	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
44	O Pharol	XX	1926	RS	Júlio de Castilhos	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
45	O Astro	XX	1927	RS	Cachoeira do Sul	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
46	Auriverde	XX	1928	SP	São Paulo	4	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
47	O Teimoso	XX	1928	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
48	O Patrocínio	XX	1928	-	-	-	-	A Imprensa Negra no Brasil do Século XIX (Pinto, 2006)
49	Progresso	XX	1928-1931	SP	São Paulo	24	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
50	O Boato	XX	1929	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
51	A Navalha	XX	1931	RS	Santana do Livramento	1	Acervo da Cultura Afro-brasileira - Imprensa Negra do Rio Grande do Sul	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
52	Chibata	XX	1932	SP	São Paulo	2	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
53	A Voz da Raça	XX	1933-1937	SP	São Paulo	70	Hemeroteca Digital Brasileira	-
54	Evolução	XX	1933	SP	São Paulo	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
55	Lampeão	XX	1934	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
56	A raça	XX	1935	MG	Uberlândia	2	Hemeroteca Digital Brasileira	-
57	O Clarim	XX	1935	SP	São Paulo	2	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
58	O Estímulo	XX	1935	SP	São Carlos	3	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
59	Tribuna Negra	XX	1935	SP	São Paulo	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
60	O Arauto	XX	1936	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
61	Correio Elegante	XX	1936	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
62	Socega Leão	XX	1937	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
63	O 28 de Setembro	XX	1937	RS	Bagé	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
64	Revista Senzala	XX	1946	SP	São Paulo	2	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
65	O Novo Horizonte	XX	1946 - 1961	SP	São Paulo	5	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
66	Alvorada	XX	1947-1948	SP	São Paulo	9	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
67	União	XX	1948	PR	Curitiba	2		Miriam Ferrara (1985)
68	Quilombo	XX	1948-1950	RJ	Rio de Janeiro	10	https://www.ojornalquilombo.com.br/	-
69	Mundo Novo	XX	1950	SP	São Paulo	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
70	Cruzada Cultural	XX	1950	SP	São Paulo	1	Arquivo Público de São Paulo	-
71	A voz da negritude	XX	1953	RJ	Nitéroi	1	Hemeroteca Digital Brasileira	-
72	Notícias de Ébano	XX	1957	SP	Santos	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
73	O Mutirão	XX	1958	SP	São Paulo	2	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
74	Progresso	XX	1960	SP	São Paulo	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
75	Niger	XX	1960	-	-	-	-	A Imprensa Negra no Brasil do Século XIX (Pinto, 2006)
76	Hífen	XX	1960-1962	SP	São Paulo	8	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
77	Nosso jornal	XX	1961	SP	Piracicaba	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
78	Monarquia	XX	1961	SP	São Paulo	-	-	Domingues, 2018
79	Correio D'Ébano	XX	1963	SP	São Paulo	1	Acervo da Imprensa Negra Paulista - USP	-
80	A Voz do 13	XX	1965	RS	Santa Maria	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
81	Árvore das Palavras	XX	1974	SP	São Paulo	-	-	Domingues, 2018
82	O Quadro	XX	1974	SP	São Paulo	-	-	Domingues, 2018
83	Biluga	XX	1974	SP	São Caetano	-	-	Domingues, 2018
84	Nagô	XX	1975	SP	São Carlos	-	-	Domingues, 2018
85	Boletim IPCN	XX	1976	RJ	-	-	-	Domingues, 2018
86	Sinba	XX	1977-1980	RJ	Rio de Janeiro	5	Projeto Negritos	-
87	Objetivo	XX	1977	MG	Uberaba	-	-	Domingues, 2018
88	Brasil-África	XX	1977	SP	-	-	-	Domingues, 2018
89	Negrice	XX	1977	SP	-	-	-	Domingues, 2018
90	Jornegro	XX	1978	SP	São Paulo	3	Projeto Negritos	-
91	O Tição	XX	1978	RS	Porto Alegre	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
92	Abertura	XX	1978	SP	-	-	-	Domingues, 2018
93	O Saci	XX	1978	SP	-	-	-	Domingues, 2018

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
94	Tição	XX	1978-1980	RS	Porto Alegre	3	-	Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro (Rosa, 2014)
95	O Saci	XX	1979	SP	-	-	-	Domingues, 2018
96	Vissungo	XXX	1979	SP	-	-	-	Domingues, 2018
97	O Tambu	XX	1980	SP	Sorocaba	-	-	Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil (1988)
98	Revista MNU	XX	1980	SP	-	-	-	Domingues, 2018
99	Ébano	XX	1981	SP	São Paulo	1	Acervo Biblioteca Nacional	-
100	A Voz do Negro	XX	1981	MG	Belo Horizonte	-	-	Domingues, 2018
101	Nêgo - Jornal Nacional do MNU	XX	1981-1993	BA	Salvador	22	Projeto Negritos	-
102	Angola	XX	1981-1989	PE	Recife	6	Projeto Negritos	-
103	Africus	XX	1982	RJ	Rio de Janeiro	-	-	Mapeamento de Mídia Negra 2019 (FOPIR)
104	Folhetim do Zaire	XX	1982	RS	Porto Alegre	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
105	Zumbido	XX	1982	MA	São Luís	-	-	Domingues, 2018
106	Frente Negra	XX	1982	RJ	Rio de Janeiro	-	-	Domingues, 2018

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
107	Jornal do Conselho da Comunidade Negra	XX	1984	SP	São Paulo	7	Disponível em: https://acafrararas.wordpress.com/2016/07/12/cap-i-cpdensp-1984-a-1993-imprensacomunicacaodesenvolvimento-atraves-dostempos-acafroacervo/	-
108	Jornal da Comunidade Negra	XX	1985	SP	São Paulo	-	-	Domingues, 2018
109	Afrobrasil	XX	1985	BA	Salvador	1	-	Os jornais negros de Salvador na década de 1980 (Salomão, 2013)
110	Êlemi	XX	1985 - 1994	BA	Salvador	3	Projeto Negritos	
111	Nzinga Informativo	XX	1985 - 1989	RJ	Rio de Janeiro	5	-	Nzinga Informativo (Rios e Freitas, 2018)
112	Chama Negra	XX	1986	SP	São Paulo	1	http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PCHANSP071986000.pdf	-
113	Akomabu	XX	1986	MA	São Luís	-	-	Silvia Leite, 1987

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
114	A Voz da Raça	XX	1986	RS	Júlio de Castilhos	-	-	Pedroso;Lima;Oliveira, 2022
115	Negritude	XX-XI	1986-2002	PE	Recife	13	Projeto Negritos	-
116	Boletim do Centenário	XX	1987	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
117	Maioria Falante	XX	1987-1996	BA	Nacional	2	Projeto Negritos	-
118	Atualidade Angolana	XX	1987	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
119	.I Encontro Nacional de Mulheres Negras	XX	1988	RJ	Valença	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
120	NegrAção	XX	1988-1991	PE	Olinda	4	Projeto Negritos	-
121	Geledés	XX-XI	1988 - atual	SP	São Paulo	Portal online ativo	https://www.geledes.org.br/	-
122	Chico Rei	XX	1989	MG	Poço Caldas (MG)	1	-	Prado e Silva, 2015
123	Boletim do Grupo de	XX	1991	MA	São Luís	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
	Mulheres Mãe Andresa							Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
124	Djumbay	XX	1991-1997	PE	Recife	20	Projeto Negritos	-
125	O Mondo	XX	1992	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
126	Boletim do Núcleo de Consciência Negra da USP	XX	1993	SP	São Paulo	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
127	Boletim Informativo MNU-SP	XX	1993	SP	São Paulo	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
128	Afroreggae	XX	1993	RJ	Rio de Janeiro	-	https://afroreggae.org/sobre/	-
129	Omnira	XX	1993-1994	PE	Recife	5	Projeto Negritos	-
130	Áfricas Gerais	XX	1995	MG	Belo Horizonte	2	Arquivo Público de São Paulo	-
131	A Quilombola	XX	1995	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
132	Abibiman	XX-XI	1995-2008	PE	Arco Verde	152	Projeto Negritos	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
133	Educação Afro	XX	1995-2000	SC	Florianópolis	4	Hemeroteca Digital Brasileira	-
134	irohín	XX - XXI	1995-2010	DF	Brasília	4	Biblioteca Virtual Consuelo Podé	-
135	Revista Raça	XX - XXI	1996 - atual	SP	São Paulo	Portal online ativo	https://revista.raca.com.br/	-
136	Jornal Takada	XX	1996	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
137	Nâgo	XX	1997	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
138	Visual Cabelos Crespos	XX	1997	SP	São Paulo	-	-	O Menelik Segundo Ato, 2011
139	Agito Geral	XX	1997	SP	São Paulo	-	-	O Menelik Segundo Ato, 2011
140	Nega Massa	XX	1998	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
141	Negro 100 Por Cento	XX	1998	SP	São Paulo	-	-	O Menelik Segundo Ato, 2011
142	Rap Brasil	XX	1999	SP	São Paulo	-	-	O Menelik Segundo Ato, 2011

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
143	Axé	XX	1999	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
144	Informa Negro	XX	1999	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
145	Informe Nordeste	XX	1999	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
146	Informativo Tribunal Internacional	XXI	2000	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
147	Revista Planeta Hiphop	XXI	2000	SP	São Paulo	-	-	O Menelik Segundo Ato, 2011
148	Jornal Identidades - Informativo da Casa de Cultura Afro-Sergipana	XXI	2001	SE	Aracaju	-	-	O movimento negro sergipano da década de 1990 (Dantas, 2003)
149	Mundo Negro	XXI	2001 - atual	SP	São Paulo	Portal online ativo	https://mundonegro.inf.br/	-
150	Sorriso Negro	XXI	2002	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
151	Bolsa do Consumidor Hip-Hop	XXI	2002	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
152	Jornal do Quilombo	XXI	2002	SE	Aracaju	-	-	O movimento negro sergipano da década de 1990 (Dantas, 2003)
153	Informativo Coletivo de Mulheres MNU-RS	XXI	2002	RS	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
154	Negra Voz	XXI	2002	-	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
155	Instituto Búzios	XXI	2004 - atual	BA	Salvador	Portal online ativo	https://www.institutobuzios.org.br/	-
156	CMA HIP-HOP, Comunicação, Militância e Atitude Hip-Hop	XXI	2005 - atual	BA	-	-	-	Mapeamento de mídia negra, 2019 (FOPIR)
157	Revista Elementos	XXI	2007	SP	São Paulo	-	-	O Menelik Segundo Ato, 2011
158	Afropress	XXI	2007 - atual	SP	ABC Paulista	Portal online ativo	https://www.afropress.com/	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
159	Correio Nagô	XXI	2008 - atual	BA	Salvador	Portal online ativo	https://correionago.com.br/	-
160	Portal Africas	XXI	2008 - atual	SP	São Paulo	Portal online ativo	https://www.africas.com.br/	-
161	.Informativo GT Racismo	XXI	2011	PE	-	-	-	A experiência da Imprensa Negra Contemporânea do Recife (1981-2002) (Carvalho, 2020)
162	Nação Z	XXI	2012 - 2020	RS	Porto Alegre	8	https://issuu.com/nacao-z	-
163	Blogueiras Negras	XXI	2012 - atual	SP	São Paulo	Portal online ativo	https://blogueirasnegras.org/	-
164	Todos os Negros do Mundo	XXI	2012 - 2023	SP	São Paulo	Portal online inativo	https://todosnegrosdomundo.com.br/	-
165	Afrobras news	XXI	2013 - 2024	SP	São Paulo	Mais de 100	https://afrobrasnews.com.br/	-
166	Revista Afirmativa	XXI	2014 - atual	BA	Cachoeira	3 edições impressas e portal online ativo	https://revistaafirmativa.com.br/	-
1667	Revista Acho Digno	XXI	2014 - 2016	MG	Belo Horizonte	7	https://issuu.com/achodigno	-
168	Portal Black Fem	XXI	2014 - atual	BA	Salvador	Indefinido	-	Mapeamento de Mídia Negra 2019 (FOPIR)

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
169	Afronta	XXI	2015	MG	Belo Horizonte	1	https://www.geledes.org.br/afronta-midia-negra-e-livre/	-
170	Alma Preta	XXI	2015 - atual	SP	São Paulo	Portal online ativo	https://almapreta.com.br/	-
171	Revista o Menelick	XXI	2015 - atual	SP	São Caetano do Sul	Portal online ativo	http://www.omenelick2ato.com/	-
172	Revista Quilombo	XXI	2016 -2019	BA	Salvador	Portal online ativo	https://revistaquilombo.com.br/	-
173	Soteropreta	XXI	2016- atual	Bahia	Salvador	Portal online ativo	https://portalsoteropreta.com.br/	-
174	Tv Quilombo	XXI	2017 - atual	MA	Vargem Grande	Portal online ativo	https://www.tvquilombo.com.br/	-
175	Ceará Crioulo	XXI	2018 - 2024	CE	Fortaleza	Portal online ativo	https://cearacriolo.com.br/	-
176	Notícia Preta	XXI	2018 - atual	RJ	Rio de Janeiro	Portal online ativo	https://noticiapreta.com.br/	-
177	Raízes TV	XXI	2018 - atual	BA	Salvador	-	-	Mapeamento de mídia negra, 2019 (FOPIR)
178	Afoitas	XXI	2018 - atual	PE	Recife	Portal online ativo	https://afoitas.com.br/	-
179	Kilombas Podcast	XXI	2019 - 2021	CE	Fortaleza	69	https://open.spotify.com/show/0pN0feRNbeszJo6L1fcite	-

Tabela 1 - Lista de Jornais Negros na História do Jornalismo do Brasil

Número	Nome do Jornal	Século	Período	Estado	Cidade	Edições encontradas	Fonte primária	Fonte secundária
180	Conexão Malunga	XXI	2019 - atual	BA	Salvador	Indefinido	-	Mapeamento de Mídia Negra 2019 (FOPIR)
181	Projeto Afro	XXI	2019 - atual	SP	São Paulo	Portal online ativo	https://projetoafro.com/	-
182	Negrê	XXI	2020 - atual	CE	Fortaleza	Portal online ativo	https://negre.com.br/	-
183	AFRO.TV	XXI	2020 - atual	-	-	Portal online ativo	https://www.afro.tv/	-
184	TV Raça	XXI	2020	-	-	-	-	Mapeamento de mídia negra, 2019 (FOPIR)
185	QuilomboNews	XXI	-	-	-	-	-	Mapeamento de mídia negra, 2019 (FOPIR)

Fonte: Optei por anexar duas colunas com a fonte de cada jornal encontrado, com o intuito de valorizar os arquivos, sites e as pesquisas em que foram encontrados os jornais, assim, com o fito de contribuir para o conhecimento desse Jornalismo Negro. Em geral, há busca ocorreu na Hemeroteca Digital Brasileira, no Projeto Negritos, no Mapeamento de Mídia Negra (Fopir, 2019), em arquivos públicos, sites de jornais negros e em pesquisas de autores da imprensa negra citados na coluna.

Após a apresentação da lista de jornais negros no Brasil, com cerca de 180 jornais, é possível verificar algumas concentrações de jornais negros em algumas regiões, sendo a maioria na região Sudeste, em seguida no Sul e depois na região Nordeste do país. Sendo raro, de acordo com levantamento, encontrar esses jornais negros nas regiões Centro-Oeste, em que foi encontrado apenas o *Ìrohín* em Brasília (DF) e no Norte, em que nenhum jornal foi identificado. Segundo Angela Oliveira (2017, p.27), “em diversas cidades e estados, a imprensa negra circulou, sobretudo em locais que contavam com significativa presença negra. No caso do Rio Grande do Sul, alguns exemplos são Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre e Bagé”. Além disso, os jornais negros listados, em sua maioria são encontrados nas capitais do país, principalmente nos seus grandes centros. De todo modo, apesar das concentrações regionais, esse jornalismo apresenta um caráter importante para a população

negra do país, além de que, principalmente na atualidade, os jornais negros se inserem com a afirmativa de oferecer informação de abrangência nacional.

Desse modo, urge tensionar como encontramos esse Jornalismo Negro na história do jornalismo do país, se é possível encontrá-lo e de que modo é abordado esse jornalismo. Por isso, no primeiro capítulo, ao invés de iniciar a pesquisa sistematizando a história do Jornalismo Negro, opto pelo movimento inverso, de questionamento e revisão histórica do jornalismo no Brasil e seu epistemicídio (Carneiro, 2005). Esse deslocamento é realizado pois compreendo que além de colaborar para a construção da história do Jornalismo Negro, é fundamental questionarmos sobre o que é silenciado e excluído, bem como se esse conhecimento é transmitido e de que forma é compartilhado. Por fim, reivindico como é possível conhecer a história do Jornalismo Negro em um sistema de ensino que privilegia narrativas da branquitude e exclui conhecimentos da população negra e indígena.

1.2 Silenciamento do Jornalismo Negro na história do jornalismo do Brasil

Nesta parte do capítulo, pretende-se realizar uma contextualização e revisão da história do jornalismo no Brasil acerca do silenciamento do Jornalismo Negro, para isso foram usados de referência, diversos autores que investigam a história do jornalismo no Brasil, dentre eles: Werneck Sodré (1966), Juarez Bahia (1990), Ana Martins e Tania Luca (2008), Richard Romancini e Cláudia Lago (2007), Marialva Barbosa (2007; 2010; 2024), Matias Molina (2015), dentre outros que serão citados adiante.

O intuito desse estudo é recontar a história por outra ótica, “reconstruir o passado como uma tentativa de descrever as formas de violência do presente” (Hartman, 2020, p.31). Como explica Beatriz Nascimento (2021), precisamos reescrever a história por mãos negras, por isso, aqui destaco esse silenciamento do Jornalismo Negro e como ele contribui para um epistemicídio no jornalismo. Desse modo, questiono que: se estudamos jornalismo somente pelo viés da branquitude, se analisamos séculos de jornalismo no Brasil e não verificamos os negros como participantes dessa história, o que será entendido? Que os negros nunca produziram jornalismo no Brasil?

É notório que há jornalistas negros personagens na história do jornalismo, como, José do Patrocínio, Machado de Assis, Glória Maria, etc. Entretanto, são frisadas apenas as participações individuais dos jornalistas negros(as) na instituição jornalística, mas a discussão

coletiva sobre os negros produzirem seus modos de pensar e fazer jornalismo é abafada dos estudos do campo jornalístico e em sua história. Assim, é possível perceber que a história do jornalismo brasileiro opera em um viés singular e objetivo, que exclui os outros modos de produção jornalística que seriam “diferentes”. Concordando com a autora, entendo que,

O jornalismo ocidental moderno, fundamental para a sustentação de democracia tal como a concebemos classicamente, funda suas bases em uma ideia de objetividade que parece solidificar aquilo que Audre Lorde chama de institucionalização da rejeição da diferença (Vilas Boas, 2020, p.181).

Em síntese, nesta primeira parte, será fundamentado que os negros coletivamente produziram jornalismo, entretanto, isso pouco foi documentado e estudado na história do jornalismo brasileiro e, quando o foi, partiu de perspectivas reducionistas, em que não era julgado como um segmento da imprensa ou pouco avaliado como jornalismo. Os estudos sobre os jornais negros foram realizados geralmente por pesquisadores que estudam a imprensa negra, seus períodos, jornais específicos e contextualizações. Essas pesquisas foram pouco apreciadas na história do jornalismo e do próprio ensino do jornalismo no país, é o que será mostrado neste capítulo na segunda seção, que versa sobre o epistemicídio nas grades curriculares do curso de jornalismo.

O tempo é um elemento gestor estruturante dessa pesquisa, isto porque o tempo é definidor de nossa história e, infelizmente, determinadas visões sobre o tempo fortalecem compreensões hierárquicas que a sociedade tem conforme os povos. Um exemplo disso é a falsa percepção de que a história dos negros começa na escravidão e a dos brancos há milhares de anos na Europa. Essa maneira de perceber o tempo atua como determinante de sociedades avançadas e primitivas, uma perspectiva ocidental de enxergar o tempo que privilegia temporalidades europeias. É possível observar isso no trecho de Werneck Sodrê (1966, p. 13) sobre a história da imprensa brasileira: “Os portugueses encontraram, no litoral americano do Atlântico, comunidades primitivas na fase cultural da pedra lascada, que não puderam aproveitar para o trabalho.” Além disso, o autor justifica que foi por esse motivo que o Brasil não desenvolveu imprensa nem universidade no período colonial. Outros autores da história do jornalismo brasileiro também acreditam nessa premissa, como Romancini e Lago (2007).

Essa inversão de tempo, em que primitivo é aquele que vive, pensa e cuida da sua terra, e avançado é aquele que invade, rouba e escraviza, é um sintoma da visão temporal presente na historiografia brasileira. Assim como, podemos observar na história do jornalismo

brasileiro, uma compreensão de que o jornalismo do país começa pelo colonizador - Portugal, o que acaba por excluir diversas produções jornalísticas anteriores que emergiram de populações marginalizadas, como o *jornal da Revolta dos Búzios*.

Martins e Luca (2008, p.7) afirmam na introdução do seu livro que, “os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país”. Assim, nesta parte será enfatizado o Jornalismo Negro que foi apagado da história tida como “oficial”, mesmo que ele também tenha contribuído para a formação, testemunho e registro do Brasil, exemplos disso são os impressos de discussões sobre desigualdade e discriminação racial há 200 anos atrás, com o *jornal da Revolta dos Búzios* e com os jornais negros de 1833. Parto de um ponto de vista que a história do jornalismo precisa ser produzida por meio dos seus diversos atores e não apenas por uma perspectiva, como Marialva Barbosa (2009, p.13) explica:

Construir a história do jornalismo é, pois, fazer o mesmo movimento da “escrita da história”. É perceber a história como processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política.

As investigações científicas sobre o Jornalismo Negro começaram anteriormente ao considerado maior estudo sobre a história da imprensa do Brasil, de Werneck Sodré (1966), em vista que o primeiro artigo sobre a imprensa negra é datado de 1951 por Roger Bastide. Contudo, anterior a esse artigo h  uma pesquisa sobre o jornal *A Voz da Raça*, de Virgínia Bicudo, em 1947. Entretanto, o livro de Werneck Sodré apesar de citar alguns jornais negros, pouco os nomeia como jornalismo. Vejamos, inicialmente, embora o autor cite os *Boletins da Revolta de Búzios*, de 1798, ele não os classifica como uma das g neses do jornalismo no Brasil (1966, p.18). Contudo, em 1808, o jornal feito em Londres, *Correio Braziliense*, e o feito no Brasil pelos portugueses e sobre a Europa, o *Gazeta do Rio de Janeiro* (1966, p.23-24), são considerados os primeiros veículos da história do jornalismo brasileiro. Ainda que a inserção do jornal *Correio Braziliense* na imprensa brasileira seja discutida (1966, p.24-33), entretanto, o *Correio*   considerado por diversos autores como o primeiro jornal brasileiro, como afirmam Martins e Luca (2008), Molina (2015), etc, a exemplo desse trecho: “nossa Independência foi declarada pelo filho do imperador português. Passamos a maior parte do século XIX sob uma Monarquia, enquanto o resto do continente era republicano. Assim, não é de espantar que o primeiro jornal brasileiro tivesse sido publicado em... Londres” (Martins e Luca, 2008, p.7).

Assim, observo que, na primeiridade da história do jornalismo no Brasil, há uma extensa preocupação dos pesquisadores em enfatizar as raízes europeias do jornalismo, ao tratar todos os impressos anteriores como não-jornalismo. Uma forma então colonizadora de enxergar o campo, que prosseguiu ao longo da história do jornalismo. O que demonstra uma fragilidade da área de história do jornalismo brasileiro em reproduzir relações de poder. Verifica-se nestes livros citados, a grande importância que se dá em demarcar que o jornalismo nasceu com a vinda da família real portuguesa a sua colônia e/ou que surgiu dos escritos de um brasileiro em Londres.

Pergunto-me a quem interessa essa gênese europeia da constituição do jornalismo no Brasil e como ela reverbera no que entendemos como história do jornalismo e do próprio estudo do jornalismo, até no século XXI. Carlos Carvalho (2023, p.69) estuda como as pesquisas de jornalismo são produzidas, em suma, por epistemologias eurocentradas, em que contém “em suas bases teóricas e metodológicas o ponto de chegada já definido no ponto de largada”. Marialva Barbosa, explica como esse passado do jornalismo interfere em como ele é no presente: “de forma mais evidente, através daqueles que conseguiram ter voz no passado, privilegia-se nessa visão a documentação oficial e, mais do que isso, o olhar dos dominantes” (2009, p.6).

Acerca do início do jornalismo no país, defendo a hipótese que ele começa antes de 1808, pois há os *Boletins da Revolta dos Búzios* (1798) que incidem anteriormente, assim, compreendo que é necessário descolonizar o jornalismo e entender que há produções anteriores a Imprensa Régia do colonizador. Acerca dos *Boletins da Revolta do Búzios*, também conhecida como Conjuração Baiana, Revolta dos Alfaiates, Sedição de Mulatos. Sendo essa última terminologia, o nome que faz mais sentido diante dos organizadores e dos discursos da sedição. Este foi um movimento negro e popular com caráter emancipacionista e comunicador, que ocorreu em Salvador, 10 anos antes do surgimento, tido como oficial, do jornalismo do Brasil. É importante pontuar que esses jornais da Revolta dos Búzios foram distribuídos em um período em que era proibido a circulação de impressos na colônia brasileira.

Foram encontrados 12 boletins, que podem ser verificados no Arquivo Público do Estado na Bahia e também digitalmente, na exposição virtual “Heróis negros do Brasil, Bahia, 1798, A Revolta dos Búzios”⁹. Nos boletins são encontrados diversos escritos contra a escravidão, em favor da liberdade para os homens pretos e pardos e críticas à desigualdade

⁹ Os boletins estão disponíveis em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/arquivos/File/buzios/index.html#>.

racial no Brasil, por exemplo, “os homens pardos, e pretos que vivem escornados, e abandonados, todos serão iguaes, não haverá diferença” (Boletim 10, 1798). Tal marco, como citado também pela historiadora Ana Flávia Pinto (2006), demonstra o surgimento do Jornalismo Negro no país, a partir de uma concepção de jornal mural. Outrossim, é importante que seja pontuado que, essa revisão histórica abre espaço para compreensão que há outros marcos temporais na história do jornalismo no Brasil.

Considero os boletins como jornalismo, pela sua função social de informar a população daquela época e denunciar as desigualdades sociais e raciais do Brasil Colônia. Compreendo, conforme Peter Dahlgren (1992, p.9) que, “se nos desvincularmos do conceito tradicional de jornalismo, ele pode ser classificado em duas categorias: pressupostos políticos e sociais e premissas epistemológicas, entendendo jornalismo como um processo comunicacional”. Assim, como um processo comunicacional com perspectivas políticas e sociais que se formaram os jornais da revolta.

O autor também entende que o objetivo principal do jornalismo “é informar o público sobre os acontecimentos do mundo, de modo analítico” (1992, p.15), dessa forma, observo que esse é o papel que os *boletins da Revolta dos Búzios* cumprem, ao elencar as reivindicações políticas aliadas a caminhos para liberdade em vários países da Europa, por exemplo, com a Revolução Francesa no mesmo ano. Por fim, é importante questionarmos por que se considera que o início do jornalismo brasileiro é válido somente a partir da autorização de Portugal, bem como as produções comunicacionais anteriores são silenciadas e não definidas como jornalismo. É válido ressaltar que apesar da Imprensa Régia ter surgido em 1808, somente a partir de 1823 que jornais poderiam ser publicados sem a autorização de Portugal.

Após o surgimento “oficial” da imprensa no Brasil, o primeiro título encontrado do Jornalismo Negro foi apenas no período denominado regencial, em que o país já era independente, mas o reino era Português. Todavia, entendo que é possível que existam outras produções de jornais negros nesse período, entretanto, não foram encontradas como fonte primária e nem secundária. Em 1833 foi criado o jornal, *O Homem de Cor* ou *O Mulato*, fundado por Paula Brito, conhecido como o primeiro editor e jornalista negro, dono da Tipografia Fluminense, no Rio de Janeiro. Esse jornal foi definido em 1945 por Hélio Viana como “o primeiro órgão jornalístico dos mulatos brasileiros” (1945, p.223).

O Homem de Cor (1833) e os demais jornais negros que surgiram nesse mesmo ano, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho*, *O Crioulo*, *O Meia-Cara* e o *O Lafuente*. Esses

jornais iniciaram em um contexto político emergente na época, após a insurreição conhecida como a Noite das Garrafadas, em que os grupos políticos eram divididos em exaltados e caramurus, e denunciavam a situação desigual da população negra, com explica o autor Marcelo Brasile (2006, p.73-81):

Os exaltados (...) chegaram a criar alguns jornais com tal finalidade explícita, como O Cabrito e O Mulato ou O Homem de Cor, destinados a denunciar a inconstitucionalidade de casos de discriminação racial - sobretudo relativos aos direitos civis -, aos quais conferiam um cunho não só social como de perseguição política por parte dos moderados. Como os exaltados, os caramurus combatiam a discriminação racial contra pardos e negros livres. Duas folhas caramurus surgiram com esse fim: Brasileiro Pardo e O Crioulinho. Defendiam os direitos constitucionais dos homens livres de cor, que estariam sendo desrespeitados após a Abdicação, ao contrário dos tempos de Pedro I, quando teriam livre acesso ao governo e aos cargos públicos.

Esses jornais são vistos por Werneck Sodré (1966) como pasquins e não explanados como um modo de produzir jornalismo da população negra. Observe como o pasquim é definido por ele (1966, p.193): “Menos do que jornal, mera folha volante, panfleto lançado ao público, apreciando um tema, uma pessoa, um acontecimento, o lema, a pessoa, o acontecimento do instante que passava, muitas vezes o motivo inspirador do pasquim, a fonte de que lhe provinha a força, para apoiar ou contraditar”. Esse estilo de produzir impressos, que é denominado como pasquins, também   relegado aos *jornais da Revolta dos Búzios*.

É importante destacar que o estudo de Werneck Sodré (1966) parte de uma visão marxista reducionista, pois desconsidera os processos culturais (Hall, 2013), em que o autor afirma desde a primeira página que “a história da imprensa no Brasil é a história do desenvolvimento da sociedade capitalista”, assim, exclui questões de raça, gênero, regiões, entre outras. Bem como, entende o jornalismo como aquele produzido por essa lógica de poder capitalista, mas não o que reivindica e tenta resistir a esse modelo de sociedade. O autor mesmo relata que tal livro d  pouca atenção a aspectos demográficos, da diversidade das classes sociais e da imprensa clandestina – que não explica qual é – e também que não foi possível detalhar alguns aspectos importantes da história do Brasil, por exemplo, as campanhas de abolição e indica que tais pesquisas servem para trabalhos monográficos (1966, p.7-8).

Além disso, apesar de ser um estudo importante para história do jornalismo e referência até os dias de hoje, ele parte de diversas concepções preconceituosas, haja vista a discriminação com os indígenas brasileiros (1966, p.13), como também na omissão de um

jornalismo étnico no país. Portanto, tal livro promove a ideia de um jornalismo da branquitude e os estudos posteriores seguem com a mesma visão, sem retratar diversos povos como produtores de jornalismo no país. Visualizo que muito da história do Brasil é assim, consideramos tal estudo importante por ser a gênese, entretanto, muitas vezes essas gênesis contribuem para a propagação dessa visão reducionista do Brasil e de um campo, como o jornalismo.

Compreendo que essa perspectiva trazida aqui pode desencadear muitas críticas dos historiadores do jornalismo no Brasil, devido ao enorme apreço a este estudo de Werneck Sodré. Entretanto, seria um reducionismo da pesquisa não pontuar os preconceitos vistos e continuar de mãos dadas com uma história que pouco considera os negros e indígenas do país, como se essas populações só servissem para o trabalho escravo e para seu apagamento físico/intelectual. Ressalto que, nesse estudo, trato acerca do Jornalismo Negro, porém, tenho ciência do jornalismo étnico do Brasil e da imprensa/mídia indígena do país, a exemplo da rádio *Yandê*, tv *Mídia Indígena*. Tais jornais não serão exploradas neste trabalho, pois o objetivo é dar luz ao Jornalismo Negro e aos Movimentos Negros, como também trata-se de uma pesquisa de mestrado que é pequena em seu aspecto temporal.

Além disso, pensar jornalismo apenas como imprensa é reducionista e opera de modo colonial, na exclusão de diversas formas de produzir comunicação e informação. Esse modelo de imprensa que sustenta, inclusive, os estudos do campo jornalístico, reduz as expressões informativas a um padrão europeu e estadunidense, o da imprensa. Ao abordar a mídia negra e indígena, é importante questionarmos essa forma de produção/circulação de informação que é escrita, publicada como jornal, pois há diversos modos e formas de produzir uma comunicação, os estudos de Etnomídia vão abordar de forma mais aprofundada essa temática.

Nos demais livros citados da história da imprensa no Brasil não há menções acerca dos jornais negros citados do início do séc. XIX. No livro de Martins e Luca, o jornalista Paula Brito, criador do jornal *O Homem de Cor*, até aparece, mas não suas produções de jornais negros, “o editor autodidata e mulato, se colocou no incipiente mercado editorial com títulos que fizeram sucesso” (2008, p.38). É válido destacar que, a história do jornalismo brasileiro atua com uma estratégia de poder em reconhecer personagens negros como exceções no jornalismo, com isso não identifica toda uma história e modo coletivo jornalístico negro, assim como só considera como jornalismo determinados critérios referentes à imprensa e aos padrões de jornalismo hegemônico. Ademais, outros jornalistas negros do século XIX, vide

Machado de Assis e José do Patrocínio, também são citados nesse livro (2008, p. 42), mas não suas produções.

No livro “História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900”, Barbosa não cita nomes dos jornais negros e nem se alonga sobre eles, apenas dá a entender que eles existiram mas que não surtiram importância na época, vejamos:

Já na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, circulam alguns pasquins criticando a escravidão, os preconceitos raciais e o tráfico negreiro, embora tenham alcance limitado e tiragem em torno de 400 ou 500 exemplares. Basicamente, esses pequenos jornais atingem os grupos urbanos insatisfeitos com o governo, em especial durante o período da Regência. Mas não há ainda um movimento organizado antiescravista (2010, p.111).

Entretanto, discordo de uma versão que pensa a história do jornalismo principalmente a partir de tiragem e alcance, pois isso contribui para uma história que pouco leva em consideração diversos aspectos contextuais, sociais, políticos, raciais, etc. Além disso, a autora os denomina como “pasquins” e de não definir tais críticas dos jornais à escravatura como um movimento antiescravista, pois podemos observar tais discussões contra à escravidão desde o *Jornal da Revolta dos Búzios*. Concordando com a autora Ana Flávia Pinto, entendo a importância de tais jornais negros que circularam naquele período,

Esses momentos iniciais da imprensa negra no Brasil demonstram que, a despeito de inúmeros contratempos – entre os quais o próprio escravismo e seus instrumentos afins –, negros aqui formularam uma fala própria e tornaram-na pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los (Pinto, 2006, p. 27-28).

Ao abordar sobre Jornalismo Negro, me refiro, como já dito anteriormente, sobre os jornais feito por/para/sobre a população negra, geralmente relacionados aos movimentos negros. Entretanto, reconheço que há outros jornais, no século XIX, como em outras épocas, que trataram de questões raciais, mesmo esse não sendo um tema principal e nem tendo as características citadas há pouco de Jornalismo Negro, por exemplo, o jornal *Nova Luz Brasileira* (Rio de Janeiro, 1830) e alguns jornais abolicionistas, como o *Gazeta da Tarde* (Rio de Janeiro, 1880), *O Laranjeirense (Laranjeiras (SE) -1887)*. Assim, justifico porque não abordo esses jornais aqui, pois apesar de, em sua maioria, terem sido criados por pessoas negras, eles não possuem como tema e constituição do veículo uma caracterização jornalística negra, visto que giram em torno de outras pautas.

Depois de 1833 até 1875, não foram encontrados arquivos de jornais negros na Hemeroteca Digital Brasileira e nas pesquisas anteriores sobre imprensa negra, é o que se sabe até o momento, haja vista a dificuldade de recuperar os arquivos da população negra, que são elencados durante o período escravocrata como os “sem arquivos”, por conta da queima de arquivos da população negra e relacionados à escravidão, realizada por Rui Barbosa em 1889. Além disso, é importante discutir que jornais negros podem não terem sido considerados suficientemente importantes para serem guardados em um arquivo público, bem como há a possibilidade de terem circulado de modo muito clandestino devido à escravidão.

Mesmo na ausência de informações sobre arquivos de jornais negros nesse período, é importante pontuar outras narrativas negras produzidas na época. Por exemplo, em 1859, Maria Firmina dos Reis, publica seu livro “Úrsula”, conhecido como o primeiro livro lançado por uma mulher negra no Brasil; no mesmo ano Luiz Gama também apresenta seu primeiro livro; em 1861 Machado de Assis publicou seu primeiro livro tendo como editor Francisco Paula Brito. Além disso, considero o movimento negro atuante nesse período em diversas insurreições que ocorreram no país, como na Revolta dos Malês (1835), Balaiada (1838-1841), etc.

O próximo arquivo encontrado sobre Jornalismo Negro, foi somente em 1876, em Recife, com o jornal *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, entretanto não foram encontradas menções a este jornal nos livros de história do jornalismo brasileiro analisados, apesar da importância do jornal. Em nossa pesquisa, somente em dois períodos não foram encontrados jornais negros no país, sendo estes entre 1799-1831 e 1834-1875. Todavia, desde então não houve uma década na história do jornalismo do país em que não foi identificado ao menos um jornal negro, como é possível identificar na lista de jornais negros na história da imprensa do Brasil, na Tabela 1.

Os jornais negros posteriores do século XIX, como, *A Pátria* (São Paulo, 1889), *O Exemplo* (Rio Grande do Sul, 1892), *O Progresso* (São Paulo, 1899), também não foram elencados nesses livros da história da imprensa. São, em geral, jornais com pequenas durações, devido às limitações e restrições dos discursos raciais no período escravocrata e o pós-abolição sem reparação. Em exceção apenas o jornal “O Exemplo”, que teve uma duração de cerca de 30 anos, com algumas pausas, um veículo com uma proposta educativa para a população negra. Contudo, é relevante destacar que diferente dos outros jornais, este veículo não afirma em seu título ou epígrafe uma marcação racial, por exemplo, “órgão dos homens de cor”.

A vista dessa narrativa do Jornalismo Negro brasileiro no século XIX, é importante salientar que a compreensão da história desse jornalismo foi tensionada temporalmente, no campo da imprensa negra, a partir do estudo “A imprensa negra do século XIX” de Ana Flávia Pinto (2006). Anteriormente por Roger Bastide (1951), Miriam Nicolau Ferrara (1985), Petrônio Domingues (2002), Maria Pinto Silva (2003) e demais teóricos da imprensa negra, entendiam que a história desse jornalismo começava a partir do século XX em São Paulo. Assim, não se retratava os mais de 100 anos anteriores de produções negras que, apesar de curtas, foram fundamentais, visto que só a criação de um jornal por uma pessoa negra em um tempo escravocrata era e é uma conquista. Bem como, se constitui umas das expressões, organizações, modos de reivindicação e arquivos da memória dos movimentos negros na época.

Na história do jornalismo do Brasil no século XIX é nítido observar que os negros aparecem apenas como passivos e figurantes da história. Até mesmo quando se trata da escravidão, as pesquisas são voltadas para os anúncios de escravos nas páginas de jornais e, de modo mais destacado, para os jornais abolicionistas, principalmente, os produzidos pela população branca. Segundo Wellington Silva (2020, p.12-20), a maioria desses jornais abolicionistas eram “comandados exclusivamente por homens brancos da elite, que desse lugar privilegiavam suas próprias vozes ao compor o noticiário sobre a escravidão e sobre o debate abolicionista (...) a imprensa fazia a defesa do abolicionismo sem dar voz aos negros”.

Essa luta antiescravista estava também no jornalismo hegemônico, mas a história do jornalismo, mesmo quando fala sobre abolição, apaga a participação de pessoas negras e as mostra apenas de modo apaziguado. Segundo Jácome (2021, p.132) “é necessário perceber a luta antiescravista nos jornais, seja numa defesa editorial explícita, seja no efeito secundário na retratação de aquilombamentos, de revoltas de pessoas escravizadas, de disputas jurídicas e embates políticos.” Sendo assim, quando um jornal hegemônico retrata a fuga, os quilombos e as resistências à escravidão, é importante que isso seja pensando historicamente em seu caráter de luta da população negra em prol da sua liberdade. Desse modo, reivindicando uma história em que os negros possam ser ativos e protagonistas, mesmo que tivessem pouco acesso aos espaços de poder, como a publicação de um jornal.

Outrossim, é importante elencar que os negros também produziram alguns desses jornais abolicionistas, como o *Gazeta da Tarde* (1881), *A Cidade do Rio* (1887) de José do Patrocínio, e o *Abolicionista* (1880), da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE), tendo como presidente Joaquim Nabuco e, em parceria, produzido por André Rebouças e José

do Patrocínio, dedicado apenas a conteúdos contra a escravidão e em favor da liberdade. Sobre os jornais citados, Marialva Barbosa (2010, p.12) afirma que eles se colocam “compulsoriamente contra a escravidão”. Os jornais analisados pela autora são todos produzidos por pessoas negras, haja vista: *Gazeta de Notícias* (1875) por Ferreira de Araújo, *Gazeta da Tarde* (1881) e *Cidade do Rio* (1887) por José do Patrocínio. Vale sublinhar, que a *Gazeta da Tarde* era um jornal hegemônico naquela época, segundo o relato colhido no jornal por Ferracin da Silva (2006, p.135), o exemplar fazia concorrência com periódicos populares da época, como o *Jornal do Comércio* e a própria *Gazeta de Notícias*.

Compreendo essa narrativa do jornalismo abolicionista do Brasil como mais uma forma de ocultar a resistência negra do país, com o intuito de manter um estereótipo do negro pacífico que recebeu sua liberdade concedida pelos europeus, por isso, destaquei acima além dos jornais negros, os jornais abolicionistas produzidos por pessoas negras. Em outra análise, também é possível compreender os jornais negros do século XVIII e XIX como abolicionistas, visto que possuem discursos que lutavam pela liberdade, cidadania e direitos para a população negra, além de outras demarcações, mesmo que não se autodefiniam como “abolicionistas”.

No século XX, os jornais negros se expandem, em diversos locais do país, mas especialmente em São Paulo e Rio Grande do Sul, como mostra a pesquisa de Miriam Ferrara (1985). É o período pós-abolição, uma fase em que o Jornalismo Negro se destaca, todavia, nos livros de história da imprensa de Werneck Sodré (1966), Juarez Bahia (1990), Marialva Barbosa (2007), não são elencados no texto os jornais negros dessa época. Tais autores abordam diversos tipos de imprensa de maneiras diferentes, mas não citam a imprensa negra, Werneck Sodré, destaca a imprensa proletária, literária, política, burguesa, anarquista. Já Marialva Barbosa retrata os jornais negros apenas na época da escravidão. Assim, produzem uma lacuna historiográfica sobre os negros no jornalismo. Por outro lado, ambos livros homenageiam, de forma breve, uma figura negra no século XX, o escritor e jornalista, Lima Barreto, portanto, destacam o individual e não as diversas produções e organizações negras jornalísticas.

Em Martins e Luca (2008, p.81), o início do século XX é o único período em que há uma mínima visibilidade sobre “os jornais dos homens de cor”. Contudo, vale ressaltar que mesmo com destaque, esses jornais não são enquadrados como imprensa negra ou Jornalismo Negro, por exemplo, fala-se sobre imprensa operária, alternativa, mas não de imprensa negra. Os jornais negros são definidos como “imprensa das comunidades”, assim como, os jornais

dos imigrantes europeus e asiáticos. Além disso, só há menções sobre os jornais negros de São Paulo, sobre eles, as autoras remetem somente há uma noção comunitária e associativa, observe:

A atividade associativa – tradição que remontava às irmandades religiosas da Colônia – desenvolvida pelas comunidades negras, foi o polo aglutinador dessas camadas sociais: entidades recreativas e grupos religiosos, de dança ou de teatro, os quais estão na origem de uma imprensa especificamente voltada para as questões dessa comunidade (2008, p.81).

Os jornais negros citados nesse livro, são: *O Menelick* (1915), *O Getulino* (1923), *A Voz da Raça* (1933), *A Sentinela* (1920), *O Alfinete* (1918), *A Rua* (1916), *Clarim da Alvorada* (1924) *A Chibata* (1932), *Quilombo* (1948) e *Senzala* (1946). Tais periódicos são abordados em apenas duas páginas, incluído a imagem do jornal *O Menelick*. Ainda sobre os jornais, as autoras relatam que, “a maior parte nascia e morria em pouco tempo; os meios de sustentação econômica eram parcos e muitas vezes dependiam unicamente do idealismo de alguns, como Jayme de Aguiar e José Correa Leite, que imprimiam e distribuíam o *Clarim da Alvorada* gratuitamente” (Martins e De Luca, 2008, p.82).

No livro de história do jornalismo do Brasil, de Cláudia Lago e Ricardo Romancini (2007), a imprensa negra aparece de forma bem breve, apenas no séc.XX e em poucos parágrafos. Citada em uma seção intitulada “além da grande imprensa” que vai abordar em sua maioria a imprensa proletária, a imprensa negra aparece sintetizada assim:

A chamada imprensa negra, ou seja, aquela que é produzida por e dirigida para os negros, foi procedida por publicações que apoiaram o abolicionismo ou que tiveram nesta causa sua principal justificativa. Porém, a partir do século XX distingui-se com uma expressão específica. Embora os periódicos produzidos nesse contexto nem sempre tenham uma longa duração ou grande número de leitores, testemunharam preocupações e anseios da comunidade negra brasileira (2007, p.88).

No outro parágrafo, os autores resumem fases da imprensa negra, basicamente da imprensa negra paulista, até a *Revista Raça* (1994). Segundo Gilmar Carvalho (2009), é fato que a Imprensa Negra no século pós-abolição teve mais abrangência, principalmente a paulistana (1915-1937) que produziu mais de 30 jornais, sendo os títulos mais conhecidos: “*A Liberdade*”, “*A Rua*”, “*A Sentinella*”, “*A Voz Da Raça*”, “*Alvorada*”, “*Auriverde*”, “*Chibata*”, “*Correio D’Ébano*”, “*Elite*”, “*Evolução*”, “*Hifen*”, “*Mundo Novo*”, “*Niger*”, “*Nosso Jornal*”, “*Notícias De Ébano*”, “*Novo Horizonte*”, “*O Alfinete*”, “*O Baluarte*”, “*O*

Bandeirante”, “*O Clarim*”, “*O Clarim Da Alvorada*”, “*O Estímulo*”, “*O Mutirão*”, “*Senzala*”, “*A Tribuna Negra*”, “*Progresso*”. Contudo, tratava-se de um tempo mais propício para esse maior número de jornais, já que ao menos a escravidão tinha sido abolida e, em São Paulo, os movimentos negros começavam a se organizar e se expressar ativamente, como retrata Domingues (2008). É importante pontuar como são encontrados mais jornais negros em regiões mais desenvolvidas economicamente, como São Paulo, devido também aos custos de produção de um veículo impresso.

O Jornalismo Negro paulista do início do século XX é destacado por sua abrangência, de 1903 até 1963 foram catalogados pela Universidade Estadual de São Paulo (USP) mais de 26 jornais negros. Caracterizado pela ligação aos movimentos negros, foi dividido em três fases durante o período de (1915 até 1963) por Miriam Ferrara (1985, p.200). Dessa maneira, as características comuns dos jornais negros no primeiro período (1915-1923) elencadas pela autora eram, “eram a abordagem cotidiana da comunidade negra (versos, notas festivas e amenidades), no sentido de ‘controle sobre o grupo’”, outro fator notável “é a produção de consciência coletiva entre a população afrodescendente” (1985, p.200). Já no segundo período (1924-1937), para a autora “o problema do negro é abordado de modo mais direto e objetivo. Revela-se um sentimento maior de união” (1985, p.201). Na terceira fase (1945-1963), os jornais procuravam “reunir os negros que haviam se dispersado, conscientiza-los e reivindicar a participação sócio-política e econômica (Ferrara, 1985, p.205).

A instituição jornalística no Brasil muito deve ao Jornalismo Negro do século XIX e início do século XX, entre os quais figuram nomes consagrados como Gustavo Lacerda (fundador da Associação Brasileira de Imprensa), José do Patrocínio, Luiz Gama e Machado de Assis (Pinto, 2006). No entanto, apesar desse jornalismo ter surgido bem próximo do aparecimento da “oficial” da imprensa no Brasil - em 1808 - ele é apagado da história do jornalismo do país e também pouco valorizado. Clóvis Moura (1994) explica que, “a imprensa negra ficou na penumbra, como se fosse pouco significativa. A sua importância foi desgastada por uma visão branca da imprensa, que marginalizou os jornais negros impressos”. O autor também afirma que são ignoradas as inúmeras produções desses jornais: “houve uma contribuição enorme, uma produção muito grande: sonetos, crônicas, apólogos, epigramas, sátiras, artigos sobre educação e protestos contra o preconceito racial. No entanto, tudo isso é considerado sub-literatura e subcultura” (1994, p.185).

Em síntese, se nos baseamos nos livros de referências da história do jornalismo do Brasil, a história do Jornalismo Negro do século XX parece escassa ou apenas retratada em São Paulo, na primeira metade do século XX. Os livros da história da imprensa brasileira reduzem o jornalismo, muitas vezes, aos jornais hegemônicos do país, a tiragem e alcance, em suma, “a grande imprensa”. Assim, contam a história da perspectiva “da maioria”, no entanto essa maioria se refere ao hegemônico e não a maioria da população brasileira. Concentram-se em assuntos e em determinados momentos históricos como se eles contassem a história do jornalismo do Brasil, em contraposição, não abordam os outros lados dessa história. Quando pensam que retratam o contra-hegemônico, referem-se apenas à imprensa alternativa e à proletária, que em geral, não inclui os jornais negros. Tais estudos reduzem a história do jornalismo a mudanças tecnológicas e profissionais, somente a seus processos e formatos, e pouco aos seus discursos.

Por fim, fazem entender no silenciamento, que não existe um Jornalismo Negro ou que ele é reduzido aos “pasquins” do início do século XIX e/ou aos jornais “dos homens de cor” do início do século XX, em São Paulo. Tais abordagens são insuficientes para retratar o Jornalismo Negro em sua história, contextos, discursos e temporalidades, como já foi mostrado na introdução e será abordado nos demais capítulos. Além de reduzir as produções jornalísticas dos negros à escravidão e ao pós-abolição, o que os retira da história em outros períodos. Entretanto, é sabido que a história do jornalismo negro está para além desses contextos.

Em 2024, foi lançado o terceiro livro de *História Cultural da Imprensa do Brasil*, da autora Marialva Barbosa, esse estudo pretende abarcar o tempo presente, um Brasil de 1980-2010. Assim, no capítulo 5, intitulado “O Grito Vem das Comunidades”, nele foi abordado, “do silêncio aos gritos” (2024, p.128) “o movimento negro e sua imprensa” (p.131) e “dando voz a outros” (p.146). Novamente, foi elencado um período histórico curto de abrangência do Jornalismo Negro com perspectivas ainda hegemônicas de enxergar o jornalismo, pois os define como “comunicação dos movimentos sociais” e “comunicação comunitária”. Barbosa também apresenta um “Quadro 1 - Imprensa dos movimentos negros - 1980-1990” (2024, p.139-141), em que ela organiza 68 jornais estudados em outras pesquisas da imprensa negra e em arquivos da repressão da Ditadura Civil Militar. Entretanto, não aborda jornais negros das décadas de 1990 à 2010, o que faz compreender que a imprensa negra existiu somente naquele período. Além disso, a autora elenca uma definição do que seria essa imprensa negra,

Mas, afinal, o que se designava como imprensa negra? (...). A imprensa dos movimentos negros do final do século XX deve ser definida como uma formação discursiva que se percebe e se institui como discurso marcado historicamente pela tessitura de revolta (...). Os periódicos devem ser compreendidos, portanto, como imprensa de luta e como dispositivo fundamental na produção de uma pedagogia da negritude, efetivada pelos seus produtores, que denunciam a violência e a discriminação racial, produzindo e revelando as culturas diaspóricas do Atlântico negro (Barbosa, 2024, p.144-145).

Apesar de Barbosa (2024) apresentar uma definição interessante para o que seria a imprensa negra, ainda acaba por resumir tais jornais a uma percepção de “revolta” e de combate ao racismo, que fazem parte de suas características, mas que vão além disso como retrato nesta dissertação. Além de abordar em seu texto a importância de “incluir as vozes das favelas” (Barbosa, 2024, p.153) e elencá-los em conjunto com diversos jornais de movimentos sociais diversos (p.146), o que também são perspectivas limitantes de enxergar essas produções jornalísticas negras. Outrossim, além de retratar o tempo “presente” desse jornalismo, era importante abordar a trajetória desse Jornalismo Negro que não foi elencado nos outros dois livros de história do jornalismo da autora (Barbosa, 2007, 2010). Todavia, a autora referencia, nas notas de rodapé do capítulo, algumas bibliografias de pesquisas sobre a imprensa negra (Barbosa, 2024, p.150).

No século XXI, o Jornalismo Negro se multiplica na internet e aborda diversas temáticas raciais. Entretanto, para uma perspectiva de análise acerca da história do jornalismo, não foram encontrados livros sobre a atualidade e os livros anteriores abordados não elencam nenhum jornal negro do séc.XXI. Compreendo que essa falta parte de uma percepção de história como passado, todavia a perspectiva histórica que aqui utilizo, entende a história como algo vivo e em construção, e não apenas presente em pesquisas memorialistas. Assim, para continuar a investigação no século XXI sobre o Jornalismo Negro na história do jornalismo no país, busquei analisar os anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo¹⁰ (SBPJor), que realizou seu primeiro encontro em 2003, portanto, foram analisados os anais de 20 edições, até 2023. A coleta ocorreu com a busca de trabalhos com os temas sobre “imprensa negra” e/ou “jornalismo negro”, na falta de trabalhos com essas temáticas foi procurado apenas artigos que ao menos mencionasse tais temas nos textos. Para ampliar o escopo, devido ainda ao baixo número encontrado, busquei também pesquisar trabalhos com foco em questões étnico-raciais nesses 20 anos.

¹⁰ Os anais do Encontro de Pesquisadores em Jornalismo do Brasil, estão disponíveis em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor?lang=pt-br>

O resultado dessa análise é que apesar dos mais de 2000 mil trabalhos nesses 20 anos, 2003-2023, do Encontro de Pesquisadores de Jornalismo do Brasil, nenhum tem como foco principal, mencionado em seu título, a imprensa negra e/ou jornalismo negro. Foram encontrados apenas dois trabalhos que abordam a imprensa negra durante esse período, o principal deles em 2023, intitulado, “Atravessamentos étnicos, raciais e de gênero no jornalismo alternativo: atitudes decoloniais em contraponto à objetividade jornalística” (Santana, 2023), que menciona os temas, aborda um jornal negro - Alma Preta Jornalismo e cita estudos da imprensa negra. O outro artigo localizado, em 2006, é uma pesquisa sobre o itinerário da mídia em São Paulo, assim, cita a “imprensa negra” por que faz parte do arquivo estadual sobre imprensa.

Acerca das questões étnico-raciais, o cenário também é de silenciamento, foram encontrados apenas 13 trabalhos com foco étnico-racial, desses: 6 são sobre representação em uma perspectiva de representatividade, 3 abordam o racismo, 2 sobre violência, 1 fala acerca da vivência de jornalistas negros e 1 a respeito da imprensa negra - já citado no parágrafo acima. Vale salientar que há 3 anos a SBPJor conta com o eixo temático de trabalhos, “Jornalismo, gênero e questões étnicas”. Contudo, foi verificado que somente 5 trabalhos sobre questões étnico-raciais foram publicados, nos anos de 2021, 2022 e 2023, os demais trabalhos tratam de gênero e outros assuntos correlacionados. Em 2023, também havia a sessão coordenada “Jornalismo, gênero, sexualidades e identidades étnico-raciais: as pesquisas no Brasil”, mas não houve trabalho referente à perspectiva racial.

Por fim, é importante salientar que esse silenciamento é estratégico, e não porque não há bibliografia sobre Jornalismo Negro. Há uma vasta bibliografia sobre a imprensa negra do país, no E-book Jornalismo Negro no Brasil, criei uma lista de referências acerca da temática. Inclusive, outros sites se dedicam a montar um compilado de estudos relativos a esse assunto, como o Projeto Negritos.¹¹. Entretanto, tais estudos pouco são usados de referência quando se trata da história e do currículo dos cursos de jornalismo no país, como será mostrado na próxima seção do capítulo. Muitas vezes, desculpas sobre não haver ou não conhecer esse tipo de jornalismo são utilizadas para silenciar as histórias da população negra, como vivenciei na universidade e, em partes, na academia. Sobre essa negação do conhecimento, Grada Kilomba, explica:

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças

¹¹ Seção indicações de leitura sobre a imprensa negra. Disponível em: <https://negritos.com.br/indicacoesdeleitura/>

a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós (2020, p.51).

Nesta parte do capítulo, foi nomeado o silenciamento do Jornalismo Negro na história do jornalismo no Brasil, na próxima seção podemos perceber que esse silenciamento não é passivo, ele atua de forma ativa na exclusão, prática e intelectual, dos conhecimentos da população negra na universidade, conforme explica Sueli Carneiro:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (2005, p.83).

Como forma de analisar esse epistemicídio do campo jornalístico negro e da próprias questões raciais dentro do curso de jornalismo, foi produzido um levantamento das estruturas curriculares e projetos políticos pedagógicos das graduações de jornalismo. O objetivo foi investigar se, ao menos, uma referência da imprensa negra, um conteúdo sobre essa história e esse modo de produção jornalística eram abordadas nos cursos de jornalismo. Uma vez que, mais do que teorizar o silenciamento desses jornais negros na instituição jornalística, o intuito aqui é provocar transformações nessa esfera jornalística e no seu processo formativo. Afinal, por que estudamos Jornalismo dos Estados Unidos, da Europa, da Inglaterra e não podemos estudar o Jornalismo Negro brasileiro? Acredito que isso não seja uma aleatoriedade, mas que tenha um porquê e um interesse. É sobre o silenciamento e negação desse conhecimento, a fim da priorização dos saberes da branquitude.

1.3. O epistemicídio nos currículos da graduação de jornalismo

Para a coleta de dados, foram analisados os Projetos Político Pedagógicos (PPPs) e as Estruturas Curriculares das graduações em Jornalismo das 42 Universidades Federais no Brasil. Esses materiais foram encontrados digitalmente no site de cada universidade, em geral na seção de departamento do curso, assim, foram analisados os PPPs e matrizes curriculares com o ano mais recente. Foi definido esse recorte, das universidades federais, por conta da implementação da lei 11.645, devido às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

das Relações Étnico-Raciais e seus planos de aplicação, além da disponibilização dos sites e documentos institucionais na internet.

Na busca, optei por abordar sobre Imprensa Negra, Jornalismo Negro e questões étnico-raciais em geral. Em um primeiro momento, busquei disciplinas com o tema de “Imprensa Negra ou Jornalismo Negro” em seu título, mas nenhuma foi encontrada. Tendo isso em vista, foi necessário investigar a inclusão da temática nas ementas das disciplinas e nos projetos pedagógicos, essa busca ocorreu por meio de menções, referências bibliográficas ou documentos relacionados à imprensa negra, como livros, jornais etc. O que ainda resultou em um número muito pequeno. Esses saberes sobre a imprensa negra se devem devido a esta pesquisa de mestrado, em que foi realizada uma lista dos jornais negros na história do Brasil e um estado da arte acerca da temática. Foi procurado também disciplinas que abordassem as relações étnico-raciais, ainda que não falassem sobre a Imprensa Negra, como mostra a Tabela 2.¹² Para busca sobre relações étnico-raciais, foi observado se havia menções por meio das palavras-chave: questões étnico-raciais, relações étnico-raciais, racismo, raça, etnia, preto(a), negro(a), negritude, afro, África.

Tabela 2: Análise quantitativa do epistemicídio nos cursos de Jornalismo das Universidades Federais do Brasil (2023)

Quantidade	Universidades Federais no Brasil com Graduação em Jornalismo	Estados	Projeto Pedagógico do Curso que menciona a Imprensa Negra	Disciplina sobre Imprensa Negra ou Jornalismo Negro (optativa ou obrigatória)	Disciplina sobre Questões Raciais em geral (optativa ou obrigatória)
1	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	AL	não	0	0
2	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	sim	0	0
3	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	BA	não	0	0
4	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	BA	não	0	3
5	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	CE	não	0	0 ¹³

¹²Essa tabela e sua análise compõem um artigo que foi aceito para publicação na revista Eco-Pós, em parceria com a orientadora desse projeto, Valéria Vilas Bôas Araújo.

¹³ Continua

Tabela 2: Análise quantitativa do epistemicídio nos cursos de Jornalismo das Universidades Federais do Brasil (2023)

Quantidade	Universidades Federais no Brasil com Graduação em Jornalismo	Estados	Projeto Pedagógico do Curso que menciona a Imprensa Negra	Disciplina sobre Imprensa Negra ou Jornalismo Negro (optativa ou obrigatória)	Disciplina sobre Questões Raciais em geral (optativa ou obrigatória)
6	Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	não	0	1
7	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	MA	não	0	1
8	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	PB	não	0	0
9	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	sim	0	1
10	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	não	0	0
11	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	PI	não	0	0
12	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	não	0	1
13	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	SE	não	0	0
14	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	MG	sim	0	0
15	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	não	0	0
16	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	MG	não	0	1 ¹⁴
17	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	MG	não	0	1

Tabela 2: Análise quantitativa do epistemicídio nos cursos de Jornalismo das Universidades Federais do Brasil (2023)

Quantidade	Universidades Federais no Brasil com Graduação em Jornalismo	Estados	Projeto Pedagógico do Curso que menciona a Imprensa Negra	Disciplina sobre Imprensa Negra ou Jornalismo Negro (optativa ou obrigatória)	Disciplina sobre Questões Raciais em geral (optativa ou obrigatória)
18	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	MG	não	0	0
19	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	MG	não	0	0
20	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	sim	0	0
21	Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	não	0	0
22	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	não	0	1
23	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	RJ	não	0	4
24	Universidade de São Paulo (USP) ¹⁵	SP	não	0	1
25	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	não	0	1
26	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	RS	não	0	3
27	Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	RS	sim	0	0
28	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	não	0	0
29	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	não	0	0

¹⁵ Apenas no estado de São Paulo não foi encontrada universidade federal com o curso de Jornalismo, assim observamos a grade curricular e o projeto pedagógico da estadual - USP.

Tabela 2: Análise quantitativa do epistemicídio nos cursos de Jornalismo das Universidades Federais do Brasil (2023)

Quantidade	Universidades Federais no Brasil com Graduação em Jornalismo	Estados	Projeto Pedagógico do Curso que menciona a Imprensa Negra	Disciplina sobre Imprensa Negra ou Jornalismo Negro (optativa ou obrigatória)	Disciplina sobre Questões Raciais em geral (optativa ou obrigatória)
30	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	não	0	1
31	Fundação Universidade Federal do Acre (UFAC)	AC	não	0	0
32	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	AM	não	0	0
33	Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	AP	não	0	0
34	Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	não	0	0
35	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFEPPA)	PA	não	0	0
36	Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	RO	não	0	0
37	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	RR	não	0	0
38	Universidade Federal de Tocantins (UFT)	TO	não	0	0
39	Universidade de Brasília (UnB)	DF	não	0	0
40	Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	não	0	0
41	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	MS	não	0	3

Tabela 2: Análise quantitativa do epistemicídio nos cursos de Jornalismo das Universidades Federais do Brasil (2023)

Quantidade	Universidades Federais no Brasil com Graduação em Jornalismo	Estados	Projeto Pedagógico do Curso que menciona a Imprensa Negra	Disciplina sobre Imprensa Negra ou Jornalismo Negro (optativa ou obrigatória)	Disciplina sobre Questões Raciais em geral (optativa ou obrigatória)
42	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT	não	0	1

Fonte: Estruturas Curriculares e Projetos Político Pedagógicos das graduações de Jornalismo encontrados digitalmente no site institucional de cada universidade (2023-2024).

Em 2004, a fim de implementar a lei 10.639, atual 11.645, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que institui ações também no Ensino Superior, contudo a implementação do plano nacional para aplicação dessas diretrizes só foi iniciada 10 anos depois. Esse plano conta com medidas para tornar o conhecimento mais diverso e plural nas universidades. Na prática, ao observar os Projetos Político Pedagógicos das graduações em jornalismo, identificamos menção e informação do cumprimento dessas diretrizes, porém, ao analisar os componentes curriculares e os PPPs, praticamente não há referencial teórico afro-brasileiro, a exemplo de livros com as palavras-chaves abordadas acima, nem tampouco disciplinas, ações e temáticas interdisciplinares listadas.

Dos 42 cursos de jornalismo analisados, 14 têm disciplinas acerca das relações étnico-raciais, porém apenas 3 dessas graduações ofertam matérias sobre a temática em formato obrigatório, são elas: UPPB, UFRJ, UFSJ. Já a UFMS, UNIPAMPA e UFSC citam “questões étnico-raciais” em algumas ementas de disciplinas obrigatórias, mas esta não é a temática principal da disciplina, como, por exemplo, as matérias Comunicação e Cultura¹⁶ ou Sociologia da Comunicação¹⁷. O restante das 8 universidades distribuem matérias que elencam questões étnico-raciais, mas são optativas e eletivas de outros cursos.

Além disso, poucas dessas 14 universidades possuem uma fundamentação teórica étnico-racial nas disciplinas; e nenhuma menciona a Imprensa Negra em sua ementa e bibliografia, ao menos as que cadastram o programa da disciplina no sistema institucional digital. A exemplo da disciplina obrigatória da UFSJ, “Cultura brasileira e questões

¹⁶ Ementa da disciplina de “Comunicação e Cultura” da UNIPAMPA, disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/jornalismo/files/2022/08/ppc-curso-de-jornalismo-versao-2022.pdf>

¹⁷ Ementa da disciplina de “Sociologia da Comunicação” da UFMS, disponível em: <https://faalc.ufms.br/files/2022/12/PPC-Jornalismo-2.pdf>

étnico-raciais”¹⁸, ministrada pelo departamento de ciências sociais, como informa o PPP do curso, em sua bibliografia básica há uma escassez de autores negros e de discussão étnico-racial, como também no conteúdo programático dividido em 5 unidades, só uma é dedicada a “questão racial no Brasil”. Assim, observamos que as matérias são realizadas apenas para falar sobre o racismo – que não é uma temática afro-brasileira, mas sim uma prática estrutural da branquitude. Desse modo, silenciam os conhecimentos da população afrodescendente no país, como o Jornalismo Negro, atuando dessa forma através de procedimentos de exclusão (Foucault, 1996).

Posteriormente em 2013, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo (Ministério da Educação, resolução Nº 1, 2013). Entretanto, apesar do conhecimento das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, há apenas uma menção das questões étnico raciais no documento do curso de jornalismo, no Art. 6º, Eixo de Fundamentação Humanista:

Cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas (...).

Desse modo, ao praticamente não retratar a população afrodescendente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, o regimento deixa espaço para que cada universidade decida como implementar as temáticas raciais. Esse procedimento não é aleatório, mas uma estratégia que favorece o epistemicídio, além disso, desempenha um papel político ao desconsiderar ou não abordar as questões previstas pela legislação 11.645 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. No entanto, é importante pontuar que foram analisadas as estruturas curriculares, bibliografias, ementas e PPPs dos cursos de jornalismo, todavia as universidades podem promover outras ações de ensino da história e cultura afro-brasileira que não são elencadas no documento. Assim, é sintomático tais ações não estarem inscritas no currículo, o que mostra que ainda são vistas de maneira periférica e que pouco constituem o curso de modo consolidado.

Portanto, acreditamos que esse é um dos grandes desafios do silenciamento da Imprensa Negra nos cursos de graduação de jornalismo, apesar de todo arcabouço legislativo,

¹⁸ Ementa da disciplina obrigatória da UFSJ, disponível em: <https://jornalismo.ufsj.edu.br/site/grade-curricular/>

as leis não aparentam ser suficientes para o combate do epistemicídio na universidade, visto que há todo um esforço para a negação das contribuições da população negra na academia e educação. Quando há disciplina que retrate a história afro-brasileira, é evidente o foco na escravidão e no racismo, que como enfatizado anteriormente, são práticas seculares criadas e mantidas pela branquitude, e não histórias e práticas da população negra.

Foram encontradas apenas 5 das 42 Universidades, que em suas graduações abordem a Imprensa Negra e/ou Jornalismo Negro em alguma de suas disciplinas. Dentre elas, apenas o curso da Universidade Federal de Pelotas, cita exatamente “História da Imprensa Negra”, na disciplina de Introdução ao Jornalismo¹⁹, apesar da bibliografia básica e complementar não citar nenhuma referência acerca da temática.

As demais quatro universidades que abordam a temática, não mencionam a “Imprensa Negra” na ementa, mas palavras-chaves relacionadas citadas acima. Por exemplo, na UFBA, nas disciplinas de História do jornalismo, Jornalismo especializado e Jornalismo integrado, as ementas²⁰ trazem como objetivo abordar “perspectivas étnico-raciais no jornalismo”, mas não consta no documento quais são as referências bibliográficas utilizadas e como o conteúdo será abordado. Na UFPB, na disciplina de Teorias do Jornalismo há menção sobre “Vínculos entre o jornalismo e as relações raciais”, entretanto, não há cadastro do programa da disciplina no site institucional; já na matéria obrigatória “Relações étnico-raciais” não constam a ementa²¹ e o programa, o que já mostra um despreparo para tratar da temática, já que todas as outras disciplinas cadastradas constam a ementa. Na UFJF, no programa da disciplina de Comunicação Comunitária²² há um trecho que menciona “comunicação do movimento negro”, o que pode ou não se assemelhar ao Jornalismo Negro. Apesar disso, esta é a única disciplina que menciona alguma das palavras-chaves pesquisadas na ementa e nas referências bibliográficas, mesmo que, no documento do PPP, foi observado uma promessa de maior abordagem em relação às reflexões étnico-raciais nas disciplinas:

¹⁹ Ementa da disciplina “Introdução ao Jornalismo” da UFPel, disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/disciplinas/cod/1320102>

²⁰ Ementas das disciplinas citadas da UFBA, disponível em: [https://facom.ufba.br/portal/upload/arquivos/PROJETO%20PEDAGOGICO%20JORNALISMO_FINAL_2022%20\(1\).pdf](https://facom.ufba.br/portal/upload/arquivos/PROJETO%20PEDAGOGICO%20JORNALISMO_FINAL_2022%20(1).pdf)

²¹ Ementas das disciplinas de jornalismo da UFPB, disponível em:

<http://www.ccta.ufpb.br/dejor/contents/menu/transparencia-documentos-publicos/ementas-das-disciplinas>

²² Ementa e referências bibliográficas da disciplina “Comunicação Comunitária” da UFJF, disponível em seu PPP:

https://www2.ufjf.br/jornalismo/wp-content/uploads/sites/443/2023/09/ATUAL_PROJETO-PEDAG%3%93GI-CO-DO-CURSO-DE-GRADUA%3%87%C3%83O-EM-JORNALISMO.docx.pdf

Espaço para o debate dessas questões de forma clara em disciplinas como Comunicação Comunitária; Estudos Culturais; Desafios Éticos do Jornalismo; Sociologia: história, temas e atualidades, além de incentivar como princípio que tal abordagem perpassasse toda a matriz curricular, inclusive e com bastante ênfase nas disciplinas teórico-práticas, práticas e de perfil extensionista (PPP UFJF, 2022, p.6)

Por último, na UFES, na disciplina de Teorias da Comunicação 2,²³ no texto da ementa há “relações étnico-raciais e mediações culturais nos estudos da Comunicação”, o que pode ou não incluir o Jornalismo Negro, já que não consta nas bibliografias referências sobre o tema.

Em síntese, é notório o silenciamento dessa temática, sendo até árduo elaborar uma tabela com tamanha escassez. Na região norte do país, em suas 8 Universidades Federais com o curso de Jornalismo, nenhuma cita a temática, nem há disciplinas sobre Imprensa Negra ou sobre questões étnico-raciais em geral disponíveis nos Projetos Políticos Pedagógico e sites institucionais, apesar de todos os PPPs mencionarem o conhecimento das diretrizes de Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Mesmo nas demais regiões, ao menos uma universidade ter uma disciplina sobre relações étnico-raciais ou minimamente abordar a Imprensa Negra é muito pouco ao observar o quantitativo de universidades e a relevância da temática. Esses dados infelizmente são reflexos de uma formação jornalística pautada pela branquitude, em que praticamente não há componentes curriculares acerca das questões raciais e sobre o Jornalismo Negro.

Por fim, entendemos que essa análise foi realizada apenas de forma digital, por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos, matrizes curriculares e ementas, que estão disponíveis na internet de maneira obrigatória. Entretanto, tal análise não comporta possíveis ações, pesquisas, eventos e propostas acerca do Jornalismo Negro e das questões raciais dentro do curso de jornalismo que não são elencadas nos PPPs e nas estruturas curriculares da graduação. Alguns PPPs até mencionam que a aplicação pode ser através de projetos de extensão, ações e seminários, mas a falta de projeção e estrutura dessas atividades nos documentos, já revelam uma falha na aplicação da lei, pois não há garantia de implementação, o que contribui para o epistemicídio nas universidades.

Diante disso, o argumento de que o Jornalismo faz parte de uma sociedade pautada pelo racismo e que, por isso, ele é dessa forma, não pode ser aceitável. A partir de uma linha dos estudos culturais e pela análise do discurso a partir de Foucault, acredito nas resistências,

²³ Ementa da disciplina da UFES, Teorias da Comunicação 2, disponível em: <https://ementario.ufes.br/ementario/ementarioDisciplina.xhtml?d=34025842>

nas brechas, no que se mostra transgredir nessa sociedade. Assim, enxergo o Jornalismo Negro como um modo de fazer jornalismo que muda a estrutura da instituição, seus valores notícia, suas pautas e análises. Com o intuito de olhar para população negra e trazer consigo discursos raciais dos movimentos negros, sendo essencial sua presença nos componentes curriculares de Jornalismo. Essa análise do epistemicídio nos PPPs e nas grades curriculares das universidades é um gesto também político de denúncia para que possa haver transformações no jornalismo, em sua história e nos futuros jornalistas do país.

Em busca de exercitar também a esperança, entendemos, a partir de hooks (2017), que apesar do que se revela estrutural, a implementação de políticas de ensino voltadas para a inclusão da discussão sobre história afro-brasileira e indígena podem constituir tentativas de transgressão, de transformação no discurso já consolidado sobre as questões raciais relacionadas ao jornalismo, sua história, seus produtos e suas práticas. Silvio de Almeida, explica em seu livro como as instituições brasileiras, como a universidade, são reprodutoras de um racismo estrutural e afirma a necessidade de combater esse racismo intrínseco às instituições:

Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá tornar-se uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combater o racismo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas (ALMEIDA, 2019, p. 37).

Compreendo que, a atuação do epistemicídio na exclusão dos negros da educação formal e da academia é estratégica, Grada Kilomba (2019) trata em seu livro que essa é uma “política espacial” de exclusão. Primeiramente, a população negra foi escravizada, não tinha direito à educação e, através de muita luta, conquistou esse direito, entretanto, por quase um século mal conseguia acessar o ensino superior. Após mais reivindicações, foi alcançada a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação, desde o ensino infantil até o superior. Concomitantemente, em 2012, foi instituída a Lei de Cotas, uma reserva de vagas para pardos e pretos nas universidades públicas do Brasil, porém, ainda em 2024, há um reducionismo e silenciamento dos conhecimentos da população negra. Apesar dos obstáculos, os movimentos negros têm realizado um protesto constante para o reconhecimento de sua população como produtores de conhecimento, transformando as teorias em práticas libertadoras e de transformação (Hooks, 2017, p.86)

Dentro do jornalismo, há disputas e relações de poder que definem as epistemologias e práticas do curso. O propósito deste estudo é que seja repensado as teorias, histórias e conteúdos a serem tratados na graduação. Nesta seção, foi explicitado a necessidade de componentes curriculares sobre o Jornalismo Negro, uma vez que é mais do que uma disciplina, uma temática interdisciplinar que tem potencial para compor diversas matérias, como será mostrado no capítulo 2. Portanto, é primordial que algo seja realizado sobre esse tema, pois se admitimos que ciência é inovação, é importante ir além de incluir o digital, o jornalismo de dados e a inteligência artificial na estrutura curricular. Transformação é mudar e desconstruir as categorias que já estão postas, como a hegemonia da branquitude no jornalismo.

Contudo, compreendo que para que essa transformação aconteça não basta apenas questionarmos os estudos de jornalismo nas graduações. É necessário que as epistemologias e práticas jornalísticas sejam discutidas e tensionadas, não apenas como uma inclusão de uma categoria racial, de uma “contribuição” da população negra, mas como o reconhecimento de um campo de conhecimento afro. Essa área de conhecimento jornalístico negro não necessariamente conflui e pode ser enxergada como uma coluna, editoria, seção, pois ela também possui seus modos e formas de organizações. É fundamental uma abordagem que possa identificar essas pluralidades, para isso é importante questionar a singularidade do jornalismo, que se propõe objetivo, neutro, imparcial. Além disso, esse jornalismo singular exclui outros modos de jornalismo e, também, nega a racialização, pois apenas o “outro” é racializado, ele é único, singular e universal. Por fim, compreendo que a nossa sociedade já é racializada e, portanto, o jornalismo como parte dessa sociedade faz parte desse processo.

CAPÍTULO 2: POR PERSPECTIVAS PLURAIS DE JORNALISMO: JORNALISMO COMO PRÁTICA E SABER DOS MOVIMENTOS NEGROS

É tempo de falarmos de nós mesmos não como “contribuintes” nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação.
Beatriz Nascimento (2021, p.48)

Assim como mostra a epígrafe deste capítulo, o objetivo dele é teorizar a população negra como participante e constituinte do jornalismo. Para isso, dividi o capítulo em três partes. Na primeira, o intuito é abordar o controle discursivo da instituição jornalística sobre o que é ou não jornalismo e como tal controle é fundamentado em práticas hegemônicas e colonizadoras. Na segunda parte, entendendo o caráter relacional desse jornalismo com os movimentos negros, pretendo reivindicá-lo como uma prática e saber próprio, a fim de compreendê-lo como mais do que uma série de jornais que combatem o racismo. Com o objetivo de entender suas características a partir de sua história, discursos e das relações que possam ser definidas como um Jornalismo negro. Na última parte do capítulo, serão destacados o E-book sobre Jornalismo Negro no Brasil e as propostas pedagógicas na graduação de jornalismo.

2.1. O controle discursivo sobre o que é ou não jornalismo

A sala de aula na universidade, especialmente a sala de aula do curso do jornalismo, foi um ambiente doloroso para mim, por isso aqui tento usar da escrevivência (Evaristo, 2021), da teoria como prática de libertação (hooks, 2017), do silêncio como transformação (Lorde, 2019), como uma escrita de dentro, com o intuito de que mais pessoas pessoas negras não passem por isso. No começo da graduação, fui questionada pelo uso de turbantes, e cheguei a ouvir a frase “você não vai poder apresentar um jornal dessa forma”, na “justificativa” de que turbantes chamam muita atenção e iam desviar o foco da notícia. Assim, compreendo que, nós temos que pautar os jornalismo e as temáticas raciais no jornalismo, não apenas porque é inclusivo e diverso, mas acima de tudo, porque essa suposta “neutralidade” é violenta. Desejo que alunos negros não sejam tratados dessa forma em sala de aula e que eles não percam suas expectativas profissionais e pessoais por conta do racismo, por isso aqui escrevo. É nosso papel, ao mínimo, começar a enxergar que há uma estrutura jornalística mascarada de argumentos sobre neutralidade e objetividade, quando são claramente racistas. Valéria Vilas Boas (2018) aborda como esse corpo padrão no jornalismo

atua como um modo de regulação de subjetividades em que, “a experiência subjetiva da negritude não é configurada enquanto possibilidade de partilha e reconhecimento na figura da jornalista” (2018, p.186).

Donna Haraway, explica como essas doutrinas de objetividade “ameaçam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas da verdade’” (1995, p.13). Assim, com essa vivência empírica, inicio esse capítulo com um dos meus relatos de racismo dentro do curso de jornalismo, como um exemplo do que sei que não é individual e específico de um local, mas de uma estrutura que opera desse modo. Essas experiências, apesar de dolorosas, construíram meus questionamentos sobre a teoria e prática do jornalismo e me fizeram buscar mais expressões do jornalismo. Expressões em que, para além de me enxergar, eu não teria que me esconder. Aqui, nesta dissertação, eu luto com a linguagem para não usar os termos “outros”, “diferentes”, porque sei que não há um “normal”, “tradicional” e nem um “primeiro” quando se trata de jornalismo, mas também reivindico palavras que eu possa expressar o múltiplo, sem inferiorizar ou superiorizar.

Vimos no capítulo 1, que os livros de história da imprensa brasileira e o ensino do jornalismo no Brasil atuam com uma série de repetições dos mesmos paradigmas e histórias, dessa forma, concordando com os autores, “fica evidente a importância de se pensar afirmação de um modo de ser único, fundamental, de uma espécie de ‘paradigma tradicional do jornalismo’, como um gesto ideológico em constante reafirmação” (Leal, Jácome, Manna, p.152-153). Além disso, a partir das análises, é possível perceber o silenciamento de diversos modos de produzir jornalismo. Sendo assim, é necessário abordar as diversas histórias que compõem a historicidade do jornalismo brasileiro, “o reconhecimento da historicidade do jornalismo e a pesquisa histórica que leva isso em conta, portanto, devem atentar-se continuamente a uma dimensão reflexiva, decisiva para escapar de modelos e padrões pré-estabelecidos” (Leal, Jácome, Manna, 2014, p.153). Neste capítulo pretendo, então, questionar esse controle do discurso sobre o que é jornalismo e sua defesa única de ser, assim como, na segunda parte, objetivo tensionar sobre um saber e produção jornalística negra.

Ao discutir Jornalismo negro, abordo uma crítica ao jornalismo singular, que descarta as pluralidades étnicas, raciais, históricas, sociais e temporais. Jácome (2023, p. 17) explica que “o jornalismo, no singular, tende a ser visto em seus discursos autorreferentes e em muitas teorias normativas como uma entidade estável, homogênea, como se suas funções e seus compromissos fossem pré-estabelecidos e imutáveis em quaisquer paisagens históricas”.

Concordando com o autor, entendo que não há como o jornalismo ser homogêneo sem a exclusão de outros modos de produção jornalística. Portanto, é preciso ir além do jornalismo homogêneo e seu vínculo aos critérios de objetividade, imparcialidade e neutralidade, frutos de uma adesão a uma modernidade europeia e estadunidense. Esses critérios formam uma ótica hegemônica de enxergar o jornalismo e favorecem a exclusão de pautas, como as raciais. Fabiana Moraes e Marcia Veiga (2019) também trazem uma discussão crítica sobre como a objetividade jornalística tem raça e gênero, assim, as autoras abordam:

Os impactos dos pressupostos moderno-iluministas, tanto na Ciência quanto no Jornalismo, percebe-se que estas ideologias para a produção do conhecimento são permeadas de valores políticos, econômicos e culturais hegemônicos legitimados pelo paradigma moderno e resultam na manutenção do status quo em ambas as instâncias (2019, p.6)

É preciso pontuar que tais discussões permeiam às práticas jornalísticas como podemos observar no Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021), em que "as redações jornalísticas brasileiras são mais brancas e masculinas do que a população brasileira e o racismo está presente na vida de praticamente todos os profissionais" (2021, p.6). Já em relação à definição de pautas obtém destaque o registro de que assuntos étnico-raciais não têm relevância para os veículos (22,6%), de profissionais negros sem espaço para matérias com temas positivos (35,5%) e de que o tema racismo não é bem-vindo na mídia em geral (21,8%). Além disso, a opinião sobre o critério para definição de fontes apontou, principalmente: cultura geral da empresa privilegia fontes brancas (73%) e racismo evita fontes negras (43,5%) (Perfil Racial da Imprensa, 2021, p.32.).

O jornalismo, em sua perspectiva objetiva, se entende como uma instituição independente da política, desse modo, tende a não considerar jornalismo os jornais que atuam com engajamento político. Mesmo que seja sabido que essa neutralidade política é apenas um ideal, pois ao longo da história é perceptível as diversas ligações políticas do jornalismo hegemônico. Por isso, parto do entendimento de que “o jornalismo é constituído por subjetividades e também constituidor delas”, como afirma Valéria Vilas Bôas (2018, p. 102), uma vez que a percepção de objetividade tende a excluir a população negra, pois parte de uma perspectiva racional e “universal”, dessa forma, não diversifica seus discursos e pautas. Quando entendemos que o jornalismo é constituído por subjetividades, abordamos uma pluralidade de perspectivas, pautas e discursos que constroem esse jornalismo. Além disso, entendo que há uma desvalorização de pautas que são compreendidas como esfera privada,

como gênero e raça, quando são assuntos que permeiam toda uma esfera pública de sociedade. Valéria Vilas Bôas explica que,

O reconhecimento desse corpo político no qual se inscrevem marcas da vivência material dos sujeitos implica que o nosso olhar para o jornalismo seja orientado por uma reconfiguração das bases a partir das quais discutimos os limites entre público e privado que constituem a pauta jornalística, mas também, e sobretudo, sua dimensão de atuação enquanto instituição social que regula corpos e subjetividades constituindo identidades clivadas por um conjunto de normas (2020, p.182).

Com isso, desde a chegada da internet emerge um discurso forte sobre crise no jornalismo, acerca do que é ou não jornalismo a partir das mudanças tecnológicas e profissionais. Esse discurso da crise já tinha acontecido anteriormente, como relatam Albuquerque e Roxo (2015), em relação à profissionalização, diploma e diretrizes curriculares do jornalismo. Entretanto, é notável como esse discurso de crise está relacionado há um controle discursivo e há uma reafirmação de paradigmas do jornalismo, independente do tempo e dos contextos históricos, como explicam Leal, Jácome, Manna (2014, p.148). “o diagnóstico da crise não se refere exatamente ao jornalismo de uma maneira geral, mas ao que se pode chamar de seu ‘paradigma clássico’”.

O reflexo disso, como explicam os autores Albuquerque e Roxo (2015, p.33), é que “desde 2000, os cursos de Jornalismo se tornaram cada vez mais ortodoxos e distanciados de uma formação teórica mais geral na área das Ciências Humanas e da Comunicação”. Esse afastamento de uma formação mais teórica e apelo a uma educação prática e profissional, compreendo que também contribui para o reforço de noções que são prejudiciais as discussões sobre raça, etnicidade e gênero dentro do jornalismo, pois continuam-se os velhos/novos paradigmas de “objetividade, neutralidade, imparcialidade”, que ferem as subjetividades e contribuem para uma educação menos crítica, questionadora e transformadora. Além disso, a formação do jornalista tende a focar em aspectos técnicos, o que é possível perceber também nos próprios livros da área, em que as mudanças tecnológicas são mais abordadas a fim de percorrer uma história, enquanto os contextos históricos, sociais e culturais são colocados em segundo plano.

Albuquerque e Roxo (2015) também trazem uma discussão importante, junto a outros autores, sobre o processo da obrigatoriedade do diploma de jornalismo. Como essa formalização do diploma está relacionada a processos de exclusão e preconceito:

Em tornar a obrigatoriedade do diploma uma forma eficaz de excluir do jornalismo a uma ralé social cujas práticas moralmente duvidosas (Abramo, 1991; Lage, 2002), despreparo cultural em níveis muito básicos (Castello Branco, 1990; Roxo, 2007; Lage, 2002) e mesmo características físicas, como a falta de cuidado com a aparência, denegriam e rebaixavam o jornalismo como profissão (2015, p.30).

Partindo para uma contextualização de um controle discursivo do jornalismo na história, sabemos que o jornalismo no Brasil é plural etnicamente desde o seu surgimento, já que em sua gênese possui criações negras, indígenas²⁴ e europeias. Ele também é diverso em suas concepções de jornalismo em diversos períodos. Logo, é necessário pensar o jornalismo para além do que ele deveria ser, mas em suas várias formas que ele é e tem sido ao longo do tempo, assim, como explica Itania Gomes, “afirmar o caráter de processo histórico e social do jornalismo” (2008, p.20). Ao compreender esse processo, podemos olhar a história do jornalismo no país e o próprio jornalismo para além dos jornais hegemônicos, como também o que foi produzido nas brechas e em contra-hegemonia a esse modelo moderno de construção jornalística. Desse modo, “a necessidade de pensar o jornalismo de outros modos se torna mais clara por conta de um esforço por examinar a sua história, as demarcações que constrói entre si mesmo e outras formas comunicativas” (Vilas Bôas, 2018, p.98).

Quando me refiro à perspectivas plurais do jornalismo, estou indo além da crítica, essencial, à representação negra nos jornais hegemônicos ou à minoria de jornalistas negros, etc. Essas pautas não são menos importantes, mas é significativo o silenciamento das discussões acerca do Jornalismo negro dentro da instituição jornalística, inclusive quando há espaço em congressos científicos para "questões étnico-raciais" - em que todos os trabalhos com perspectivas étnicas, identitárias e raciais são agrupados, mas não são enquadrados em eixos e grupos como “fundamentos do jornalismo”, “estudos de jornalismo”, “teorias do jornalismo” e “história do jornalismo”. Essa breve pontuação é um exemplo do controle discursivo sobre o que é jornalismo, que inclusive limita em que espaço as questões étnico-raciais podem ser elencadas e quais temáticas devem ser discutidas.

Destaco aqui, uma compreensão de que a discussão sobre o racismo no jornalismo está em crescimento mesmo que devagar, assim como a da “representatividade negra” no jornalismo hegemônico, conforme é possível observar no livro *Vozes Negras em Comunicação* I e II (Corrêa, 2019; 2024), como também de acordo com a abertura de chamada de dossiês em revistas de comunicação que pensam raça e etnia, por exemplo, o de

²⁴ Os impressos produzidos nas missões jesuítas, no sul do continente americano, no século XVIII, por tipógrafos (que eram índios guaranis) circularam entre os demais aldeamentos, inclusive os situados na região hoje brasileira. (Martins e Luca, 2008, p.17)

“Raça, Mídia e Comunicação Antirracista” da Contemporânea (UFBA) em 2021, “Racismo” da Eco-Pós (UFRJ) em 2018. Além disso, a partir de 2022, foram criados grupos de trabalho e eixos temáticos que incluem a questão racial nos congressos da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Todavia, essas discussões não são o foco desta pesquisa. O intuito aqui é disputar um espaço sobre um modo de produção jornalística que vem sendo silenciado na instituição jornalística e reivindicar seu papel e atuação na história. Assim, partindo da ideia de que:

O jornalismo não pode deixar de ser partícipe, como um campo de saber e de poder, dos debates sobre a descolonização do pensamento, que vêm sendo realizados há décadas e que receberam maior espaço nas discussões nos últimos anos. Como uma prática social, o jornalismo precisa ser pensado nas diferentes formas pelas quais se integra e se manifesta na realidade social (Moraes e Veiga da Silva, 2019, p.12).

Abordar criticamente essa singularidade do jornalismo é um passo para o entendimento de um jornalismo plural e diverso. Contudo, mais que isso, é fundamental entender que existem outros modos de produção jornalística, pensados por exemplo a partir de questões raciais, étnicas e de gênero, conforme Peter Dahlgren:

O jornalismo, na realidade, muitas vezes, incentiva estas sensações de pertencimento coletivo - baseado em classe, gênero, preferência sexual, estilo de vida subcultural ou quaisquer que sejam, isto ainda é raramente reconhecido e, mais raramente ainda, elogiado. (1992, p.17)

A partir da análise dos livros de história da imprensa do Brasil, “pode-se perceber ainda que há uma manutenção desse tipo de perspectiva em obras temporalmente distantes, o que sugere certo congelamento histórico dos modos de compreensão do jornalismo.” (Leal, Jácome, Manna, 2014 ,p.150). Como abordam os autores, percebemos, no capítulo anterior, livros, desde 1960 até 2010, com as mesmas perspectivas congeladas sobre o jornalismo e sua história no Brasil. Assim também, é possível observar uma continuidade no silenciamento de diversos modos de produzir jornalismo, bem como uma necessidade de definir repetidamente o que é jornalismo. Portanto, os autores argumentam que:

Uma definição apriorística acerca do que ele é pode levar exatamente ao apagamento de sua importância e de sua diversidade. Em outras

palavras, observa-se que essa tensão se dá, então, por um discurso moderno de autolegitimação do jornalismo que deixa em segundo plano seus outros modos de ser historicamente constituídos (Leal, Jácome, Manna, p.147).

Essa diversidade no jornalismo brasileiro está para além do Jornalismo Negro, desse modo, como já mencionado na introdução, tenho ciência da Etnomídia, um termo que explica as mídias criadas pelos povos originários, como a rádio *Yandê* - Portal de etnomídia indígena. É importante destacar, também, que o Jornalismo negro não é uma especificidade do Brasil, ele ocorre em países da diáspora africana e da própria África, por exemplo, como é o caso da “Black Press” nos Estados Unidos, iniciada no século XIX, de jornais negros em Moçambique e em Cuba, iniciados no século XX e em diversos locais na América, como é possível observar no livro “Vozes da Raça: Jornais Negros na América Latina, 1870–1960” (Alberto, Andrews, Garskof, 2022).

Esse hiato entre o jornalismo como uma única forma de ser e a multiplicidade de suas existências efetivas é destacado por Jácome em sua tese (2017, p.60). Apesar da sua pluralidade, podemos perceber que na construção da história do jornalismo do país, em grande parte são frisados os jornais hegemônicos e sub-citados os jornais contra-hegemônicos, especialmente, os jornais negros, como foi identificado na primeira parte do capítulo. Segundo Peter Dahlgren (1992, p.2) a “pesquisa sobre o jornalismo tem um papel a desempenhar tanto na manutenção do consenso e do controle discursivo”, assim, é possível observar esse silenciamento sobre os diversos modos de produção jornalística como uma estratégia de controle sobre o que pode ou não ser jornalismo.

Há uma limitação na concepção sobre o que é ou não jornalismo, isso foi possível constatar na história da imprensa do Brasil por meio das definições de jornais negros, como: panfletos, pasquins, imprensa das comunidades, jornais do movimento negro e comunicação comunitária. Entendo que essa fuga da identificação do Jornalismo Negro como jornalismo parte não só de um silenciamento, como também de uma restrição discursiva e diminuição do seu papel e relevância. Por isso, aqui faço a defesa de um jornalismo plural e de pesquisas jornalísticas que estejam preocupadas com o questionamento sobre o que já está posto. Segundo De Albuquerque (2010, p.101) a produção acadêmica do jornalismo, “assume freqüentemente uma feição conservadora (no sentido teórico-metodológico, antes que político), comprometendo-se antes com a reprodução de interpretações consagradas do que com o desafio sistemático aos saberes estabelecidos”. Peter Dahlgren (1992, p.2), também afirma que as pesquisas jornalísticas muitas vezes estão interessadas em “reproduzir os

cânones da objetividade científica e / ou manifestar expressamente a compatibilidade com a tradicional autocompreensão do jornalismo”.

Vimos também que a genealogia compõe muitas pesquisas jornalísticas que se interessam prioritariamente em como começou o jornalismo no Brasil, como mostra a pesquisa de Marialva Barbosa (2009). Por isso, é tão importante para o jornalismo brasileiro que ele tenha começado com a Europa, e só com a permissão do colonizador, seja pelo Correio na Inglaterra ou pela Gazeta feita pelos portugueses. Essa gênese é tão significativa para os europeus, de serem os primeiros em “descobertas”, que há poucos estudos sobre africanos e indígenas que tinham relações atlânticas no período pré-colonial, mesmo que isso já tenha sido comprovado (Funari, Justamand, Oliveira, 2018).

Essa viagem temporal que faço é um gesto de tensionar sobre quais perspectivas temporais e historiográficas partimos, em geral, pautadas em uma história escrita a partir de visões europeias que pouco consideram as histórias de diversos povos. Dessa forma, compreendo que, “a pesquisa sobre outros acontecimentos históricos e a reinterpretação daqueles já conhecidos visa não apenas produzir novos entendimentos sobre eles, mas também revisar os modos como eles foram e são sabidos” (Leal, Jácome, Manna, 2014, p.147).

Essa é uma tensão que me incomoda quando escrevo sobre Jornalismo Negro e os movimentos negros, bem como contribui para que possamos nos situar em uma cosmovisão de tempo e pensamento que trabalham em lógicas diferentes. Compreendo o tempo através de uma percepção de matriz africana, que enxerga em suas culturas o tempo próximo a uma perspectiva não-linear, diferente dessa “noção de tempo que se expressa pela sucessividade, pela substituição, por uma direção cujo horizonte é o futuro marca as teorias ocidentais sobre o tempo e a própria ideia de progresso e de razão da modernidade” (Martins, 2021, p. 25).

Essa sucessão temporal, esse progresso como algo positivo, não acontece com o racismo brasileiro, pois o racismo insiste em continuar no país mesmo pós-escravidão e em diversos contextos históricos. Isto é possível observar no capítulo 3, de análise dos jornais negros na história do jornalismo brasileiro, em que a denúncia da discriminação racial demonstra ser frequente nas pautas e editoriais. Há quem acredite em uma lógica de progresso e avanço perante o racismo, entretanto é necessário pontuar suas remodelações, entendendo o tempo em uma perspectiva espiralar (Martins, 2021). Conforme observado, o racismo permanece mesmo nas instabilidades, rupturas e disputas, seguindo em formas e modos diferentes. Aqui destaco que há um movimento de transformação do racismo para que ele

permaneça estruturante na sociedade mesmo em lógicas e cronologias diferentes. O Jornalismo Negro, assim, demarca através da materialidade dos arquivos, os discursos a memória da luta contra o racismo e, conseqüentemente, atua como arquivo e história de parte das reivindicações dos movimentos negros.

Portanto, é fundamental discutir os arquivos do Jornalismo Negro, tendo como tensão a dificuldade não só dele ser considerado jornalismo, como também de ser considerado arquivo. Como foi mostrado, há décadas da história do Jornalismo Negro em que há dificuldades para encontrar arquivos. Dessa forma, questiono que há um silenciamento estratégico no arquivamento desses jornais. Assim, parto da compreensão de Achille Mbembe, para pensar o poder do arquivo:

Em qualquer sistema cultural dado, apenas alguns documentos preenchem os critérios de 'arquivabilidade'(...) O termo "arquivo" refere-se primeiramente a um edifício, símbolo de uma instituição pública, que é um dos órgãos de um estado constituído. Com exceção dos documentos privados (documentos da igreja, documentos de instituições privadas, famílias, empresas...), a maioria dos documentos considerados arquiváveis estão relacionados ao trabalho geral do Estado (Mbembe, 2002, p.19)

Observo que há uma dificuldade em montar um banco de dados do Jornalismo Negro no Brasil, por exemplo, nos Estados Unidos há bibliotecas virtuais com os arquivos de jornais negros dos EUA, de 1827 até os dias atuais, a exemplo da *Princeton University Library* no banco de arquivos “*African-American Newspapers*”. Aqui no Brasil, em bibliotecas universitárias, há apenas a iniciativa da USP, com o banco “Imprensa Negra Paulista” por meio de arquivos de 1903 a 1963. Além disso, há o projeto de memória e documentação, Negritos, que reúne arquivos da imprensa negra no nordeste, entre 1981 a 2002 e o Acervo da Imprensa Negra do Rio Grande do Sul²⁵. Também são acionados nessa pesquisa arquivos presentes na Hemeroteca Digital Brasileira, entretanto, é importante destacar que não há um arquivo nacional conjunto do Jornalismo Negro. Tendo isso em vista, o esforço, também, de demonstrar a lista de jornais negros na história do jornalismo brasileiro (Tabela 1), funciona para reivindicar um arquivo em conjunto dessa forma de produzir jornalismo. Na Biblioteca Nacional Digital há somente um acervo “Imprensa Negra e Abolicionista”, mas conta apenas com alguns jornais negros do século XIX, sendo estes, *O Homem de Côr*, *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Lafuente*, *O Meia Cara* e *O Abolicionista*. Bem como, pela mesma instituição,

²⁵ O acervo da imprensa negra do Rio Grande do Sul é um projeto desenvolvido pelo Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, disponível em: <http://afro.culturadigital.br/colecao/imprensa-negra-no-rio-grande-do-sul/>

somente em 2018, foram reunidos 31 periódicos abolicionistas do país, incluídos a estes periódicos os jornais citados acima e mais dois jornais negros, *A Pátria* e *O Progresso*. Portanto, a partir do autor, entendo que:

O arquivo, portanto, é fundamentalmente uma questão de discriminação e de seleção, que, no final, resulta na concessão de um status privilegiado a certos documentos escritos, e na recusa desse mesmo status a outros, assim julgados 'não arquiváveis'. O arquivo é, portanto, não um pedaço de dado, mas um status (Mbembe, 2002, p.20).

Na pesquisa dentro do Arquivo Público Nacional, de forma digital, não foram encontrados bancos de dados conjuntos acerca do Jornalismo Negro e/ou imprensa negra. Entretanto, foi possível analisar através da busca de arquivos, um monitoramento dos movimentos negros e do Jornalismo Negro na época da Ditadura Civil Militar, com encaminhamento de jornais negros pela Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, etc. Por exemplo, “Esta Seção tomou conhecimento e encaminha para apreciação os panfletos “13 DE MAIO FESTEJAR OU LUTAR?” e “CARTA ABERTA - 13 de MAIO: QUE LIBERDADE É ESTA?” enviado pelo Ministério da Aeronáutica, com o assunto “NÚCLEO NEGRO SOCIALISTA - MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA À DISCRIMINAÇÃO RACIAL” de 1979. Antes mesmo do lançamento do jornal *Nêgo* - veículo nacional do Movimento Negro Unificado, eram distribuídos tais jornais pelo MNU, que já estavam sendo fiscalizados pelo governo ditatorial.

Tais arquivos sobre Jornalismo Negro e movimentos negros, presentes no Arquivo Nacional do Brasil, demonstram um poder coercitivo e controlador sobre as reivindicações da população negra, bem como demonstram o papel de reivindicação e luta dos movimentos negros que estavam resistindo a este poder do período ditatorial. Os arquivos são, em sua maioria, intitulados como: “secreto”, “confidencial” e com o tema acerca de “racismo” e “racismo do negro no Brasil”. Além da vigilância de jornais negros na ditadura, como a Revista *Versus* e jornais do MNU, havia o monitoramento de congressos, reuniões e seminários dos Movimentos Negros, bem como de intelectuais e militantes, a exemplo de, Abdias Nascimento, Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, entre outros. Ademais, também eram monitorados artigos sobre racismo no Brasil em outros jornais nacionais, como de outros países, a exemplo da França e Alemanha. Sobre isso, Foucault explica que: “O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas

interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras” (1996, p.95).

Tendo isso em vista, é necessário discutirmos a necessidade de constituir arquivos que, para além de contar a história de controle e silenciamento da população negra, nos mostrem uma narrativa de reivindicação e resistência dessa população. O Jornalismo Negro no Brasil, assim, é para além de uma produção jornalística, é uma memória das lutas de um povo e de uma forma de pensar a sociedade, de combater o racismo e reivindicar outros futuros. Mbembe (2002, p.21) explica, que por meio dos arquivos podemos compor uma história:

Por meio de documentos arquivados, somos apresentados a pedaços de tempo a serem reunidos, fragmentos de vida a serem colocados em ordem, um após o outro, na tentativa de formular uma história que adquira sua coerência por meio da capacidade de criar vínculos entre o início e o fim.

Mbembe ainda aborda que: “os arquivos nascem de um desejo de remontar esses vestígios em vez de destruí-los. A função do arquivo é impedir a dispersão desses traços e a possibilidade, sempre presente, de que, deixados a si mesmos, eles possam eventualmente adquirir vida própria” (Mbembe, 2002, p.23). Para a população negra, os arquivos têm especial atenção, porque são vestígios de histórias que pouco são retratadas na história hegemônica, como também de que maneira são abordadas na história. A autora Saadiya Hartman (2022) propõe uma contranarrativa negra ao pensar os arquivos, como uma ideia de reconstituição dos poucos documentos encontrados. Assim, nesta pesquisa compreendo que trato não só do jornalismo e dos movimentos negros, como também de arquivos e da memória da população negra, por isso, é preciso reconstituí-los. Para Foucault (1986), a reconstituição dos documentos é importante para se pensar em uma arqueologia do saber:

Reconstituir, a partir do que dizem estes documentos - às vezes com meias-palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável (1986, p.7).

Essas reconstituições dos arquivos são marcadas por relações de poder que atuam na disputa do que pode ou não possuir status de arquivo em uma sociedade, pois há o entendimento que esses arquivos podem produzir campos de conhecimento/poder. Para Foucault (2005), “não há relação de poder sem a constituição correlativa de um campo de conhecimento”, assim, compreendo o jornalismo como um campo de conhecimento histórico,

que produz regimes de verdade que atuam nos discursos, por exemplo, a objetividade, neutralidade e imparcialidade. Podemos perceber também quais sujeitos se beneficiam desses discursos, pois não há como pensar racismo numa perspectiva neutra, imparcial e objetiva. Esse jornalismo, como instituição jornalística, como “ismo” (Jácome, 2017), se mantém em variados contextos, com sua “vontade de verdade”, para Foucault, “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como um poder de coerção” (1996, p.18). Logo, discursos que disputam com essa forma de jornalismo, são silenciados e definidos como não-jornalismo, tais como as abordagens acerca dos jornais negros, como pasquins, imprensa comunitária e, o principal, a não retratação, o silenciamento, como vimos no primeiro capítulo acerca da história do jornalismo.

Tendo isso em vista, podemos perceber que esse controle discursivo, sobre o que é jornalismo, é estratégico e reprime outros modos que não aqueles defendidos pela instituição jornalística. Um dos recursos que Foucault (1996) trabalha, em *A Ordem do Discurso*, é a vontade de verdade, elencada acima, “como uma prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade recolocá-la em questão contra a verdade” (1996, p.20). Compreendo que tal concepção nos ajuda a entender o jornalismo e a história do jornalismo como uma instituição que exclui outras formas de ser jornalismo. Portanto, podemos analisar a partir do autor que, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996, p.10). Assim, podemos entender que não são só os discursos que traduzem a história desse jornalismo, mas que há uma luta pelos discursos, uma disputa sobre ele, como está sendo produzida nessa dissertação.

Acerca dessa disputa discursiva dentro do campo do jornalismo, almejo aqui pensar em uma concepção de saber jornalístico negro, isto porque, compreendo que para além de disputar discurso, nesta pesquisa há uma disputa por saberes. Foucault (1986, p.206) aborda que, “há saberes que são independentes das ciências(...); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Desse modo, Foucault (1986) em *Arqueologia do Saber*, aborda uma concepção contra as totalidades da história, ou seja, sobre a visão crítica de uma história única, sem disputas e contextos. A partir disso, é possível desenvolver, assim como estuda Foucault, uma *arqueologia* (1986) desse Jornalismo Negro, em que possamos dar atenção às histórias específicas.

Entendendo a arqueologia por meio “do eixo da prática discursiva-saber-ciência. A arqueologia encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no saber” (Foucault, 1986, p.205). Assim, na segunda parte desse capítulo, será discutido o Jornalismo Negro como saber, desse modo, como uma forma de produzir e pensar jornalismo por meio dos movimentos negros.

2.2. É jornalismo e também é movimento negro: uma forma de saber e produção jornalística negra

O Jornalismo Negro, assim como os movimentos negros no Brasil, são uma forma de auto-organização do negro. Abdias Nascimento (1980) organizou um método de análise para as práticas organizativas dos afro-brasileiros, o qual ele define como Quilombismo. Uma metodologia inspirada nas sociedades quilombolas brasileiras do século XV até os dias atuais. A partir desse método, nessa parte do capítulo fito evidenciar o que o Jornalismo Negro tem sido ao longo de sua história, e entender suas práticas mais do que um jornalismo feito por pessoas negras e em combate ao racismo, mas como uma epistemologia e produção negra. Parto da visão de uma episteme desse jornalismo, porque observo que ele tem sido silenciado na academia, bem como porque ele não é um asterisco na história do jornalismo no Brasil, visto que o Jornalismo Negro é mais do que uma reprodução do jornalismo hegemônico, já que tem suas próprias características e modos de pensar e produzir. Partindo de uma visão quilombista, objetivo entender esse jornalismo como uma forma de quilombo, nos termos explicados também por Beatriz Nascimento:

O Quilombo é memória, é história, é o ser, assim nós o entendemos na década de 70. Era o nosso lema para a recuperação de nossa identidade, de nossa ancestralidade, de ser no mundo adverso. [...] Sob sua esfinge, sua imagem recalcada que estava em cada um de nós, ele inventou um movimento. Fazendo-nos lembrar hoje que o quilombo é o espaço que ocupamos. Quilombo somos nós. Somos parte do Brasil (Nascimento, 2018, p. 352).

No livro *Quilombismo* (1980), em que Abdias Nascimento propõe essa metodologia inspirada na situação dos afro-brasileiros, ele nos convoca a refletir sobre o “tronco familiar em comum” da população negra e como pensar nessas origens nos ajuda a entender nossas práticas e pensamentos na afro-diáspora. Por isso, assim como Muniz Sodré apresenta em seu livro *Pensar Nagô* (2017) uma construção de pensamento e cosmologia que ele denomina como nagô, podemos a partir desses exemplos, pensar em diversas práticas e epistemes da população negra que são relegadas e excluídas do pensamento científico. É preciso estudar

um Jornalismo Negro que tem linguagens, histórias, engajamentos, produções e saberes em comum, que se diferem do jornalismo hegemônico e constroem seus próprios modos práticos e epistemológicos. Nesta pesquisa fito tensionar a história do Jornalismo Negro não como uma página dentro da história do jornalismo, mas como um próprio livro, prática e epistemologia.

Como Foucault propõe, em *Arqueologia do Saber* (1986), que é necessário pensar em histórias específicas, aqui podemos pensar em uma história e saber construídos por meio das disputas e das resistências:

História, não da literatura, mas do rumor lateral, da escrita cotidiana e tão rapidamente apagada que nunca adquire o status da obra ou que imediatamente o perde: análise das sublitteraturas, dos almanaques, das revistas e dos jornais, dos sucessos fugidios, dos autores inconfessáveis (1986, p.155).

Com isso, é necessário pontuar que pensar em histórias específicas não é clamar por uma exclusão, mas pela diversidade dessas histórias. Foucault (1986, p.14) ainda aborda sobre como o campo histórico e científico tem dificuldade em fazer teoria que pensem histórias específicas. O autor retrata também de como se constitui um discurso científico, o qual ele entende que deve ser formado por uma prática discursiva, mas não só “por sua forma e seu rigor, mas também pelos objetos de que se ocupa, os tipos de enunciação que põe em jogo, os conceitos que manipula e as estratégias que utiliza” (Foucault, 1986, p.204). Sendo assim, observo a partir do autor, o Jornalismo Negro como um saber, visto os objetos, estratégias, discursos e conceitos que aciona. Logo, no pensamento arqueológico, Foucault contribui para expansão do que é considerado saber, pois para ele:

Os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas (1986, p.205)

Essa concepção nos ajuda a pensar o Jornalismo Negro, pois há um controle sobre o que pode ser considerado científico e jornalístico, como já foi mostrado. Diante disso, é sabido que o gesto de pensar o Jornalismo Negro, para além de uma prática, como uma linha de pensamento, tensiona o epistemicídio e racismo dentro da academia e do jornalismo. Isto porque, é notável que há um ritual sobre o que é e quem pode falar, que Foucault explica como “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (que, no jogo

de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada de posição e formular determinado tipo de enunciados)” (1996, p.39). Assim, entendo que a instituição jornalística também define rituais com base em formação e valores, que convencionam o que, quem e como pode ser o jornalismo. Isto porque, o saber tem formas específicas de aplicação, distribuição, valorização e atribuição na sociedade (Foucault, 1996, p.17), especialmente no caso do Brasil, marcado pela colonização e racismo, em que há uma dificuldade, inicialmente, de conceber que há saberes da população negra e indígena, e de reconhecer, aplicar e valorizar dentro da academia e na própria sala de aula tais saberes.

Grada Kilomba (2019) também afirma que a academia é “um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras (...) Onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o ‘outras/os’” (2019, p.50). A autora também aborda, ao falar de conhecimento e academia, que “há uma hierarquia violenta que determina quem pode falar” (2019, p.53), principalmente, voltada à colonização e ao racismo. Portanto, entendo que é necessário produzirmos nossas autodefinições na história, em que nós não sejamos elencados como “outros”, mas como sujeitos do nosso próprio saber. Grada Kilomba, também, aborda a invisibilidade de ser definido pelo outro:

Nós nos tornamos visíveis através do olhar e do vocabulário do sujeito branco que nos descreve: não são nossas palavras nem nossas vozes subjetivas impressas nas páginas da revista, mas sim o que representamos fantasmagoricamente para a nação branca e seus verdadeiros nacionais (Kilomba, 2019, p.73).

Portanto, entendo que o Jornalismo Negro não deve ser pensado como um outro jornalismo, mas como uma forma de pensamento e prática que não só se fundamenta por meio da instituição jornalística, pois também constrói seus modos através dos movimentos negros. Quando partimos para pensar nas definições de “imprensa negra”, abordadas na introdução, podemos perceber que elas giram em torno do racismo, nesse sentido, abrimos margem para pensarmos que o Jornalismo Negro assim como as existências negras são definidas pelo racismo. Além disso, também deixamos de observar o que esse jornalismo tem sido, como ele surgiu e como ele vem operando ao longo do tempo que vai para além da reivindicação contra o racismo, mesmo que ela seja importante e característica. Por consequência, diminui-se o potencial criador, organizativo, discursivo, linguístico desse jornalismo e pouco retratam-se as composições de práticas, pensamentos e territorialidades. Há algo irreverente nessa criação jornalística negra, que podemos sim elencar como epistemológica. Assim, quando reconhecemos que há algo especial na nossa história, nesses arquivos e na forma de pensar o

jornalismo, entendemos que não é o racismo que ditou e dita o Jornalismo Negro. Logo, compreendo que precisamos modificar nossa linguagem para falar dos nossos saberes, como afirma Patrícia Hill Collins:

É comum grupos oprimidos serem ouvidos apenas quando enquadramos nossas ideias em uma linguagem familiar e confortável para um grupo dominante. Esse requisito muitas vezes modifica o significado de nossas ideias e contribui para fortalecer as ideias dos grupos dominantes (2019, p.20).

É necessário pensarmos em saberes localizados (Haraway, 1995), ou seja, levar em conta o gênero, raça, etc, para constituição das ciências. Quando pensamos dessa forma, entendemos que os discursos dos intelectuais negros não são menos válidos, pois, como Grada Kilomba explica, é comum que na academia e na esfera de produção de conhecimento exista “uma dinâmica na qual a negritude significa não somente ‘inferioridade’, mas também ‘estar fora do lugar’ enquanto a branquidade significa ‘estar no lugar’ e, portanto, superioridade” (2019, p.56). Entretanto, nós também somos produtores de conhecimento e precisamos reivindicar não só nossos espaços dentro da academia, mas também nossos saberes e conteúdos.

A educação, a escrita e o acesso aos espaços de poder institucionais, foram por muito tempo limitados para pessoas negras e, em 2024, ainda são, mesmo que haja políticas afirmativas de cotas raciais em concursos e universidades²⁶. Entretanto, o fato das pessoas negras, em sua maioria, não estarem na academia ou em espaços de poder privilegiados, não significa que não produziam conhecimento. As culturas afro-brasileiras produziram conhecimento para além da escrita, através da manutenção e reinterpretação das culturas africanas no Brasil. Assim, o Jornalismo Negro é um exemplo de como o movimento negro se articulou para disputar discursos na sociedade, tal qual para denunciar suas ausências nesses espaços, destarte, Petrônio Domingues, propõe que os jornais negros tornaram-se “uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira” (2007, p.105).

Destaco a visão da Sueli Carneiro (2005) acerca da exclusão dos conteúdos sobre a população negra e africana dentro da academia e das universidades, a qual ela denomina como

²⁶ Alguns exemplos de pesquisas que confirmam esse argumento: Segundo o levantamento de 2020 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre ação afirmativa e população negra na educação superior, apenas 18% dos jovens pretos e pardos, de 18 a 24, estão na universidade. Também de acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2023, apenas 2,1% dos trabalhadores negros – homens ou mulheres - estavam em cargos de direção ou gerência.

epistemicídio, pois é uma forma de ocultar estrategicamente os saberes e práticas de uma população. Tendo isso em vista, ele “é uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta” (2005, p.97). A partir dessa ótica que observo a exclusão do Jornalismo Negro dentro da instituição jornalística, a qual nega uma história e produção jornalística negra e, ao mesmo tempo, impõe formulações e histórias de um jornalismo constituído pela e para a branquitude. Isabel da Rosa (2014), ao estudar a história da imprensa negra no Brasil, observa também como o epistemicídio atua na exclusão desse conhecimento jornalístico negro, a autora aborda como:

As produções da imprensa negra sinalizam a possibilidade de subversão da falta de interesse epistemológico não somente na história da imprensa negra, mas também na sua capacidade de reivindicação, mobilização social, educação e apreciação das relações humanas entre os grupos raciais brasileiros (2014, p.566).

Alice Andrade (2023), também explora em sua tese, que as mídias negras atuam na construção de referenciais diversos e com isso constroem uma luta epistêmica:

Quando se colocam com a missão de formular matrizes comunicativas nascidas na própria vivência negra, as mídias negras se põem também em uma postura decolonial e negam a necessidade de se reportarem sempre aos mesmos referenciais para compreender a própria realidade. Em uma dimensão cheia de camadas bem mais profundas que a representatividade, esses grupos lutam pela democratização da palavra demandam outros lugares enunciativo e epistêmicos além daqueles impostos pela colonialidade desde o imperialismo (Oliveira de Andrade, 2023, p.73).

A concepção de epistemicídio é cara a essa pesquisa, visto que ela vem sendo orquestrada em diversos campos de conhecimento a partir do silenciamento e negação dos conhecimentos da população negra. É sabido que a ciência construiu um discurso positivista de objetividade, neutralidade e imparcialidade, a qual o jornalismo hegemônico se inspirou e continua a defender. Entretanto, é necessário retratar que essa ciência tem raça, cor, gênero e interesses estratégicos em subjugar os conhecimentos de diversos povos. Ao questionar esses pressupostos científicos, almejo para além da crítica a essa forma de produzir ciência, pensar em que tipo de conhecimento produzir e sistematizar. Abdias Nascimento, 40 anos atrás, ofereceu uma visão importante sobre o assunto a qual uso como base para construção dessa dissertação:

Seria a ciência social elaborada na Europa ou nos Estados Unidos tão universal em sua aplicação? Os povos africanos conhecem na própria carne a falaciosidade do universalismo e da isenção dessa "ciência". Aliás, a ideia de uma ciência histórica pura e universal está ultrapassada. O conhecimento científico que os afrodescendentes necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente – de forma sistemática e consistente – sua experiência de quase 500 anos de opressão (1985, p.6).

Com toda essa negação de conhecimento da população negra, Paul Gilroy explica como “gerações sucessivas de intelectuais negros entenderam esta ligação e como a projetaram em sua escrita e sua fala na busca de liberdade, cidadania e autonomia social e política” (2001, p. 35). Por meio dessa escrita libertadora que o jornalismo negro se formou e continua na atualidade com diversos formatos de linguagem, uma vez que os movimentos negros se preocuparam/preocupam em produzir intelectualidade, educação, consciência racial e reivindicação dos seus direitos também por meio do jornalismo. Gilroy aborda uma concepção importante sobre a relação dos negros na diáspora, que ele define como: “negros dispersos nas estruturas de sentimento, produção, comunicação e memória, a que tenho chamado heurísticamente mundo atlântico negro” (2001, p.35). Esse atlântico negro fez com que africanos e afrodescendentes de diversas regiões utilizassem as ferramentas linguísticas e materiais que lhes eram impostas e criassem, a partir delas, suas formas de conjurar liberdade e transformação. Wellington Silva (2020), pontua uma visão importante sobre as criações comunicacionais coletivas dos negros, o autor aborda sobre as redes de comunicação dos quilombos como antecessores dos jornais negros:

Identificamos vestígios do que acreditamos constituir sistemas e redes de comunicação desenvolvidos ainda nos séculos XVI e XVII, a constituição do Quilombo dos Palmares e a fuga seguida de aquilombamento de escravos em Vassouras. Em nossa avaliação essas redes, com o passar do tempo, incorporaram novos elementos, no caso a produção dos jornais da imprensa negra. Seriam também esses jornais parte dessa rede por onde circulavam informação e solidariedade. Dado seu caráter contra hegemônico, sua concepção, produção e circulação só podem ser pensadas em termos de uma intenção colaboração entre negros libertos e também aqueles que permaneceram escravizados (Silva, 2020, p.80).

Destarte, os negros utilizavam e utilizam a escrita como um modo de denúncia do racismo e também de inserção na memória e historiografia brasileira, já que o jornal também pode ser visto como um documento, um arquivo. A escrita, então, é vista como “um lugar de

memória, é um dos instrumentos de expressão mais enaltecidos e habita os lugares de memória privilegiados no ocidente” (Martins, 2021, p. 29), portanto, utilizam dessa ferramenta que tanto os inferiorizam e silenciam como forma de disputar espaço no jornalismo, na escrita e na sociedade. É sabido que os povos que não possuem a escrita como seu principal meio de comunicação e registro são retratados como sem história e sem arquivos. Desse modo, embora não concorde com essa concepção acima, enxergo a escrita do Jornalismo Negro como um modo de disputar espaços na sociedade permeada pelo racismo.

No entanto, esses saberes produzidos tanto pela escrita, como pela via oral, corporal e organizativa são relegados. Assim, não é estranho pensar que muitas das concepções sobre movimento negro consideram seu começo com o acesso dos negros à universidade, logo, uma ótica presentista e reducionista, pois essas discussões negras no espaço universitário emergiram apenas na década de 1970, como retratado por Beatriz Nascimento (2021). O Jornalismo Negro, portanto, nos permite observar que os movimentos negros antecedem esses debates, pois é possível identificar diversas organizações e discursos político-raciais nesses jornais desde o século XVIII. Anterior a eles, mas também pautado nos jornais, existiram e existem organizações quilombolas, afro-religiosas e insurreições negras. A autora Cida Bento explica que “essa omissão da resistência negra e indígena na historiografia oficial nos mostra que precisamos entender sobre memória coletiva, mas também sobre amnésia coletiva” (2022, p.39)

A partir dessas discussões e análises do Jornalismo Negro, foi possível identificar que os discursos desse jornalismo nesses dois séculos nem sempre são sucessivos, com início, meio e fim. Discussões do século XIX retornam no século XXI com perspectivas diferentes e também parecidas. Foi possível observar uma não-linearidade do tempo, por exemplo, houve a abolição da escravidão, porém, as heranças da escravidão continuam nas pautas dos jornais, como a exclusão do negro dentro das instituições, falta de reparação histórica, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, etc.

Essa ótica nos ajuda a observar, brevemente, a história dos movimentos negros no Brasil e, ao mesmo tempo, contribui para uma contextualização das discriminações raciais no país. Essa temporalidade, sendo assim, remete ao tempo de Exu, em que se propaga a frase, “Exu matou um pássaro ontem com a pedra que só atirou hoje” (Provérbio Yorubá), pois o passado, presente e futuro se interligam. Um movimento feito antes reverbera nos tempos atuais e, assim, circularmente. Desse modo, podemos reinventar e olhar a história por outra perspectiva, perceber a intelectualidade e organização negra muito antes do que está

demarcado e, também, suas interligações em variados contextos. Assim, a partir dessa percepção, podemos contribuir para reconstrução e transformação de uma visão reducionista dos movimentos negros por meio da história do Jornalismo Negro, pois como afirma Beatriz Nascimento:

A história é como o campo, o território dos vencedores. Não adiantaria contrapor-la a uma história de vencidos. Ainda não fomos vencidos. Os assim chamados são indivíduos de muitas histórias, pequenas, mas fartas e fascinantes histórias (2018, p.414).

Ao entender a população negra como participante da formação histórica brasileira, como estudado por Nascimento (2021), é possível enxergar que os movimentos negros estão para além de esquerda e direita, de conservador e progressista. Desse modo, observa-se que os negros edificaram o país não só pelas suas mãos, como também participaram de sua formação intelectual, política e discursiva. Por exemplo, em 1930, haviam os movimentos integralistas, comunistas, anarquistas, como também figuravam a Frente Negra Brasileira e variadas associações negras no país. Trago esse exemplo para verificarmos que a contextualização racial da nossa história é crucial para desmistificar essa visão dupla das resistências sociais e políticas no Brasil, já que, quando investigamos a arqueologia desses movimentos de direita e esquerda, eles são retratados com início na Europa, haja vista a Revolução Francesa em 1798²⁷. Nesse sentido, contribui para exclusão de movimentos e correntes de pensamento, como os da população negra e indígena, com distintas origens e concepções.

Em síntese, neste capítulo foi abordado um jornalismo feito por/para/sobre a população negra que revela uma forma característica que não é apenas de produção, mas sobretudo discursiva e epistemológica. Um modo que a universalidade branca não abrange no jornalismo hegemônico, pois ser sub-retratado nas páginas dos jornais e dentro da própria instituição jornalística jamais vai comportar a abrangência de toda uma população. Por isso, a necessidade de um jornalismo que é negro na pele, na prática e no saber, haja vista o Jornalismo Negro ter suas próprias pautas, interesses e existências, como afirma (Pinheiro e Maia, 2022, p.60): “a atuação das mídias negras no Brasil buscou ao longo dos diversos momentos históricos subverter as lógicas de produção da mídia hegemônica e da comunicação padrão, propondo novos usos sociais para os meios”. São essas subversões no modo de construir jornalismo, por exemplo, o engajamento político-racial relacionado aos movimentos negros; uso de uma linguagem subjetiva, política e coletiva; pautas, fontes e

²⁷ O termo político “esquerda” e “direita” surge na assembleia constituinte de 1798, na Revolução Francesa, em que a disposição espacial das pessoas determinava a continuação ou o fim do absolutismo (SADER, 1995).

editoriais definidas com um foco racial, que caracterizam o Jornalismo Negro, em que esse trabalho dissertativo tem como ênfase.

Portanto, neste e no próximo capítulo, podemos pensar o que constitui esse saber jornalístico negro, quais características podemos visualizar ao longo da história que podem ser elencadas como específicas? Em que saberes são fundamentados esse jornalismo? No próximo capítulo, a partir da análise e materialidade desse jornalismo negro, serão observados os discursos político-raciais ao longo da história desse jornalismo no Brasil. A exemplo das práticas de discurso/saber, como, auto-organização, combate ao racismo, conscientização racial, memória e história da população negra, cultura afro-brasileira, reivindicação de direitos do povo negro, posicionamento político-racial, etc. Em resumo, esses são discursos que constituem esse jornalismo, não só como temáticas em repetição, mas como um modo de produzir e pautar a população negra, que emerge de necessidades e construções de saberes dos movimentos negros.

Entretanto, também trago como reflexão que, apesar de toda expansão do Jornalismo Negro na internet e nas mídias sociais, atualmente, tal jornalismo tem muito se inspirado em práticas do jornalismo hegemônico, mesmo ao continuar, em sua maioria, com as características de Jornalismo Negro visualizadas ao longo da história. Alguns jornais negros estão partindo de coberturas tendenciosas sobre África e diáspora, como também acerca da linguagem utilizada e modos operandis da objetividade e neutralidade. Com isso, não objetivo opinar que os jornais negros atuais estão menos relacionados aos movimentos negros, mas apontar que é necessário voltar, manter e, também, recriar nossas práticas.

É fundamental compreender que o racismo é violento, tanto na produção de conteúdo quanto para manter uma estrutura de um jornal, porém, para travarmos um jornalismo que seja transformador, precisamos questionar a linguagem que utilizamos, as formas, fontes e modos de produção. É essa subversão que o Jornalismo Negro tem oferecido ao longo da história, não apenas uma produção feita por/para/sobre a população negra, mas uma prática e episteme que subverte a lógica de um jornalismo apoiado por visões da branquitude.

2.3 Materiais educativos e propostas pedagógicas sobre o Jornalismo Negro

*“A educação é um elemento importante na luta pelos direitos humanos. É o meio para ajudar os nossos filhos e as pessoas a redescobrirem a sua identidade e, assim, aumentar o seu autorespeito. Educação é o nosso passaporte para o futuro, pois o amanhã só pertence ao povo que prepara o hoje”
Malcom X*

Assim como mostra a frase da epígrafe, a educação sempre foi um ponto de partida para esse projeto. Desde a preocupação em produzir oficinas e materiais sobre Jornalismo Negro, até a construção dessa dissertação. Tendo isso em vista, com o objetivo de produzir conteúdos que colaborassem com a prática e transmissão desse Jornalismo Negro, nessa parte do capítulo produzi alguns materiais para sala de aula e também para o compartilhamento dessa temática. Com isso, o intuito é que esses materiais possam colaborar para aplicação desse conhecimento no curso de Jornalismo e em outras esferas da instituição jornalística, como também possam servir de referências.

Enquanto cursamos graduação, mestrado, etc, é notável muitas críticas sobre o espaço acadêmico ser muito fechado e não compartilhar conhecimentos. No entanto, confio no poder transformador da educação, e na possibilidade que nós temos de modificar esses espaços, por isso, essa parte da dissertação é uma das minhas entregas práticas do projeto. Por fim, destaco que não acredito somente na inclusão dos conteúdos étnico-raciais nas universidades, como também na construção de um espaço em que as pessoas negras possam viver, produzir seus conhecimentos, cursar suas graduações e pós-graduações sem que se sintam inferiores e subjugadas, assim, um lugar em que possam se encontrar e continuar em construção das suas identidades e sonhos.

2.3.1 E-book Jornalismo Negro no Brasil

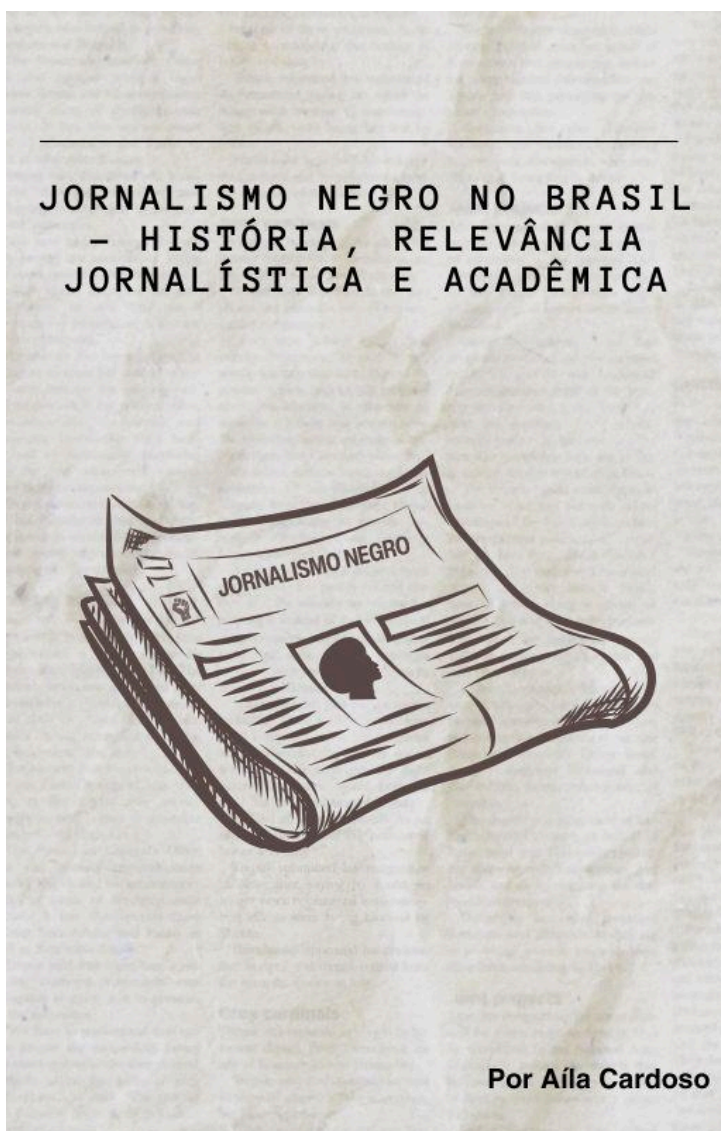
Umas das principais discussões desse projeto foram acerca da formação do jornalista e do silenciamento do Jornalismo Negro na instituição jornalística. Nesse sentido, como forma de colaborar para a divulgação desse jornalismo no Brasil, como material didático e para além da academia, produzi um pequeno E-book sobre Jornalismo Negro no Brasil, com foco em sua história e importância para a prática jornalística e para a formação acadêmica. O conteúdo desse Ebook é extraído dessa dissertação e dos minicursos sobre história do Jornalismo Negro apresentados no XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste em 2023, no In-comunicações em 2023 e selecionado para o Sbpjor 2023.

Os conteúdos do E-book estão divididos em temáticas, como: O que é Imprensa Negra; Porque Jornalismo Negro; Como surgiu o Jornalismo Negro no Brasil; História do Jornalismo Negro no Brasil, séculos XIX e XX; Jornais negros na atualidade (séc. XXI); Importância do Jornalismo Negro; Relevância Jornalística e Acadêmica; Projetos sobre

Imprensa Negra; Lista de Jornais negros na história do Brasil; Referências sobre Imprensa Negra.

Acesse pelo site, disponível em: <https://jornalismonegronobrasil.my.canva.site/dagzsykcwqw>

Figura 11 - Capa do E-book Jornalismo Negro no Brasil.



2.3.2 Proposta de disciplina sobre Jornalismo Negro no Brasil

DISCIPLINA: JORNALISMO NEGRO NO BRASIL CARGA HORÁRIA: 60h
--

EMENTA

O que é Jornalismo Negro. Jornalismo Negro na América e na África. História do Jornalismo Negro no Brasil. Início do Jornalismo Negro brasileiro. Jornalismo Negro no séc. XIX. Jornalismo Negro no pós-abolição. Jornalismo negro no séc. XX. Jornalismo negro no séc. XXI. Silenciamento do jornalismo negro na história do jornalismo brasileiro. Jornalismo negro, seus formatos, práticas e organizações. Produção e análise de pautas e textos com foco nas temáticas raciais.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

- Apresentar aos alunos um panorama do Jornalismo negro, no Brasil, nas Américas e África;
- Explicitar a história do Jornalismo negro no Brasil e sua importância. Refletir sobre o jornalismo negro como uma prática e saber dos movimentos negros;
- Contribuir para a desconstrução de paradigmas hegemônicos sobre o jornalismo e colaborar para a reflexão acerca de um jornalismo plural e diverso;
- Habilitar os alunos para a análise e produção de textos, pautas e editoriais com foco em perspectivas da população negra.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**UNIDADE 1 - O que é Jornalismo Negro e sua história no Brasil - séc. XVIII e XIX**

- 1.1 O que é Jornalismo Negro e abordagens sobre imprensa negra;
- 1.2 Jornalismo Negro na América e na África;
- 1.3 Silenciamento do jornalismo negro na história do jornalismo do Brasil;
- 1.4 Início do Jornalismo Negro no Brasil - Jornal da Revolta dos Búzios;
- 1.5 Jornalismo Negro no Séc. XIX, reivindicações sobre liberdade, cidadania, igualdade e o pós-abolição;
- 1.6. Jornais negros do Séc. XIX: O Homem de Cor, O Homem, O Exemplo, A Pátria, O Progresso, etc.

UNIDADE 2 - Jornalismo Negro no séc. XX

- 2.1 Imprensa Negra Paulista;
- 2.2 Imprensa Negra do Rio Grande do Sul;
- 2.3 Jornalismo negro antes e pós a Ditadura do Estado Novo;
- 2.4 Jornalismo negro e a Ditadura militar;
- 2.5 Jornalismo negro e a Redemocratização;
- 2.6 Jornais negros do séc. XX: A Voz da Raça, O Quilombo, Nêgo, Nzinga, etc.

UNIDADE 3 - Jornalismo Negro no séc. XXI, práticas e formatos

- 3.1 Jornalismo Negro e transição para internet;
- 3.2 Jornalismo negro e audiovisualidades;
- 3.3 Desigualdade Racial no jornalismo;
- 3.4 Produção e análise de pautas, textos e editorias com foco em perspectivas da população negra;
- 3.5 Experiências e formas de organização do jornalismo negro;
- 3.6 Controle discursivo sobre o que é jornalismo e discussão sobre um jornalismo diverso e étnico-racial.

METODOLOGIA

Como modo de estruturação, a disciplina está dividida em três unidades. Haverá aulas expositivas com a discussão de temas da disciplina, dinâmicas de grupo, exibição de vídeos e slides, realização de exercícios, dentre outros recursos. Além disso, o aluno desenvolverá, de modo complementar, atividades como a leitura de textos e jornais, estudos dirigidos e realização de atividades críticas e analíticas.

AValiação DE APRENDIZAGEM

Serão realizadas 2 avaliações ao longo do curso.

Avaliação 1: Apresentação de seminário com a análise de um jornal negro da história do Jornalismo negro brasileiro. O trabalho será desenvolvido com orientação do(a) professor(a);

Avaliação 2: Construção de projeto um jornal negro em sala de aula, em que serão discutidas as pautas, editorias e reportagens a serem produzidas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTO; ANDREWS; GARSKOF. Vozes da Raça: Jornais Negros na América Latina, 1870–1960. Cambridge University Press, 2022.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de S. Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. CXXI. Sociologia nº 2. Estudos Afro-Brasileiros. Coleção “Estudos”. Editora Perspectiva.

DE CARVALHO, Gilmar Luiz. A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. 210. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Imprensa Negra. In: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio (Orgs.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b, p.305-312.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915 – 1963). São Paulo, FFLCH/USP, 1985. Antropologia, 13.

FOPIR, Fórum Permanente da Igualdade Racial. Mapeamento da mídia negra no Brasil. 1ª edição, 2020. E-book.

Manual de Redação: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta. 2023.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899). 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

QUEIROZ, Martha Rosa F. (2011). Do Angola ao Djumbay: imprensa negra recifense. Cadernos de Pesquisa do CDHIS (UFU. Impresso), vol. 24, pp. 531-554, 2011.

ROSA, Isabel. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. Estudos em Jornalismo e Mídia, Brasília, vol.11, nº1, p (), julho-dezembro, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1984-6924.2014v11n2p555/28245/120918>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

DOS SANTOS, José Antônio. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. Historiæ, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 143–160, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2615>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PEDROSO, G.; TAIANE ANHANHA LIMA, T.; FRANCIELE ROCHA DE OLIVEIRA, F. R. de. COMBATENDO “ESTULTOS PRECONCEITOS DE RAÇA”: MAPEAMENTO DA IMPRENSA NEGRA DO RIO GRANDE DO SUL E O CASO DE SANTA MARIA/RS. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, [S. l.], n. 162, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihrgs/article/view/116476>.

SODRÉ, Muniz. Sobre a Imprensa Negra. Lumina, Facom/UFJF, v.1, n.1, p.23-32, jul./dez. 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, V. T. A Imprensa Negra Brasileira na Internet. In: 40 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. GP Comunicação para a Cidadania. São Paulo: Intercom, 2017. p. 1-15.

ARAÚJO, V. T. O Papel da Imprensa Negra Brasileira. Revista Alterjor, São Paulo,

vol.02, ed.20, p. (212- 228), julho-dezembro, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157190/154463>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

DOMINGUES, Petrônio. Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 81, 2013, pp. 155-170.

FRANCISCO, Flávio. Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal *O Clarim da Alvorada* (1924-1932). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo. São Paulo, f.183. 2010.

FRANCISCO, Flávio. O novo negro em perspectiva transnacional. Representações afro-americanas sobre o Brasil e a França no jornal *Chicago Defender* (1916-1940). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo. São Paulo, f.270. 2015.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita. 1994

OLIVEIRA, F. N. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de. *Plural* (São Paulo. Online) [S.l.], v. 18, n. 1, p. 45-64, Jan. 2011.

SILVA, Maria Aparecida Pinto. *A voz da raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco*, São Paulo, Tese de Doutorado, PUC, 2003.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

2.3.3 Orientações para abordagem do Jornalismo Negro como temática interdisciplinar

ORIENTAÇÕES GERAIS:

O Jornalismo Negro, como demonstrado na dissertação, é uma temática interdisciplinar, que pode ser desenvolvida dentro da formação jornalística em disciplinas teóricas, como: História do Jornalismo, História do Jornalismo no Brasil, Teorias do Jornalismo, Jornalismo especializado e em matérias práticas do exercício jornalístico, como na produção de pautas, textos, reportagens e edições jornalísticas. Para isso, é necessário conhecer referências do campo de estudos da imprensa negra e acompanhar os jornais negros no Brasil e em outros locais.

Assim, compreendo que o Jornalismo Negro é um pilar do jornalismo brasileiro, diferente do que podem sugerir alguns livros de história do jornalismo. Como demonstrado nessa dissertação, o Jornalismo Negro compõe a história do jornalismo no Brasil e caracteriza práticas, modelos e formas de linguagem engajadas político-racialmente.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

• HISTÓRIA DO JORNALISMO E HISTÓRIA DO JORNALISMO NO BRASIL:

Nas disciplinas de História do jornalismo, tanto do Brasil como geral, é necessário incluir as experiências históricas do jornalismo negro, para além de uma aula ou unidade na disciplina, mas intercalar as histórias do jornalismo na medida em que são apresentados os conteúdos. Além disso, é necessário discutir as noções sobre história do jornalismo e suas postulações baseadas em visões colonialistas. Por exemplo, acerca do surgimento do jornalismo no Brasil, é necessário abordar o jornal da *Revolta dos Búzios*. Em relação ao jornalismo no geral, abordar as experiências jornalísticas negras nas Américas, África e Europa, etc.

• TEORIAS DO JORNALISMO

Na disciplina de Teorias do Jornalismo, é importante rediscutir as bases teóricas que têm fundamentado o exercício jornalístico, especialmente o hegemônico, como o valor notícia, enquadramento jornalístico, esfera pública, espelho da realidade, hierarquia das notícias, etc. Além disso, é necessário discutir paradigmas como, objetividade, neutralidade e imparcialidade, a fim de abordar como essas noções contribuem para perspectivas singulares de construção do jornalismo, em que abrem margem para racismo, sexismo, etc. Assim como, é importante evidenciar o que o jornalismo tem sido, e suas diversas concepções teóricas de formação, que devem incluir o Jornalismo Negro.

• JORNALISMO ESPECIALIZADO

Na disciplina de Jornalismo Especializado, é necessário discutir uma cobertura racializada do jornalismo econômico, policial, esportivo, político, científico, cultural,

ambiental, entre outros. Desse modo, deve ser apresentado como as experiências da população negra podem ser inseridas na construção de pautas, escolhas de fontes e na produção de matérias para temas específicos, bem como para criação de especialidades que também interessam a essa população. Assim, é necessário pontuar que o Jornalismo Negro não é um jornalismo especializado, pois não corresponde a uma seção, mas há uma abordagem e forma de produção jornalística em que estão inseridas tais temáticas especializadas.

● DISCIPLINAS PRÁTICAS

Além das disciplinas teóricas, o Jornalismo Negro pode ser incluído em muitos conteúdos práticos, como em elaboração de pauta, editoriais, seções, reportagens, textos, escolha de fontes, apuração, edição etc. Dessa forma, como sugerido na disciplina no apêndice B, podem ser elaborados projetos de produção de um jornal negro, assim como, de produções de reportagens com foco em perspectivas da população negra e em temáticas raciais. Para isso, é necessário que sejam trabalhados esses assuntos anteriormente e/ou conjuntamente, para que os alunos e professores estejam orientados para trabalhar e analisar essas temáticas em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, esse foi um resumo de abordagens em disciplinas em que pude identificar, de forma mais clara, a importância da inclusão do Jornalismo Negro. Entretanto, observo que essa é uma temática interdisciplinar que pode estar inserida em diversas disciplinas, bem como em atividades extracurriculares como seminários, congressos, oficinas, grupos de pesquisa etc.

Por fim, apesar de nessa pesquisa e nos apêndices A, B e C, orientar sobre um material didático, uma construção de disciplina e o Jornalismo Negro como temática interdisciplinar, reitero que é preciso não só incluir o Jornalismo Negro, como também as experiências jornalísticas e comunicacionais dos povos indígenas e levantar uma discussão sobre um jornalismo diverso e plural, em raça, etnia, gênero e sexualidade.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE DISCURSO DO JORNALISMO NEGRO E SUAS RELAÇÕES COM OS MOVIMENTOS NEGROS

“É preciso saber de onde veio, para saber para onde vai”

Sankofa, ensinamento africano.

A metodologia utilizada nesta análise será a partir de Foucault, como já mencionado anteriormente. A escolha dessa abordagem teórica analítica, parte de um interesse em fundamentar as relações entre Jornalismo Negro e os movimentos negros baseadas em discursos presentes nesses jornais e não apenas na ligação institucional marcada em alguns jornais negros abordados. Compreendo, a partir do autor, que o discurso é anterior aos sujeitos e produz os sujeitos (Foucault, 2009), essa concepção é fundamental para o entendimento de que o Jornalismo Negro e os movimentos negros nascem no Brasil antes de uma legislação ou institucionalização, tanto da imprensa como do próprio movimento.

Essa arqueologia (Foucault, 1986) dos campos de conhecimento nos permite compreender que aquilo que é pensado, dito e produzido em determinado período, constitui um acontecimento discursivo e histórico. Dessa forma, por exemplo, podemos entender a insurreição da Revolta dos Búzios como um acontecimento histórico e jornalístico para a população negra e para o jornalismo. Assim, também é possível dispor de uma dimensão histórica de onde surgem esses discursos de resistência, em que períodos eles emergem, em quais eles cessam ou silenciam-se e em que contextos eles retornam. Tal abordagem nos permite visualizar a história da população negra no Brasil com outro olhar. Essa arqueologia para um povo de quem quase tudo foi tirado é muito importante, pois o que ficou foi fortalecido, ressignificado e reestruturado.

O interesse em compreender os discursos e, por fim, as relações, para além dos conteúdos, formatos e personagens desses jornais, acontece pois os campos do Jornalismo Negro e dos movimentos negros são marcados por contextos, resistências e, também, silenciamentos. Desse modo, me interessa entender como surgem esses discursos e relações, como continuam, findam e retornam. Foucault explica essa abordagem pelo discurso da seguinte forma: “creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relações de poder, não relações de sentido” (Foucault, 1972, p.6).

Michel Foucault, entende que “onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder (1988, p. 91). À vista disso, podemos compreender as relações de poder que marcam a sociedade brasileira desde a escravidão, a qual a população branca escravizava a negra, mas que essa também resistia e reivindicava. Essas relações de poder continuam de modos e contextos diferentes no Brasil, por conta do racismo que perdurou antes e depois da escravidão, em modelos diferentes e semelhantes. Dessa forma, a partir dessa dinâmica de poder, pode ser visualizado, então, como são controlados os discursos, os saberes e as verdades (Foucault, 1996) no país, e quem está/estava em contraposição, ao questionar e produzir diversas formações discursivas.

Assim, produzir Jornalismo Negro era e ainda é uma forma de resistir a esse poder coercitivo e construir olhares reivindicatórios e questionadores (Hooks, 2019, p.185). Desse modo, Foucault (1996) compreende que os discursos são formas de produzir poder, como também de conservar ou mudar determinada sociedade. Foucault em *A Ordem do Discurso* explica que “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos.” (1996, p.8). Portanto, os discursos presentes nos jornais, e os ausentes, constituem jogos de relações de poder, de interdição, de exclusão.

Stuart Hall (2016, p.80) quando explica o discurso em Foucault, afirma que “o discurso ‘rege’ certas formas de falar sobre um assunto, definindo um modo de falar, escrever ou se dirigir a esse tema de forma aceitável e inteligível, então também, por definição ele ‘exclui’, limita e restringe outros modos”. Essa restrição é perceptível no jornalismo, não só pela exclusão de narrativas acerca da população negra nos jornais hegemônicos, como também pela limitação de discursos políticos raciais em determinados períodos.

Neste capítulo serão analisadas as relações entre o Jornalismo Negro e os movimentos negros na história desse jornalismo, a partir dos jornais negros escolhidos para análise. Os critérios de seleção dos jornais partiram da perspectiva de abarcar a história do Jornalismo Negro no Brasil por meio de veículos relevantes em determinadas épocas, formações discursivas e contextos históricos diferentes, relações com movimentos negros e discursos políticos desses movimentos. Assim, foram selecionados nove jornais negros, sendo eles: *Jornal da Revolta dos Búzios* (1798), *O Homem de Cor* (1833), *Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* (1876), *O Progresso* (1899), *A Voz da Raça* (1933), *O Quilombo* (1946), *Nêgo* (1981), *Negração* (1988) e *Alma Preta Jornalismo* (2015). A

justificativa do critério de seleção de cada jornal está especificada na parte analítica referente a cada um. Tais jornais abarcam a história do jornalismo do Brasil como também parte da história dos movimentos negros. O número de títulos poderia ser maior devido a quantidade de jornais negros do Brasil, elencados na tabela 1. Bem como, acerca da própria história do Jornalismo Negro brasileiro, de cerca de 200 anos, todavia devido ao tempo restrito da pesquisa, foi dada a preferência para o aprofundamento nesses exemplares, a fim de a partir deles caracterizar esse jornalismo historicamente e relacionalmente com os movimentos negros.

É importante pontuar que em geral os jornais negros analisados são impressos, sendo 8 destes, por conta de um tempo histórico mais abrangente. Outrossim, em sua maioria partem de formas informativas próprias da imprensa, em exceção, o *jornal da Revolta dos Búzios*. Isso tem a ver com o que se registra, o que se reconhece como jornalismo, mas é necessário destacar que a compreensão tratada nessa pesquisa vai além e que, em estudos futuros, pretendo analisar outras formas informativas/jornalísticas produzidas pelos movimentos negros brasileiro ao longo da história. Além disso, também é preciso abordar que as análises enfrentam uma dificuldade de registro/arquivo, assim, serão analisadas as edições possíveis encontradas desses jornais.

Para facilitar a percepção dos jornais selecionados, foram destacados, na tabela 3, os jornais, ano e duração, edições, formato, local e alcance, temas e relação com os movimentos negros. Após a tabela, será elencada a análise específica de cada jornal a partir de um contexto histórico-racial desse jornalismo. Essa relação com os movimentos negros não são só institucionalizadas, como também relacionadas às reivindicações, a organização e a coletividade. Assim, utilizo a definição de Joel Rufino (1985) já apresentada para conceituar Movimento Negro. A partir dessa perspectiva, considero o Jornalismo Negro brasileiro como uma forma de movimento negro, por sua expressão, organização e características reivindicatórias.

Compreendo, por meio da historicidade do movimento e da materialidade dos jornais, que os movimentos negros estavam/estão empenhados em disputar esse espaço no jornalismo e provocar rupturas na instituição jornalística e na sociedade em geral. Como foi abordado na introdução, há diversas concepções sobre movimento negro e sua história no Brasil. Busco utilizar o termo “movimentos negros”, preferencialmente a “movimento negro”, para enfatizar suas possibilidades e variedades, mesmo entendendo que é uma causa em comum e um modo organizativo semelhante.

É importante mencionar que essa visão de considerar o Jornalismo Negro como uma forma de movimento negro começou a partir da análise Maria Silva (2003, p.114) em que ela explica que existiam dois núcleos de resistência dos negros pós-abolição, a irmandade de pretos e a imprensa negra. Outrossim, antes mesmo da abolição, observo que o Jornalismo Negro já existia, como foi tratado no capítulo I. Entendo que grande parte da história dos movimentos negros no Brasil pode ser observada a partir dos jornais negros, principalmente, de um movimento político e institucional. Assim, compreendo esse jornalismo como fonte de memória dos movimentos negros, o que possibilita uma visão ampla do início das reivindicações sobre a desigualdade racial, integração do negro na sociedade, discriminação e dentre outros discursos, que compõem até hoje as pautas dos movimentos negros no país. Além disso, tal entendimento, como apresentado no capítulo anterior, contribui para pensar em uma prática e episteme jornalística negra.

Tabela 3 - Lista de jornais negros selecionados para a análise

Jornais	Ano e duração	Edições	Formato	Local e Alcance	Temas	Relação com os movimentos negros
Jornal da Revolta dos Búzios	1798 - 1 mês	12	Impresso manual	Salvador - Local	Igualdade racial; abolição da escravidão; tratamento igualitário, salários justos; ideais revolucionários a partir da história da revolução francesa.	Luta contra a escravidão e a desigualdade racial, relação forte com a temática da liberdade.
O Homem de Cor	1833 - 4 meses	6 encontradas	Impresso	Rio de Janeiro - Local	Luta pela cidadania e empregos para a população negra. Protesta contra a desigualdade racial e o governo regencial.	Discurso de cidadania para a população negra e luta contra a desigualdade racial, relacionados ao Movimento Negro. Além da prática de leitura coletiva dos jornais. ²⁸

Tabela 3 - Lista de jornais negros selecionados para a análise

Jornais	Ano e duração	Edições	Formato	Local e Alcance	Temas	Relação com os movimentos negros
O Homem: realidade constitucional ou dissolução social	1876	2 edições encontradas	Impresso	Pernambuco - Local	Matérias contra a escravidão, homenagem a pessoas negras ilustres, luta pela liberdade, literatura - como crônicas e poemas.	Afirma nas edições que o jornal é propriedade de uma associação, mas não cita qual. Discursos contra a discriminação racial, escravidão e de organização dos homens de cor.
O Progresso	1899	1 edição encontrada	Impresso	São Paulo - Local	Homenagem aos homens de cor, educação com o intuito de protestar contra o racismo, defesa do trabalhador negro e crítica à superioridade racial.	Órgão dos homens de cor
A Voz da Raça	1933 - 1937	70 edições encontradas	Impresso	São Paulo - Nacional	Discurso pan-africanista nacionalista, autoorganização, crítica a superioridade racial, África e diáspora e comportamento associativo.	Frente Negra Brasileira ²⁹
Quilombo	1948-1950	10 edições encontradas	Impresso	Rio de Janeiro - Local	Cultura negra em geral, discurso de integração e organização política do negro, discussão do racismo no país, África e diáspora e vida social/recreativa dos negros.	Teatro experimental do negro
Nêgo - jornal do MNU	1981-1993	21 edições encontradas	Impresso	Bahia - Nacional	Discurso político racial reivindicatório, história e memória da população negra, cultura e organização do movimento.	Movimento negro Unificado
Negração	1988-1992	4 edições encontradas	Impresso	Olinda - Local	Discurso político, cultural e racial de combate ao racismo. História e reivindicação de direitos para a população negra.	Afoxé Alafin de Oyó

Os *Boletins da Revolta dos Búzios* (1798) foram escolhidos como o primeiro jornal negro para análise, por ser a primeira manifestação de Jornalismo Negro que foi encontrada na história da imprensa do país. Há ainda muita discussão sobre os Boletins serem ou não jornalismo, entretanto, acreditamos que essas críticas partem de visões de comparação com o jornalismo que temos hoje e com perspectivas hegemônicas objetivas de enxergar o jornalismo, que se iniciaram apenas no séc. XX. É importante pontuar que, os jornais franceses dessa época, tinham características também panfletárias e ainda assim é considerado como jornalismo (Schudson, 2007, p.124).

Foram encontrados 12 boletins, disponíveis no Arquivo Público da Bahia – estima-se ainda que haviam mais edições, entretanto, essas foram recolhidas pelo governo na época. Tal jornal foi organizado por João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas de Amorim Torres, Manuel Faustino Santos Lira e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, que atualmente são reconhecidos como heróis do país, segundo a Lei Federal N.º 12.391, de 4 de março de 2011. Esses boletins são definidos nos livros de história de imprensa, analisados no capítulo 1, como “pasquins”, a exemplo da abordagem dos autores abaixo, que inclusive erram o ano da Revolta dos Búzios:

O pasquim, isto é, um tipo de publicação panfletária, crítica e eventualmente satírica, esteve presente desde antes da independência, até mesmo antes da tipografia. Em formato manuscrito, os idealizadores da frustada “Conjuração Baiana” (ou dos Alfaiates), por exemplo, produziram em 1789, folhetos que pregavam nas esquinas e adros de Salvador, divulgando suas ideias (Lago e Romancini, 2008, p.46).

Esse jornal foi lançado antes mesmo da autorização da tipografia no Brasil, com seu caráter manuscrito, o que fez com que Lucas Gonzaga das Virgens, um dos organizadores, fosse preso por identificação da sua caligrafia nos boletins. O jornal marca um período importante não só para Bahia, mas para o Brasil, pois, urge como uma das primeiras revoltas contra a colonização e escravidão no país. Juarez Bahia (1990, p.33), que utiliza como exemplo os boletins da Revolta dos Alfaiates (1798) em parte do seu livro, explica que “nos séculos XVII e XVIII, o jornalismo brasileiro sem tipografia é praticamente a única forma de ação persistente para expressar o conflito entre colonizadores e colonizados”. Bem como, o autor elenca a perseguição de Portugal e da Igreja aos jornais publicados, que eram recebidos com queixas como “pasquineiros” (1990, p.31).

Além disso, Juarez Bahia (1990) traça uma diferença em relação a produção de manuscritos entre a Inconfidência Mineira e a Revolta dos Alfaiates,

Há uma diferença de estratégias nas duas inconfidências. O tráfego panfletário, oral e manuscrito, que se observa no interior da Revolução dos Alfaiates não é notado em 1789. Talvez porque a conspiração mineira já dispõe de prestígio, dinheiro e armas, ligações no país e no exterior, envolvimento de homens de cultura e posição social (1990, p.33)

Outrossim, é importante destacar a ausência do marcador racial, ao invés dele é substituído por um marcador de classe e de cultura. Vejamos que esse nome de Revolta dos Alfaiates é questionável, pois, apenas dois dos organizadores eram alfaiates, João de Deus e Manoel Faustino, mas, em sua maioria, são pretos e pardos e estão lutando contra a desigualdade racial e a escravidão. Essa é a principal diferença entre a inconfidência mineira. Ao analisar o veículo é perceptível que as reivindicações são muito mais sobre a discriminação racial entre os soldados e os militares no Brasil, assim como podemos observar nos jornais seguintes, *O Homem de Cor* e *O Homem*. A cultura, pelo significado que está posto no trecho, é questionável, porque tais homens tinham acesso à leitura e a outras línguas, como o Francês.

Assim, é importante destacar o marcador racial, como um fator predominante para que a revolta seja pouco elencada na história do país, em relação à inconfidência mineira, e os boletins não sejam considerados como jornalismo. Como afirma Hérica Lene (2023), “os alfaiates e soldados foram enforcados e esquartejados porque representavam a ousadia de ‘homens de cor’ em se meter no que não era de sua alçada: o governo da cidade”. Dessa forma, é necessário pontuar que, segundo os autos da devassa³⁰, todos os brancos foram absolvidos ou condenados a penas menores. Já os homens negros pontuados acima foram condenados à morte por sua propagação de ideias republicanas e abolicionistas nos boletins, pois, nunca foram encontradas armas e nem provas físicas de uma revolução a não ser os escritos, segundo a defesa da Santa Casa da Misericórdia que consta nos autos.

Além disso, o que são considerados como os primórdios do jornalismo no ocidente são também impressos vistos como panfletários, políticos, históricos, por vezes ficcionais, como mostra Jorge Pedro Sousa (2008). Entretanto, quando se trata de definir como um dos inícios do jornalismo brasileiro, os boletins da Revolta dos Búzios, são buscadas outras categorias de

³⁰ Os autos da devassa também estão disponíveis no Arquivo Público da Bahia e contribuem para contextualização: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/arquivos/File/buzios/index.html#>

nomeação, que se referem, geralmente, a critérios hegemônicos de entender o jornalismo, como imparcialidade, neutralidade e objetividade. Desse modo, é necessário questionar qual visão neutra a Gazeta da Tarde (1808) tinha já que era um jornal do colonizador português?

“Animai-vos Povo Bahinense que está para chegar o tempo feliz da nossa Liberdade: o tempo em que todos seremos irmãos: o tempo em que todos seremos iguais”, assim inicia a primeira edição do jornal da Revolta dos Búzios. Os boletins eram espalhados pelo centro de Salvador, em lugares como Esquina da Praça do Palácio, Rua de Baixo de São Bento, Portas do Carmo, Açougue da Praia, Igreja da Sé, Igreja do Passo e Igreja da Lapa. Inspirados por ideais da liberdade e igualdade, os textos discursavam a favor da abolição muito antes dos jornais abolicionistas, a exemplo, “Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição; sim para ressuscitarem do abismo da escravidão, para levantareis a Sagrada Bandeira da Liberdade”, “a inutilidade da escravidão do mesmo Povo tão sagrado, e Digno de ser Livre” (Jornal da Revolta dos Búzios, 1798, n.3, n.9). Assim, é válido destacar as palavras utilizadas para se referir ao período escravocrata, como “abismo” e “inutilidade”, diferente dos discursos dos jornais abolicionistas e dos próprios jornais negros no séc. XIX, em que os enunciados a favor da abolição destacavam questões econômicas e a vergonha internacional, visto que o Brasil foi o último país a finalizar a escravatura.

Sendo um jornal clandestino, ele era assinado pelo “o povo, o povo bahinense, anônimos republicanos, bahia republicana, segredo”, as teorias sobre os organizadores citados acima são dos autos da devassa, das autoridades régias, registrados em 1798. Assim, discursavam a favor da independência de Portugal antes de 1822 e acreditavam em ideais republicanos da Revolução Francesa 1798:

Os homens pardos, e pretos que vivem escornados, e abandonados, todos serão iguais, não haverá diferença; só haverá liberdade igualdade e fraternidade e aquele que seu povo a liberdade Popular será forçado; sem mais apelação: assim seja entendido alias... breve teremos socorro estrangeiro (Jornal da Revolta dos Búzios, 1798, n.10).

O jornal acreditava que por a França está realizando uma revolução com princípios de “liberdade, igualdade, fraternidade”, que o país iria oferecer ajuda à organização por informarem e organizarem uma revolta com convicções semelhantes. Entretanto, na mesma época em que a França cunhava essa revolução, ela também colonizava e escravizava, a exemplo de colônias como a Martinica. Entretanto, os boletins acreditavam nos ideais que estavam sendo propagados na Europa naquele momento, como relatam:

A França está cada vez mais exaltada, a Alemanha já lhe dobrou o joelho, Castela só aspira a sua aliança, Roma já vive ameaça; o Pontífice já está abandonado, e desterrado; o rei da Prússia está preso pelo seu próprio povo; as nações do mundo todas tem seus olhos fixos na França, a Liberdade é agradável para todos: é tempo povo, povo o tempo é chegado para vos defenderem a vossa Liberdade; o dia da nossa revolução da nossa Liberdade e da nossa felicidade está para chegar; animai-vos, que sereis felizes para sempre (Jornal da Revolta dos búzios, 1798, n.3)

A república era uma possibilidade de governo importante na época, em que o Brasil era uma colônia e a escravidão só crescia no país, assim, o discurso crítico à colonização portuguesa e suas injustiças eram evidenciadas no jornal: “Os Homens Cidadãos, a vossos povos currados e abandonados, pelo Rei, pelos seus despotismos, pelos seus ministros...”, “Esse mesmo rei tirano he quem se firma no trono para vos veixar, para vos roubar, e para vos maltratar” (Jornal da Revolta dos Búzios, 1798, n.6, N.3). Juarez Bahia (1990, p.31), mostra que, “nos séculos XVII e XVIII, o jornalismo que procede à tipografia restabelece formas antigas de comunicação da notícia, da ideia e da crítica para eximir a insatisfação popular contra o domínio estrangeiro”.

Esse jornal vai abordar muito da desigualdade racial dentro do ambiente militar no Brasil, em que só brancos conseguiam subir de patente e ter bons salários, sem contar nos castigos aplicados na época. Assim, o jornal discursa: “quer o Povo que todos os Membros militares de Linha, milícias, e ordenanças; homens brancos, pardos, e pretos concorram para a liberdade Popular”, “que o soldado receba 200 réis de soldo cada dia”, “os Oficiais terão aumento de posto e de soldo, segundo as dietas” (Jornal da Revolta dos Búzios, n.2,n.4,n.9, n.10). Desse modo, tal discurso de luta contra a desigualdade racial e salarial na esfera militar e nos cargos públicos do Brasil serão discursos frequentes no Jornalismo Negro, especialmente no fim do século XVIII e XIX.

Uma das principais pautas do jornal é a crítica acerca da cobrança excessiva de impostos da coroa portuguesa, assim, explanam “qualquer comissário, mercadores, mascates, lavradores de mandiocas, fabricantes de açúcar, e tabacos hajam de ter todo o direito sobre as suas fazendas com auxílio do Povo”, “considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de compostura tributos” (Jornal da Revolta dos Búzios, 1798, n.6, n.9). Nesse sentido, os discursos eram um retrato da organização da revolta, visto que muitos eram negros “livres” comerciantes, mas viviam no sub-emprego devido os impostos excessivos da colônia e não tinham como protestar contra essas injustiças coloniais.

Além disso, o jornal conta com uma forte crítica a Igreja Católica, por conta do seu apoio à escravidão e à colonização, e seu poder de coerção na época, como podemos observar nos boletins: “manda o Povo que seja punido com pena civil todo aquele Padre regular e não regular que no pulpito, conficionario, exortação, conversção, por qualquer forma, modo, e maneira persuadir aos ignorantes, fanaticos e ipocritas; dizendo que he inutil a liberdade Popular” (Jornal da Revolta dos Búzios, 1798, n.9). Anteriormente a este boletim que discursa sobre pena civil para qualquer padre que convencer alguém a desistir da sua liberdade, foi escrito sobre “uma pena de morte natural” para as mesmas causas no Boletim de número 8, como também “manda o Povo que seja reputado concidadão aquele Padre que trabalhar para o fim da Liberdade Popular” (1798, n.8). Desse modo, observo que esses discursos mais críticos à Igreja Católica e seu papel fundamental para escravização e apaziguamento dos negros, foram amenizados ao longo da história do Jornalismo Negro no país. Inclusive, no século XX os valores cristãos e católicos são reforçados.

Dessa forma, é perceptível que esse jornal traduz um discurso crítico a colonização, escravidão e suas operações violentas na sociedade. Juarez Bahia (1990,p.52) explica que o jornalismo antes da tipografia, é um intérprete do sentimento de emancipação. O jornal teve duração de cerca de um mês, de acordo com os arquivos, devido à forma clandestina que era divulgado. Após a violência que os organizadores da Revolta dos Búzios sofreram por difundir impressos que conjuravam liberdade, o próximo arquivo encontrado do Jornalismo Negro já se localiza na época em que a tipografia já era autorizada no país. Por fim, essa breve análise do veículo emerge com o propósito do seu reconhecimento dentro da história do jornalismo do país, como também de gerar discussão sobre a importância deste jornal, pois seus discursos demonstram uma luta histórica contra o racismo, a colonização e a desigualdade no Brasil.

3.2 *O Homem de Cor* (1833)

Imagem 1 e 2:

O Homem de Côr, edição 00001, p.1-2, de 14 de Setembro de 1833.



O primeiro jornal negro tipografado foi “*O Homem de Cor*” (1833)³¹, fundado pelo editor Francisco Paula Brito, no Rio de Janeiro, na Tipografia Fluminense. Já pelo título, o jornal anuncia sobre o tema e a população que irá abordar, ele caracteriza-se por retratar questões de cidadania dos negros “livres”, denunciar a desigualdade racial e protestar em busca de empregos e igualdade racial. Esse jornal foi escolhido por se tratar do primeiro veículo feito em uma tipografia e inspirar uma série de outros jornais negros na mesma época no Rio de Janeiro. Além de se tratar de um contexto histórico diferente do anterior, pois o Brasil já era “independente”, mas continuava com o governo de Portugal.

Tendo isso em vista, é significativo que “*O Homem de Cor*” foi criado ainda durante os anos em que havia escravidão, período em que os negros não tinham direito à educação formal (Brasil, Lei n.1, de 1837 - Artigo 3). Apesar da população não ter direito ao ensino institucional, muitos negros “livres” e escravizados eram leitores, o que demonstra que a população negra se organizava para garantir sua educação, independente das leis que excluía os negros das escolas. Como mostra o estudo de Barbosa (2008) no capítulo “Os jornais e o mundo dos escravos”. Outrossim, também no livro de Martins e Lucca (2008, p.27) é relatado o costume de Paula Brito, editor do jornal, de realizar leitura coletiva dos

³¹Parte da análise do jornal foi publicada no livro “Mídia e dimensões do tempo” pela editora UFPI, no capítulo “Surgimento do Jornalismo Negro no Brasil, uma análise de discurso do Jornal ‘O Homem de Cor’ (1833)”

jornais na Praça da Constituição, centro do Rio de Janeiro, como mostra a denúncia do jornalista Evaristo Veiga à atitude de Paula Brito abordada pelas autoras:

Evaristo da Veiga, livreiro, redator e autor da letra do Hino da Independência, veio a público denunciar um de seus colegas de profissão, Francisco de Paula Brito, reclamando contra o hábito de “[...] lerem-se Periódicos grátis na Praça da Constituição”. Paula Brito defendeu-se: “Jamais em minha casa se leram Periódicos de graça, e eu não posso privar que um Freguês que paga com seu dinheiro qualquer folha se apresse a lê-la; eis o que às vezes acontece.” Evaristo insistia na reclamação, reforçando o argumento com as conhecidas práticas de sociabilidades nos locais de venda e impressão, que eram também pontos de leitura e encontro: “É costume nas casas, aonde se vendem periódicos, facilitar-se a leitura aos que desejam”. A generosidade de Paula Brito era notória e ele conscientemente buscava ampliar o círculo da República das Letras, tanto que seria o principal incentivador e primeiro empregador do então jovem e desconhecido Machado de Assis (Martins e Lucca, 2008, p.27).

Mesmo no período escravocrata havia um jornal que discutia o preconceito racial, bem como defendia a ascensão dos negros “livres” e escravizados na sociedade, em contraposição ao discurso colonizador e pacificador que predomina sobre a população negra nesse período. Grada Kilomba (2019, p.47) aborda sobre essa dificuldade das pessoas negras falarem dentro do regime repressivo do colonialismo e racismo. Nisso, é possível inferir sobre o porquê do primeiro jornal negro impresso, de forma tipografada, ser encontrado apenas em 1833, e não em 1808, quando surgiram legalmente os primeiros jornais no país, mas ainda dependiam de uma autorização. Isto dentro do regime da escravidão, em que só era possível ser “livre” formalmente ao conquistar a carta de alforria e não havia nenhuma outra lei de condição de liberdade na época. Por isso, opto por colocar aspas no livre, pois a legislação não discorria sobre liberdade para pessoas negras, mesmo assim havia muitas pessoas negras que reivindicavam sua liberdade. Dessa forma, era de extrema dificuldade a conquista da liberdade formal e, ainda mais, seu uso de forma expressiva nos jornais negros.

Assim, o “*O Homem de Cor*”³²(1833), já pelo seu título demonstra um posicionamento racial e evidencia sobre o que irá retratar. Diferente dos nomes dos jornais hegemônicos da época, esse veículo já inicia com uma tomada de posição e com uma formação discursiva racial de representação. A partir da terceira edição, muda o título para “O Mulato ou o Homem de Cor”, que representa de que lugar o jornal está falando na sociedade racista do

³² As edições do jornal podem ser encontradas na Hemeroteca Digital Brasileira, disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=701815>

século XIX. Nesse período, esses termos eram utilizados para se referir aos negros “livres”, alforriados e/ou descendentes de negros e brancos, porém, em 2024, são identificados como terminologias racistas e pejorativos, já que não existem “pessoas de cor” e “mulatos” – palavra que deriva de hibridismo animal, ou seja, uma mula. Além disso, tais expressões demarcam quem produz esses jornais, assim como são utilizados para identificar que há pessoas “com cor” e os “sem cor” - que seriam os brancos, considerados como universais.

Na sua primeira edição, o jornal trazia estampado a frase: “O Governo sendo composto por brancos não deveria ser obedecido pelas classes heterogêneas” (O Homem de cor, 1833, n.1, p.2), desse modo, transmite uma mensagem que falava por aqueles que pouco eram pautados nos jornais hegemônicos. Além do discurso político-racial, este veículo começou a trazer escritos sobre a população negra em suas folhas, conteúdo excluído na mídia tradicional. Stuart Hall, no livro *Da Diáspora* (2013, p.380), explica como a cultura negra traz elementos de um discurso que é diferente – outras formas de vida e outras tradições de representação.

O discurso desse jornal é muito voltado para questões de cidadania e direitos da população negra no período regencial. Em todas as edições encontradas, são estampadas do lado direito uma epígrafe, a qual é o artigo da Constituição da Política do Império: “todo cidadão será admitido em cargos públicos civis, políticos, militares, sem outra diferença que não seja de seus talentos e virtudes” (Artigo 179, inciso 14, 1824). Assim, manifestar tal lei era uma forma de protesto, que exigia com base na constituição que as pessoas negras não deveriam ser excluídas dos cargos públicos. Do lado esquerdo, todas as edições contêm também uma frase dita pelo, até então, Presidente de Pernambuco, “O povo do Brasil é composto de classes heterogêneas e debalde as leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma hade procurar, entender a separar-se das outras, e eis um motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”, portanto, era uma forma de reivindicar direitos e votos, já que a população negra era a maioria do país. De modo que, segundo o primeiro censo brasileiro em 1872, 58% da população era composta por pretos e pardos. Contudo, há hipóteses que a população negra era muito maior no país devido à forma enviesada que foi realizado o primeiro censo, já que não foi realizado de maneira direta, mas de modo indireto por formulários entregues por paróquias.

Tendo isso em vista, é evidente que o jornal é composto por um discurso racial de afirmação, por exemplo, ao afirmar que o negro é um homem como qualquer outro e exigir seus direitos. Ademais, havia um discurso reivindicatório, já que, na época, os estereótipos

sobre animalidade referida aos negros eram propagados e a escravidão persistia no país, a exemplo de: “Nós somos homens como vós, somos livres, somos exaltados, somos brasileiros, não seremos os vossos escravos” (O Homem de Cor, 1833, n.4, p.4). Nessa fala, e em várias partes dos jornais, é notável também um discurso contra escravidão e a favor do reconhecimento dos negros livres e alforriados na sociedade brasileira.

O *Homem de Cor*, assim, apesar de tecer críticas à escravidão, não era um jornal abolicionista, mas sim um periódico com discursos sobre a situação da população afrodescendente que era alforriada ou já nascia livre - indiretamente, pois não havia lei que regesse essa condição. Assim, já demonstra uma diferença discursiva em relação ao público-alvo, em comparação ao *Jornal da Revolta dos Búzios*, retratado anteriormente. Desse modo, ele pautava as imensas dificuldades que esse povo enfrentava na sociedade, visto que as configurações de trabalho eram voltadas ao regime escravocrata. Assim, só restava ao negro criar seu próprio negócio ou ter algum cargo público. Essas duas opções eram complicadas, já que o negro “livre” não recebia nenhuma reparação, pelo contrário, pagava pela sua liberdade e a sociedade escravocrata, mesmo “concedendo” a carta de alforria, persistia com o racismo nas instituições.

O jornal, assim, pauta em todas as edições a exclusão dos negros nos cargos públicos, a exemplo de: “Nas eleições tivemos o exemplo, não há um representante das nossas cores, dos empregos públicos e de todas as partes nos excluíram” (O Homem de cor, 1833, n.4, p.2). Esse silenciamento e separação racial é um fato que prova que mesmo o negro não-escravizado perpassava por racismo, pois a população branca continuava com suas relações de dominação raciais, como explica Quijano (2005, p.118) “Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”. Dessa forma, o racismo ainda definiu e estruturou as relações no país, ou seja, mesmo não sendo escravizado, o pensamento colonizador era mantido sobre a população negra.

Destarte, a maneira que os escritores do jornal encontraram para denunciar essa exclusão e racismo foi a partir de um discurso de defesa da Constituição (1824) - que admitia que todos eram iguais. Observo um discurso semelhante com o *Jornal da Revolta dos Búzios*, pois eles não tinham na época uma constituição para defender sua liberdade e igualdade, mas buscavam, com base em revoluções e ideias da França, reivindicarem seus direitos. Assim, como exemplo, “O homem de cor que ama sua pátria e protesta morrer pela igualdade das leis” (O Homem de cor, 1833, n.4, p.3), mediante um discurso fundamentado pelas leis, o veículo acreditava que os negros iriam conquistar seus direitos de igualdade e liberdade.

Entretanto, essa defesa da constituição imperial não impedia que o jornal tecesse críticas à política vigente, visto que nas edições é possível identificar uma espécie de sarcasmo, quando usam: “brancos moderados e branco presidente” (*O Homem de Cor*, 1833, n.2, n.4). Uma forma, portanto, de expressar, através da marcação racial, a falta de representação negra nos cargos públicos da sociedade.

Além disso, o conteúdo do jornal narra bastante críticas às polícias e aos militares com base na desigualdade racial — prisões arbitrárias, perseguições, deportações, exclusões dos cargos e desrespeito aos negros que estão nas forças militares, por exemplo, “esse homem que foi violentamente preso sem que tivesse cometido crime algum”, “na capital do Brasil há um matadouro de homens livres”, “que parecem não poder sofrer que homens de cor também comandem os brancos” (*O Homem de cor*, 1833, n.4, n.5, n.3, respectivamente). Isso demonstra que a polícia desde o período imperial foi um agente de poder coercitivo para com a população negra, como podemos observar também no jornal anterior. *O Homem de Cor* estava presente com discursos para reivindicar seus direitos e atestar sua liberdade, a exemplo do escrito: “O homem de cor como é livre sairá quando quiser sem licença do branco presidente” (*O Homem de Cor*, 1833, n.2).

Por fim, há questões não escritas, mas que podemos retratar. É notável que o único nome presente no jornal é do dono da Tipografia Fluminense, Francisco de Paula Brito, assim, reconhecido como o primeiro editor e jornalista negro do país. Entretanto, não se sabe se ele era o escritor, tendo em vista que as matérias eram assinadas pelo “redactor”, o que demonstra, também, um medo de denunciar questões de exclusão, violência e desigualdade racial no período regencial. Além disso, é significativa a ausência de publicidade em todas as edições – isto não era comum nos jornais hegemônicos da época, o que possivelmente prejudicava a manutenção do jornal e também demonstra a falta de espaço que esses discursos e escritos tinham naquela sociedade.

Apesar de o jornal ter durado apenas 4 meses, ele foi um marco na história do jornalismo e dos movimentos negros no país. Um retrato das questões que, após 200 anos, ainda persistem nas pautas, visto que ainda não foram alcançadas. Por exemplo, o jornal reivindicava, em 1833, que pessoas negras pudessem ocupar cargos públicos e, atualmente, em todo o serviço público no país os negros são a minoria segundo o Instituto República 2023, sendo necessária uma Lei de Cotas (Lei 12.990, de 9 de junho de 2014) para uma maior inclusão da população negra nesses espaços.

Outrossim, muitas vezes na academia e no jornalismo, há uma visão presentista sobre os movimentos negros e o racismo no Brasil. Por exemplo, há a ideia de que as pautas definidas como “questões raciais” e também “identitárias” começaram recentemente. Entretanto, mediante a história do Jornalismo Negro, é possível perceber discussões antigas que continuam presentes na atualidade e que hoje parecem ser novas, haja vista a luta pelo acesso aos empregos públicos, universidade e a educação em sua totalidade. Tenciono sobre como esse olhar presentista para a história da população negra, e também para o próprio racismo, contribui para a manutenção dos sistemas raciais desiguais.

3.3 O Homem: realidade constitucional ou dissolução social (1876)

Imagem 3:

O Homem - realidade constitucional ou dissolução social, edição 11, p.1, de 23 de março de 1876.



Após “*O Homem de Cor*”, o Jornalismo negro começou a se difundir no período regencial na antiga capital do Rio de Janeiro. Entretanto, como já relatado no primeiro capítulo, não foram encontrados arquivos de jornais negros após o ano de 1834. Desse modo, o próximo jornal negro arquivado é localizado em Recife, no ano de 1876, intitulado “*O*

Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social”. Apesar de os arquivos serem encontrados cerca de 40 anos depois do primeiro, e em outra região do país, eles tratam de questões semelhantes do lugar da população negra na sociedade e possuem formatos parecidos. A análise do jornal foi realizada a partir de duas edições, n.9 e n.11, disponíveis digitalmente na Hemeroteca Digital Brasileira³³, apesar de estar ciente que o veículo conta com 12 edições (Pinto, 2006), não foram encontrados na internet os outros números do veículo.

Esse jornal foi escolhido por critério de contexto histórico diferente do anterior, *O Homem de Cor*, além de ser localizado em outra região, atual nordeste do país. Ele também conta com formações discursivas mais contundentes contra à escravidão e homenagem aos homens de cor, assim, operando como uma autovalorização e quebra de estereótipos sobre o negro que operava na sociedade. Felipe Nery Collaço, foi um homem negro, editor e fundador do *O Homem* (Pinto, 2006), que funcionava na Tipografia do Correio de Recife. Neste jornal, assim como nos outros, é perceptível a cor de quem publica os textos, tanto que quando referencia alguém branco escrevem, “Um que não é de cor” (Pinto, 2006, p.94), como em outras matérias, a exemplo de, “brancos pobres” (*O Homem*, n.11, p.2). Além disso, o jornal acreditava que os indígenas pertenciam à classe dos homens de cor (*O Homem*, n.11, p.4).

Vale destacar que, mesmo com a publicação de jornais já sendo permitida no Brasil, em *O Homem de Cor* e *O Homem - realidade constitucional ou dissolução social*, em ambos mal havia escritores que assinavam as matérias, as publicações aconteciam em meio ao anonimato. Apenas na última edição disponível do *O Homem*, que um artigo é assinado por Ernesto Castro, o que demonstra uma mudança em relação ao segundo jornal analisado. Também é comum em ambos jornais a ausência de publicidades. No século XIX, o jornalismo hegemônico dividia as edições constantemente com anúncios, mas essa prática não era comum no Jornalismo Negro antes da abolição. Ao mesmo tempo, os negros eram retratados em anúncios de jornais hegemônicos relacionados à escravidão, por exemplo, através de anúncios de escravizados fugidos, compra de escravizados e outros absurdos relacionados sempre à escravatura. Dessa forma, é possível compreender como aponta Gondin Fonseca (1941) que esses tipos de anúncios eram um dos grandes sustentos do jornalismo hegemônico no séc. XIX.

O Homem — Realidade Constitucional ou Dissolução Social, aborda um título apoiado nas leis constitucionais para garantir a liberdade dos “homens de cor” — termo

³³ Acervo digital do jornal “O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social”, disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/homem/827509>

utilizado na época para se referir às pessoas negras, em geral, aos homens negros, pelo que é possível analisar dos jornais. O jornal produz um discurso pela liberdade e cidadania da população afrodescendente, que era em relação com as políticas progressistas internacionais, semelhante com o *Jornal da Revolta dos Búzios*. Além de inserir um discurso emergente de autovalorização das pessoas negras, que será desenvolvido ao longo da história do Jornalismo Negro, a Galeria dos Homens de Cor, a partir da homenagem a homens que lutavam em prol da população negra e/ou possuíam ascensão em alguma área, a exemplo de Antônio Pereira Rebouças e Henrique Dias.

Em todas as capas há referência dos princípios de igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa, junto a artigos da Constituição de 1824, assim como *no jornal da Revolta dos Búzios* e no *O Homem de Cor*. Entretanto, apesar de acreditar na igualdade mediante as leis, o jornal também questiona essa constituição perante a desigualdade racial nos cargos públicos, “será assim que deve ser entendida a igualdade perante a lei?”, “para que a constituição seja uma realidade para todos os brasileiros, sem distinção de classe” (*O Homem*, 1876, n.9, p.2). O principal objetivo do jornal, será um discurso que vai crescer nos jornais negros no pós-abolição, acerca da “moralidade”, educação e organização do negro, “O homem tem por fim principal promover a união, a instrução e a moralização dos homens de côr pernambucanos” (*O Homem*, 1876, n.9 p.1).

Suas edições vão elencar também questões abolicionistas, como matérias sobre o fim do período escravocrata em outros países, “a escravidão há de acabar um dia, pacífica ou revolucionariamente. Temos mesmo a convicção de que esse atentado contra as leis da humanidade não poderá durar mais muitos anos”, “a escravidão, que viola a lei suprema da humanidade, degrada o escravo e também o senhor”, “a escravidão como uma planta parasita” (*O Homem*, 1876, n.11, p.1-2). Podemos observar semelhanças no modo de retratar a escravidão, com o *Jornal da Revolta dos Búzios*, todavia, é importante comentar a influência de um discurso abolicionista que emergia na época, de que a escravatura era vergonhosa para os senhores, pois, não havia mais esse tipo de mão de obra escrava em outros países. Além disso, era uma estratégia em jornais a favor da abolição, abrir as portas da tipografia para receber e divulgar queixas sobre a escravatura, assim informavam, “todos os cidadãos que sentindo-se oprimidos ou perseguidos recorrerem ao homem, encontrarão também benigno acolhimento, qualquer que seja a posição social”, como aviso na primeira página das edições do veículo.

Mesmo em crítica à realidade das leis do Brasil imperial, era muito comum nos

jornais negros do século XIX, como também aqueles criados por pessoas negras nessa época, discursarem evidenciando que a independência não trouxe mudanças em relação à desigualdade racial. Por exemplo, “o que ganharam pessoalmente, os homens de cor com a proclamação da independência e do império, para tal tantos sacrifícios fizeram” (O Homem, 1876, n.9, p.3). Desse modo, compreendo que essa crítica também parte de uma análise que, mesmo o Brasil tornando-se independente, não houve mudanças em liberdade e direitos para a população negra.

Acerca da desigualdade racial, dos negros “livres” no mercado de trabalho e no ambiente militar, o jornal aborda: “mostrem-nos atualmente em toda a província de Pernambuco um só coronel, um só tenente coronel, um só major da guarda nacional que seja de cor parda. Mostrem-nos um só capitão, um só tenente que seja de cor preta” (O Homem, 1876, n.9, p.1). Nesta matéria, que retrata a história de Henrique Dias, o veículo afirma que, no século XVII, havia menos preconceito de cor nos cargos militares, mas que isso se modificou. Um discurso diferente daquele que é apresentado acerca de uma história do Brasil progressista. Além disso, observo como são retratadas as diferenças entre pardos e pretos, já que as patentes que o veículo afirma de cor preta são inferiores aos de cor parda. Outro discurso interessante presente nesse jornal são os literatos negros, com poesias, crônicas e contos de autores negros divulgados nesse jornal. Assim, sendo uma diferença em relação aos anteriores, como também demonstra uma forma literária desse Jornalismo Negro. Dessa forma, o jornal abordava textos literários de ficção que retratavam a desigualdade racial, a exemplo de Beata e Nicanor (O Homem, 1876, n.9 p.4).

Por fim, não se tem certeza do porquê o jornal finalizou, mas em sua última edição, encontram-se queixas financeiras sobre a manutenção do impresso (Pinto, 2006, p.96). Ademais, vale destacar a ênfase no masculino no título dos últimos dois jornais analisados, em que a mulher negra só aparece em contos ou em alguma notícia. Até nas matérias de homenagens do jornal O Homem, todas são para o sexo masculino, o que não significa que não tiveram mulheres negras ilustres. Não apenas nos títulos, os jornais negros do século XVIII, XIX e início do século XX tratam especificamente das questões dos “homens de cor” e as mulheres negras não aparecem assinando alguma matéria, e poucas vezes são citadas. Esse cenário vai se modificar a partir de jornais como O Clarim de 1924, com matérias como: “a mulher negra e o nosso congresso” e a partir de mulheres negras que colaboram com a escrita do jornal. Aqui para análise trago como um dos primeiros jornais que abordam as mulheres negras, A Voz da Raça, que trará sessões: frente negrinas, entre outras escritas por mulheres

ou voltadas ao público feminino. Tal perspectiva é importante ser pontuada, de modo a observarmos, de forma complexa, os espaços marcados por raça, mas também por gênero.

3.4 O Progresso (1899)

Imagem 4:

O Progresso: Organ dos homens de côr, Edição 1, p.1, de 24 de agosto de 1889.



“O Progresso³⁴” é o último jornal negro do século XIX, tal veículo foi escolhido devido a uma transformação de contexto histórico-racial, já que surgiu no pós-abolição, no início da república brasileira e na mudança de século, como também marca a presença dos discursos de inferioridade e superioridade racial que emergiram no país. Outrossim, o veículo também retrata o começo do Jornalismo Negro paulistano, que se propagou fortemente na primeira metade do séc. XX. Além de ser um jornal pouco abordado, pois seu arquivo foi recuperado recentemente pela Biblioteca Nacional. Outros jornais negros se destacaram no pós-abolição, como *A Pátria* (1888 – 1889) em São Paulo e *O Exemplo* (1893 – 1919, com algumas pausas) no Rio Grande do Sul. Infelizmente nessa pesquisa não analiso

³⁴ A edição arquivada do jornal “O Progresso” encontra-se disponível digitalmente em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=745553&pagfis=1>

detalhadamente nenhum jornal negro do Rio Grande do Sul, entretanto, tais jornais negros já são frutos de diversas pesquisas³⁵. Assim, compreendo que tais jornais traduzem uma história de resistência no pós-abolição dentro de um estado com a população majoritariamente branca do país, desse modo, ainda pretendo elencá-los em trabalhos posteriores.

Criado após o fim da escravidão, *O Progresso*, já trazia mudanças em relação aos anteriores aqui retratados, por exemplo, com um discurso de organização e consciência racial da população negra. No fim do século XIX e início do século XX, emergiram discursos de progresso da nação brasileira que, implicitamente, e às vezes de forma explícita, defendiam que o “progresso” seria alcançado somente a partir da população branca e europeia. Com isso, é possível inferir do título do veículo uma crítica a essa noção de progresso transmitido na sociedade. Após a abolição e a república, o jornal relata que a população negra contava que o preconceito de cor iria desaparecer do país, como mostra o trecho “que os brancos empunhando a bandeira de igualdade e fraternidade entrassem em franco convívio com os pretos” (*O Progresso*, n.1 p.3). Entretanto, o veículo atesta em seus enunciados que o preconceito em vez de diminuir só cresceu, assim, crítica o cerceamento dos espaços para com as pessoas negras.

O jornal foi lançado, em 24 de agosto, em homenagem a Luiz Gama, na sua data de falecimento, 17 anos depois. O jornal apresenta questões pertinentes à luta do negro na época, como protestos contra o racismo científico³⁶, a desigualdade educacional e homenagem aos militantes negros que lutaram pela abolição da escravidão no país, a exemplo de “Luiz Gama, José do Patrocínio, Quintino de Lacerda Rebouças e tantos outros” (*O Progresso*, n.1, p. 3). Esse papel do Jornalismo Negro, de apresentar biografias de pessoas negras ilustres em suas edições é uma prática comum até os dias atuais, por exemplo, o Black Stories do jornal *Alma Preta*.

Essa característica do Jornalismo Negro, observo que a partir dos arquivos começou em 1876 com o intuito de valorizar personalidades negras a fim de combater as ideias de superioridade branca difundidas no país. Analiso que esse discurso de autovalorização, parte de uma necessidade de uma autoimagem positiva da população negra, visto que, o que era retratado nos jornais hegemônicos e em outras narrativas, em sua maioria, desvaloriza o negro

³⁵Projeto Imprensa Negra Educadora, que conta com um banco de referências, disponível em: <https://www.ufrgs.br/pine/referenciass/>.

³⁶ Racismo científico é uma pseudociência, difundida pelos europeus desde a colonização e majoritariamente no século XIX e no início do século XX, com o objetivo de comprovar uma falsa superioridade racial da população branca e inferioridade da população negra e indígena. Essa teoria foi tão defendida no Brasil, que o Governo Federal no início do século XX financiou pesquisas, congressos e artistas para divulgar a teoria e embranquecer o país.

em diversos pontos. A exemplo do trecho a seguir, “não vedes que o preto ao contrário do que se dizia, é ordeiro, amante da família, laborioso e respeitador das leis de sua pátria?” (O Progresso, n.1,p.3), assim, emergindo um discurso de valorização da moral da população negra que vai ganhar força com o jornal *A voz da raça*.

Dessa forma, observo essa produção como uma ideia de autovalorização que compõe o modo e saber jornalístico negro, em que não se é esperado apenas por uma representação no jornalismo hegemônico, mas são criados, definidos e fortalecidos os próprios modelos. A exemplo de como mostra o trecho abaixo, ainda que em um discurso que reivindica uma valorização dos negros em seu papel de trabalhador:

Lançando um olhar para o futuro, sem esquecermos o passado, vemos que o futuro nos sorri; vemos que o homem preto por sua índole, inteligência e amor ao trabalho, pode ter papel saliente na sociedade, embora espíritos retrógrados afirmam o contrário" (O Progresso, 1899, n.1, p.2).

Em “*O Progresso*” existiam mais textos assinados, por nomes como, Bernadino Ferraz; Benedito Gomes Ribeiro; Theopilo Dias de Castro e José Cupertino, o que retrata uma diferença em relação aos jornais negros anteriores em que mal haviam assinaturas. Entendo que isso pode ter ocorrido por conta da abolição da escravatura, entretanto, este veículo teve menos edições encontradas que os anteriores. O jornal também trazia uma seção “eduquemo-nos”, uma prática comum, que começou com o “*O Exemplo*” 1892 e foi difundida pelos jornais negros até os dias atuais. Com o objetivo de incentivar a educação para a população negra, tanto o ensino formal como também uma conscientização racial, como podemos visualizar a seguir, “educai-vos, educai a vossos filhos, ensina-lhes o caminho da honra, o caminho do dever que tem por ponto de partida, o trabalho e a instrução” (O Progresso, n.1, p.3).

Essa prática também se configura como um modo próprio do Jornalismo Negro no Brasil. Haja vista que, após o fim da escravidão, a população negra não recebeu alguma ação de reparação ou política de auxílio, pelo contrário. Dessa forma, como explica Angela Oliveira (2017, p.27), “os impressos negros buscavam fortalecer os seus. Nesse sentido, defendiam a educação como meio de combater a marginalização do (a) negro (a), superar os preconceitos e ser tratado com igualdade”. Nessa seção do jornal, contava a história do negro em relação ao ensino e estimulava que o acesso à educação formal poderia mudar a situação dessa população, um discurso muito comum no Jornalismo Negro até hoje. Assim, o jornal faz desse discurso de educação e moralidade do negro seu principal objetivo, como mostra o

trecho, “levantá-los do abatimento moral e intelectual em que jazem. É este o ponto principal, senão o único objetivo do nosso modesto jornal” (O Progresso, n.1, p.3). Desse modo, é possível observar um início de um discurso pan-africanista nacionalista, que vai se expressar fortemente no *A Voz da Raça*.

Entretanto, é importante pontuar o embranquecimento que estava presente nessa noção de educação e autovalorização do negro, pois, eram frisados ainda valores europeus, por exemplo, “um homem de cor preta criado e educado na europa, torna-se tão ilustrado e moralizado como um europeu que temos provas” (O Progresso, n.1, p.3). Desse modo, é possível refletir, a partir de Fanon (2008), sobre essa busca pela máscara branca, pela cultura do colonizador para ser aceito na sociedade. Assim, o discurso que emergia naquela época acreditava que o ensino e a “moral” para a população negra, iria contribuir para o fim do preconceito racial, vejamos, “o homem distingue-se, eleva-se pela compostura social ou pela cor da pele? cousa de que não é culpado...” (O Progresso, n.1, p. 3). Todavia, o jornal também ataca essa concepção de inferioridade de educação da população negra em, “como exigir da totalidade mostras de talento se não lhes deram instrução” (O Progresso, n.1, p.2). Portanto, uma crítica à meritocracia, um discurso bem semelhante na atualidade, do qual se tornou um dos argumentos principais da luta em prol das cotas raciais nas universidades e concursos.

Havia naquele momento, pós-abolição, uma grande necessidade de se organizar enquanto povo, não apenas para combater o racismo. Assim, neste jornal e no Jornalismo Negro até a década de 1940 e novamente na década de 1980, observa-se um comportamento de associação, com a divulgação de calendário, falecimento e notícias em geral da comunidade negra de São Paulo. Observo essa prática também como uma característica do Jornalismo Negro, pois, mesmo hoje não sendo uma questão comunitária menor, pois as redes e os jornais ganharam mais abrangência com a internet, há divulgação de calendário, eventos e assuntos importantes para a comunidade negra nacional ou de determinado território. Além disso, o jornal *O Progresso* também carrega características literárias, através da produção e divulgação de poemas, em que há um poema sobre Luiz Gama, seção que se torna comum principalmente no Jornalismo Negro do século XX.

O jornal também cumpria um papel de defender a mão de obra da população negra, em razão do preterimento em relação aos imigrantes³⁷ europeus enviados para o Brasil, visto

³⁷ Após o fim do tráfico negreiro, o Brasil por meio de leis e doação de terras, convidou imigrantes de diversos países europeus para habitar o país, a fim de promover a “civilização” e “progresso” (Camargo, 2020). Esses imigrantes tornaram-se os trabalhadores e a população afrodescendente ficou na miséria, sem terras e teve que se submeter às piores condições de vida e a trabalhos relacionados a escravidão e a colonização.

que a população afrodescendente após ter construído, por cerca de 400 anos o país, ficou no subemprego pós-abolição. “Rios de dinheiro tem o Estado despendido com a imigração” (O Progresso, n.1, p.4). Um dos grandes objetivos dessa imigração, se não o único, era embranquecer a população do país, a exemplo disso, de 1890 até 1945 foram criadas leis que proibiram a imigração vinda da África e de populações da raça preta, “pela necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (Art.2, decreto-lei n.º 7.967/1945).

Assim, o jornal discursa que esse investimento em imigração não tem nenhuma razão econômica, mas sim racial. A partir de uma perspectiva da economia, explica que, as crises na lavoura no país, principalmente em São Paulo, tem acontecido pelo desprezo aos trabalhadores pretos, pelo favorecimento dos imigrantes, em suma, europeus. Ao abordar uma lógica financeira, o jornal demonstra a discrepância: “No estado de São Paulo tem 300.000 trabalhadores europeus nas fazendas, os quais não dão vazão ao trabalho que em 1887 era feito com folga por 100.000 pretos” (O Progresso, n.1, p.4). Com isso, o objetivo não era incentivar uma volta à escravidão, mas lutar por empregos para a população negra, que ficou marginalizada na sociedade, a partir de um projeto racista de construção do Brasil.

Em síntese, no século XIX as principais pautas a serem reivindicadas eram o fim da escravidão, garantia de liberdade, empregos, educação e condições de sobreviver naquela sociedade. Todavia, as formações discursivas de luta pela cidadania e liberdade da população negra não se extinguíram neste século e nem com a escravidão. Em diversos jornais negros do século XX e XXI é possível observar discursos semelhantes em contextos diferentes, como em 1988 no jornal “*Negração*” com críticas à constituição de 1988 e aos 100 de abolição sem reparação histórica. Entretanto, como é possível observar emergindo discursivamente no jornal *O Progresso*, outros discursos raciais começaram a prevalecer nos jornais negros do início do século XX, com enunciados focados na auto-organização e integração da população negra na sociedade.

3.5 *A Voz da Raça* (1933)

Imagem 5:

Jornal A Voz da Raça, Edição 005, p.1, de 15 de abril de 1933.



O jornal *A Voz da Raça* foi escolhido para análise nesta pesquisa, a partir de um contexto histórico racial diverso, pois ele se inicia cerca de 40 anos após a abolição, na década de 1930, época de diversas manifestações políticas no país. Sendo criado pela Frente Negra Brasileira, conhecido como o maior movimento negro da história do Brasil. Para além de uma contextualização política temporal do pós Primeira Guerra Mundial e anteriormente à Segunda Guerra. *A Voz da Raça* transmitiu anseios e reivindicações da população negra, que se organizava politicamente, e conseguiu de ter uma duração de 5 anos, o que se configura um destaque para os jornais negros da primeira metade do século XX e, inclusive, para todo o Jornalismo Negro no Brasil.

Com o fim da escravidão no Brasil, mas com a continuação do racismo e da sua “forma social escravista”³⁸ (Sodré, 2023), a população afrodescendente em várias regiões do país se organizou enquanto raça para sobreviver em uma sociedade desigual. Inspirados por ideais pan-africanistas³⁹ da África e da diáspora, em especial pelo nacionalismo,⁴⁰ os jornais do início do século XX vão produzir discursos de integração e consciência racial. O jornal

³⁸ É a continuação de formas sociais da escravidão mesmo pós-abolição, uma especificidade do racismo brasileiro, por exemplo, a relação com empregadas domésticas e babás. Utilizo esse termo para entender a manutenção de formas sociais semelhantes a escravidão e não para substituir o conceito de racismo abordado aqui.

³⁹ Pan-africanismo é um movimento que cresceu no fim do século XIX e início do século XX, com perspectiva de libertação e integração da população afrodescendente em toda África e diáspora (Paim, 2014).

⁴⁰ “A entidade defendia um projeto nacionalista, de viés autoritário.(...) A FNB criou uma série de símbolos identitários (como bandeira, hino, carteira de associado), assim como a milícia Frentenegrina. Tratava-se de um batalhão paramilitar, composto especialmente por jovens (Domingues, 2008, p.522)

mais expoente dessa *formação discursiva* tem início em 1933, em São Paulo, nomeado de “*A Voz da Raça*”.⁴¹ Já pelo título, é passível de compreender a mensagem de se organizar racialmente que começa a prevalecer naquele contexto, em que emergiram discursos de superioridade racial⁴² da população branca. Assim, a população negra no pós-abolição rebate essa ideia, como foi retratado no jornal anterior.

A Voz da Raça foi um jornal criado pela Frente Negra Brasileira⁴³, uma associação de negros que posteriormente transformou-se em partido político, um dos maiores movimentos negros que já existiu no país, com filiações em vários estados, como Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Sobre a expansão desse veículo, Domingues (2007, p.353) afirma que “com tiragem de 1.000 a 5.000 exemplares, o jornal era mantido com recursos da entidade e dos anunciantes e chegou a ser lido no continente africano e nos Estados Unidos”.

Com a epígrafe “O preconceito de cor no Brasil, só nós, os negros, o podemos sentir” iniciava o jornal que mostrou os protestos e reivindicações de um povo que passava por um processo de invisibilidade e marginalização na sociedade. Em um país que, na época, abriu as portas para imigrantes europeus e asiáticos e desprezou a população negra. Maria Silva (2003, p. 119–120) pesquisou os jornais da grande imprensa de 1920 a 1937 e constatou a invisibilidade dos negros, pois eles não eram mencionados enquanto grupo social, “mas havia uma seção ‘colaboração estrangeira’ para os imigrantes na Folha da Manhã, que era escrita em suas línguas maternas, espanhol, italiano, árabe, etc. Neste período, era raro encontrar referências ao meio negro de forma positiva”. É válido destacar que essa colaboração estrangeira, nos jornais hegemônicos, não incluía os países africanos.

A Voz da Raça reivindicou sua própria narrativa, já que, segundo Silva (2003, p.121), a imagem do negro retratada na grande imprensa não correspondia à imagem do negro na imprensa negra. Dessa forma, o veículo em seus textos tinha a ideia de valorizar a população negra e todas as suas realizações. Essa valorização funcionava tanto para o passado quanto para o futuro. O jornal contava com: seção literária em que diversos autores negros

⁴¹ Acervo digital do jornal “*A Voz da Raça*” na Hemeroteca Digital Brasileira, com 70 edições, disponível em:

⁴² O discurso de superioridade branca no Brasil era apoiado não só por cientistas como também por filósofos e por autores renomados da literatura brasileira, como Silvio Romero, observe a introdução do seu livro: “Das três raças, que constituíram a atual população brasileira, a que rastro mais profundo deixou foi por certo a branca; segue-se a negra e depois a indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com o internamento do selvagem e a extinção do tráfico de negros, a influência europeia tende a crescer, com a imigração e pela natural tendência de prevalecer o mais forte e o mais hábil.” (2018, p.25)

⁴³ Em 16 de setembro de 1931 foi fundada a Frente Negra Brasileira, e posteriormente regido o estatuto: “Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira. (Art.1, Estatuto da Frente Negra Brasileira, Diário Oficial de São Paulo, 4 de novembro de 1931).

publicavam seus textos; editorias sociais e associativas; artigos de valorização da cultura do negro; seções de biografia; de cunho educacional e, os principais textos, aqueles de denúncia e de protesto, a exemplo desse trecho publicado no jornal: “é preciso um impulso forte de maldade e inconsciência para afirmar que, no convívio social, o negro goza das mesmas prerrogativas e regalias que o branco” (*A Voz da Raça*, 1933, n.9, p.1). Desse modo, o jornal sempre estava em denúncia da situação de desigualdade e preconceito às quais os negros estavam submetidos. Como também desenvolvia ações de auto-organização e valorização, como a semana do negro (*A Voz da Raça*, n.27, p.4), tais atividades também são possíveis de observar no *Quilombo*, *Negó* e *NegrAção*, em que há uma preocupação em desenvolver ações de educação e conscientização racial fora dos limites dos jornais. Para Roger Bastide (1951, p.130) os jornais daquela época, especialmente o *A Voz da Raça*, procuravam:

Primeiramente agrupar os homens de cor, dar-lhes o senso da solidariedade, encaminhá-los, educá-los a lutar contra o complexo de inferioridade, superestimando os valores negros, fazendo a apologia dos grandes atletas, músicos e estrelas de cinema de cor. É, pois, um órgão de educação. Em segundo lugar, é um órgão de protesto.

Para entender o contexto histórico do *A Voz da Raça*, que iniciou 40 anos depois da abolição, é necessário analisar a época em relação ao que tange à população negra e sua organização. Há um falso entendimento sobre esse veículo naquele período, em que Bastide (1951) afirma que o jornal é espelhado por ideais fascistas ao defender a organização racial negra e sua autovalorização, porque na época o fascismo e o nazismo estavam se expandindo na Europa. No entanto, é um pensamento da branquitude acreditar que os movimentos negros são espelhados apenas em teorias europeias, que a população negra não pode formular sua própria forma de pensar e reagir ao embranquecimento imposto no Brasil. Joel dos Santos (1985, p.2) explica como o movimento negro no Brasil, haja vista a Frente Negra, nasceu em relação às condições históricas dadas ao negro e, em contrapartida, ao mito da democracia racial⁴⁴. Outro erro do artigo de Roger Bastide é acreditar que só existe a dicotomia entre direita e esquerda, as quais são formulações também de pensamentos políticos criados pela branquitude. Desse modo, exclui outras formulações políticas elaboradas por diversos povos, como o pan-africanismo aqui retratado, teoria e práxis dos negros da diáspora e continente africano. Maria Pinto Silva (2003), ao analisar *A Voz da Raça* em sua tese, dedica um

⁴⁴Democracia racial é um mito difundido no país e internacionalmente, que significa que no Brasil as raças estão em harmonia e que não há racismo, não se sabe sua origem ao certo, o autor que se popularizou por uso desse termo foi Gilberto Freyre (1936).

capítulo a fim de entender o pan-africanismo e este pensamento expresso diversas vezes nas colunas e artigos do jornal, assim, traz uma análise justificável e cabível ao tema e à época.

Criticar essa forma da branquitude pensar os jornais negros, não significa que eles não tinham discursos próximos à perspectiva política conservadora. Alguns veículos daquela época tinham relações de preconceito com o samba, capoeira, candomblé, entre outras expressões culturais negras, porque acreditavam que era “badernagem”, corrompia o negro, além da forte relação dos jornais com o catolicismo. Dessa forma, reproduziam discursos de preconceito que eram apoiados inclusive por leis do Estado⁴⁵. Entretanto, compreendo que o racismo é tão perverso e estrutural, que reverbera no pensamento do negro, ao propagar discursos discriminatórios da sua própria cultura. A inclusão das culturas afro-brasileiras, como as citadas acima, no Jornalismo Negro, só foi acontecer, de forma abrangente, pela primeira vez com o “*Quilombo*” (1946) e em outros jornais que serão retratados aqui posteriormente. Entretanto, no último ano do *A Voz da Raça* há matérias sobre o samba, poesia sobre macumba e preto velho, (*A Voz da Raça*, 1937, n.63, n.69, n.70, respectivamente), o que também demonstra um início de um discurso cultural afro-brasileiro no Jornalismo Negro.

A segunda fase da imprensa negra paulista, Gilmar Carvalho (2009, p.6), explica que é a formação e o desenvolvimento da Frente Negra Brasileira, cujo objetivo era a reivindicação dos direitos da população negra e protesto contra o racismo. Nessa época, os jornais negros passaram a ser o canal de comunicação do protesto negro em várias áreas das suas vidas. No entanto, em 1937, iniciou-se um golpe de estado no Brasil instaurado por Getúlio Vargas, começou a ditadura do Estado Novo, em que foi restringida a liberdade de imprensa. Assim, todos os veículos com teor político do período foram encerrados ou submetidos ao regime de censura e, com isso, a Frente Negra Brasileira foi alvo de perseguição tendo que encerrar suas atividades. Segundo Domingues (2007, p. 354): “O fechamento da entidade causou uma sensação de frustração no meio negro em São Paulo.”

Uma diferença deste jornal, já comentada anteriormente, foram as seções: frente negrinas, domésticas, cruzada feminina, seção feminina, entre outras, que marcam um discurso de abertura para as mulheres negras no Jornalismo Negro. O jornal também explora um senso de comunidade, com outras cidades, estados e países, haja vista as seções de notícias sobre tais lugares onde se encontram sedes da Frente Negra, inclusive fora do país,

⁴⁵ A Capoeira e o Samba foram proibidas pelo Código Penal de 1890 até 1937, pelo decreto 847 de 11 de outubro de 1890 e o Candomblé também através dos artigos 156,157,158 que ficaram conhecidos como “lei do curandeirismo”. Após esse período, mesmo sendo livre, a perseguição policial continuou, como afirma Nathalia Oliveira (2015) em seu estudo sobre as repressões policiais no estado novo.

como Cabo Verde. Além disso, os anúncios presentes no veículo são de divulgação de comércios de pessoas negras e venda avulsa das edições, o que representa um discurso de auto-organização. Ademais, o veículo também divulgava, milícia frente negrina, frente negrino futebol clube, salão de beleza, gabinete dentário, advogado, entre outros.

A Voz da Raça também trazia discursos de comemoração do 13 de maio, a exemplo da missa e romaria em homenagem à lei áurea, festividades e até canto e hino da gente negra. Sobre as comemorações da abolição, o jornal não deixa de homenagear homens brancos que participaram da luta abolicionista, como Castro Alves. É expressiva a ligação religiosa do jornal já pelo epígrafe “deus, pátria, raça e família”, uma vez que muitos dos criadores da Frente Negra eram de irmandades católicas em São Paulo e compunham discursos nacionalistas negros. Além dessa demarcação nas epígrafes, o jornal explora em algumas edições as colunas: Vida religiosa, Ave-maria, entre outras em relação ao catolicismo.

Além disso, é característico dos jornais negros naquela época, como vimos nos veículos anteriores, a divulgação de contos, poemas e crônicas, a exemplo de “soneto negrista”, “escritores negros” e “mãe preta” (*A Voz da Raça*, n.45, n.64, n.69). Outra característica comum ao Jornalismo Negro também é abordada nesse jornal, com diversos artigos sobre educação, como “o negro e a instrução” (*A Voz da Raça*, 1936, n.51, p.4) e como discursa esse outro texto, *O Negro e a formação do Brasil*, “instruídos e educados seremos respeitos e far-nos emos respeitar. Não nos esqueçamos que só o livro completará a redenção da gente negra no Brasil” (*A Voz da Raça*, 1933, n.14, p. 4). Entretanto, ainda nessa época, os discursos acerca da educação e instrução são em prol da integração do negro na sociedade.

No terceiro período da imprensa negra paulistana da primeira metade do século XX, definido por Ferrara (1985, p.204), em que verifica que os veículos estavam comprometidos, “com o esforço de unir os negros em favor de uma causa comum”. O Jornalismo Negro voltou então a organizar-se após a ditadura do Estado Novo, a partir de 1945, com a publicação do jornal “*Alvorada*” organizado pela Associação dos Negros Brasileiros (ANB)⁴⁶ e veículo principal da entidade. Além de outros títulos, como “*O Novo Horizonte*” e “*Cruzada Cultural*”. Entretanto, esses jornais mantinham discursos semelhantes ao “*A Voz da Raça*”, já que os discursos nacionalistas negros ainda estavam presentes fortemente nesses títulos. Os três jornais pertenciam a organizações negras e estavam preocupados com a união dos

⁴⁶ A organização da ANB começou em 1943, principalmente por egressos da Frente Negra Brasileira, como José Correia Leite e Raul Joviano. Ferrara afirma (1985, p.204) que o programa da associação, era na verdade, uma proposta revisada das organizações e jornais que circularam anteriormente, feitas por lideranças que se reuniram após a dispersão da ditadura Vargas.

afrodescendentes pela afro-diáspora. Nessa época, o “*Quilombo*” também surge, todavia com alguns discursos mais relacionados ao integracionismo e as diversas formas culturais negras.

3.6 *Quilombo*: vida, problemas e aspirações do negro (1948-1950)

Imagem 6:

Jornal *Quilombo*, Ed. 001, p.1, de 9 de dezembro de 1948



O *Quilombo*, surgido em 1948, no Rio de Janeiro. Foi escolhido para análise diante da mudança de contexto histórico e de formação discursiva em relação ao jornal anterior. Como também por enfatizar uma formação discursiva de cultura negra, que abrigava apenas algumas seções dos jornais negros até então. Outrossim, por ser fundado por um dos movimentos negros mais importantes do país, criado pelo Teatro Experimental do Negro (T.E.N), no Rio de Janeiro, com a direção de Abdias Nascimento, que foi um ex-integrante da Frente Negra Brasileira, fundador do T.E.N e, posteriormente, um dos idealizadores do Movimento Negro Unificado. Sendo assim um dos grandes representantes do movimento negro do Brasil no século XX. A análise foi realizada a partir das 10 edições do jornal, arquivadas pelo Instituto

de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (Ipeafro), encontradas no site “O jornal Quilombo”⁴⁷.

Vale destacar que o Teatro Experimental do Negro foi fundado em 1944, com a colaboração de pessoas negras e brancas, e além da elaboração e apresentação de peças teatrais, também possuía uma escola de alfabetização, com mais de 600 alunos. O T.E.N surgiu em protesto, pois, os negros não conseguiam atuar em papéis teatrais no Brasil. Quando as peças tinham personagens negros, quem atuava eram brancos pintados de negros e, por conta disso, construíram uma escola de formação teatral e propuseram diversas peças teatrais com pessoas negras.

Segundo o editorial do jornal (n.1, p.1), o *Quilombo* tinha o objetivo de produzir um conteúdo de negro para negro e, principalmente, tratar da cultura negra do país, como expressa o trecho: “a cultura com intuição e acentos africanos, a arte, a poesia, pensamento, ficção, música, como expressão étnica do grupo brasileiro mais pigmentado, paulatinamente vai sendo relegada ao abandono, ridicularizada pelos líderes do ‘branqueamento’” (Quilombo, n.1, p.1). Desse modo, nas outras edições, o jornal expressa seu programa, em que define os objetivos do veículo, sendo eles: colaborar para promover a consciência de igualdade racial, contribuir para a superação da escravidão, reivindicar a educação em todos os níveis para todos os negros de forma gratuita — seja em estabelecimentos públicos ou privados, combater o preconceito de cor, pleitear para que fosse previsto o crime da discriminação racial, assim como está na constituição de Cuba e em alguns estados dos Estados Unidos (Quilombo, 1948, n.2, p.3).

O jornal criado por essa organização começa a tratar da cultura negra de maneira abrangente: teatro, cinema, música, poesia, literatura, intelectualidade, até mesmo as culturas afro-religiosas, como nos artigos: “como se desenrola uma festa de candomblé” “em Recife Xangô e no Rio Macumba”, “A teogonia negra”, “Xangô de vicente lima”, entre outros. Assim, sendo o primeiro jornal, dentro do que foi localizado na tabela 1, a tratar das religiões de matrizes africanas de forma abrangente. Entretanto, o jornal admite uma perspectiva religiosa ligada ao cristianismo, como é possível observar nos trechos: “causa democrática e cristã da igualdade racial” (1948, n.2, p.5) e “civilização cristã” (1948, n.2, p.4). As editoriais frequentes do jornal são: notícias do Teatro Experimental do Negro; arquivo; congresso do negro; livros; cinema; cartas; democracia racial; candidaturas negras e fala a mulher.

Como já comentado anteriormente, nessa época os negros voltam a se organizar política e socialmente, com conferências, congressos e candidaturas políticas, o que é bastante

⁴⁷ Acervo do jornal “Quilombo”, disponível em: <https://www.ojornalquilombo.com.br/>

divulgado e discursado nesse jornal. A Conferência Nacional do Negro aconteceu no Rio de Janeiro, em 1945, e em São Paulo, em 1946. As pautas dessas conferências são: manifesto à Nação Brasileira, reivindicando que a nova Carta Magna explicitasse a origem étnica do povo brasileiro, definisse o racismo como crime de lesa-pátria e punisse a sua prática no código criminal, essas medidas foram apresentadas à Assembleia Nacional Constituinte, eram chamadas de cruzadas para a segunda abolição (Quilombo, 1950, n.10.p.8). Essas conferências acontecem em prol também da organização do “1º Congresso do Negro Brasileiro⁴⁸” em 26 de agosto de 1950, data que marca o centenário do fim do tráfico de escravizados no Brasil. Nesse jornal ainda podemos observar a formação discursiva parecida com os jornais do século XIX, os quais acreditavam que, com as leis de igualdade racial, a situação de racismo no Brasil poderia se modificar. Além disso, diversas candidaturas negras são divulgadas no jornal, inclusive a de Abdias Nascimento para vereador. Essa prática política de divulgar candidaturas negras também será comum de ser observada nos próximos veículos negros analisados.

Em várias edições do jornal é retratado o movimento negro dos Estados Unidos e, inclusive, o Jornalismo Negro nesse país. O jornal aborda a experiência dos negros dos EUA em criar uma imprensa tão forte como a dos brancos, haja vista a revista ilustrada “Our World” (Quilombo, 1948, n1,. p.3 — n.2, p.5). As pautas raciais do veículo possuem uma ligação afro-diaspórica, por exemplo, quando evidencia a conquista do Haiti acerca da condenação de todas as discriminações raciais e protestos legislativos contra a discriminação racial não só no Brasil, como na África do Sul, Estados Unidos, Etiópia, entre outros.

A mulher também ganha destaque no *Quilombo*, através da editoria “Fala a mulher”, criada pela também diretora do jornal, Maria Nascimento, em que aborda política, crianças, família, congresso nacional de mulheres, regulamentação do trabalho doméstico, conselho nacional de mulheres negras, entre outros. Nesse jornal, é discutida a necessidade de regulamentação da profissão doméstica e de garantia dos seus direitos, que só começou a acontecer como lei no Brasil em 1972. Além disso, são realizados e divulgados concursos de beleza negra, que afirmam serem os primeiros concursos desse nível no país, como o “rainha das mulatas” e “boneca de pixe”.

Vale mencionar a editoria “democracia racial” e o artigo especial de Gilberto Freyre na primeira edição do veículo. O texto dele sobre a democracia racial, afirma que o Brasil tem preconceito de cor, mas menos do que outros países e alega algumas “razões” para isso, por

⁴⁸ Os anais e registros taquigráficos dos debates e trabalhos apresentados nesse congresso estão no livro “Negro Revoltado (Nascimento, 1968).

exemplo: “os indivíduos de origem africana não se sentem africanos ou negros, mas brasileiros”, “consequência do cristianismo, por ventura mais fraternal que o das gentes europeias do norte, que parece ter condicionado ou inspirado decisivamente a política lusitana de colonização”, “pela escassez de mulheres brancas entre os primeiros colonos e pelo fato de não terem aqui resistido aos europeus”. Assim, a publicação desse artigo possui um discurso diferente dos jornais da mesma época, também do *A Voz da Raça* e dos jornais posteriores aqui analisados. Até mesmo o próprio Abdias Nascimento, coordenador do jornal *Quilombo*, posteriormente, escreveu o livro “O Genocídio do negro brasileiro”(1978) que é referência nessa dissertação, em que critica ferreamente o mito da democracia racial e aborda que o negro no Brasil não vive em uma democracia racial, mas em um genocídio.

O jornal também possui um esforço em reivindicar uma memória e história do negro brasileiro. Essa, além de ser uma característica em comum dos movimentos negros do Brasil, é também um modo de expressão do Jornalismo Negro no país. O *Quilombo* finaliza suas edições em 1950, mesmo com o Teatro Experimental do Negro continuando como movimento até 1961. Posteriormente a esse título, surgem outros jornais negros na década de 50, 60 e 70 do século XX, como demonstra a tabela 1. Contudo, como demonstra Petrônio Domingues (2007, p. 111), “O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava o enfrentamento do ‘preconceito de cor’ no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo.”

Assim, daremos destaque ao jornal que começa no início da década de 1980, o *Nêgo*, no final da Ditadura Civil Militar. O veículo surge como resistência a esse processo político, pois apresenta tanto uma mudança de contexto histórico, como uma relação discursiva diferente cujo objetivo não é apenas a integração do negro na sociedade, mas uma crítica contundente à democracia racial. Apesar de ainda conservar características de abordagem cultural, histórica e de organização político-racial. No entanto, as pautas sobre cultura vão dar ênfase às culturas populares afro-brasileiras, como os blocos afros, afoxés, capoeira, etc.

3.7 *Nêgo* - jornal do Movimento Negro Unificado (1981 - 1996)

Imagem 7:

Jornal Nêgo: Boletim do Movimento Negro Unificado, Ed. 009, p.1, novembro de 1985.



O jornal *Nêgo* - jornal nacional do MNU. Foi selecionado para análise tanto pela mudança de contexto histórico, de formação discursiva, como também por destacar um dos movimentos negros mais importantes da história do Brasil, o Movimento Negro Unificado. Além de ter funcionado durante a Ditadura Civil Militar e na redemocratização do país. A análise do *Nêgo* foi realizada a partir dos arquivos presentes no Projeto Negritos, com 12 edições do jornal⁴⁹. Com um título que demonstra uma identificação racial, atestamos uma mudança discursiva em relação às formas de se referir racialmente nos jornais negros, como explica Domingues (2007, p.115),

O MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás. O termo “homem de cor”, por sua vez, foi praticamente proscrito.

Criado pelo Movimento Negro Unificado (MNU), em Salvador–BA, 1981, ainda na

⁴⁹ Arquivos do jornal “Nêgo” presentes digitalmente através do site Negritos, disponível em: <https://negritos.com.br/2019/01/14/nego/>. Também estão disponíveis no site do MNU Bahia: <https://mnubahia.com.br/categoria/acervo/jornal/>.

época da Ditadura Civil Militar, começa o boletim informativo do MNU para os negros das sociedades culturais, sindicatos e outras entidades. Logo em seguida, modifica-se para jornal do MNU, definindo-se como: “imprensa negra, autônoma, livre e independente” e uma “frente democrática de resistência à discriminação racial”, com conselho editorial e tiragens em diversos estados do país. No editorial (1981, n.1, p.1), o veículo cita os antecedentes dos movimentos negros e referência os quilombos, terreiros, insurreições como a Revolta dos Búzios, Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro, Imprensa Negra - jornais negros da década de 1930 como o Clarim da Alvorada e os jornais negros na ditadura, como Tição, Jornegro e Sinbá.

O MNU é um movimento negro criado em 7 de julho de 1978, em São Paulo, nas escadarias do Teatro Municipal, após um ato público de repúdio ao assassinato por discriminação racial de Robson Silveira da Luz. Nessa data, mais de três mil negros se reuniram contra o racismo, o que representou a criação do Dia Nacional Contra o Racismo (Nêgo, 1988, n. 14, p.2). Petrônio Domingues (2007, p.114) explica a importância do surgimento do MNU:

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro.

Em um período político de 20 anos da ditadura militar, a população negra voltou a se organizar com mais força, pensando em políticas, encontros e diversas formas de organização, como é destacado por Beatriz Nascimento (2021). Entretanto, isso é pouco observado quando é pensado em contexto histórico político da ditadura, em que são mais enfatizadas as resistências estudantis e de esquerda. Assim, é possível atestar um silenciamento da resistência negra nessa época, em que as reivindicações político-raciais realizadas pelos movimentos negros e divulgadas, principalmente, no Jornalismo Negro, eram consideradas um perigo à imagem que o governo brasileiro construía de si no exterior, como a de “paraíso das raças”, conforme demonstrado por Thula Pires (2018).

Esse silenciamento implica em um desvio histórico de foco das populações mais marginalizadas do país, negros e indígenas, para atenção a outros fatores. O silêncio sobre as questões raciais era uma estratégia do regime militar, que excluiu a categoria raça/cor do censo demográfico de 1970, com o objetivo de não documentar as desigualdades da população, ao fortalecer um discurso de “democracia racial”. O enfrentamento das ideias sobre democracia racial foi liderado na época pelo Movimento Negro Unificado e um dos

fatores para a sua construção, como afirma Joel Rufino dos Santos (1985). É possível analisar esse silenciamento discursivo das questões étnico-raciais promovido na ditadura a partir da *vontade de verdade* (Foucault, 1996, p.18) do estado, que através do seu suporte institucional e coercitivo, limita e restringe os discursos que contestam suas “verdades”, como a democracia racial.

O *Nêgo* dedica-se a matérias de protesto ao racismo em suas diversas áreas, memória e história da população negra, culturas e religiões afro-brasileiras, organização interna do movimento e reivindicações políticas. A mudança de data significativa para os negros, de 13 de maio para 20 de novembro, é um tema frequente do jornal, como a semana da consciência negra e as homenagens a Zumbi dos Palmares. Esse jornal é o primeiro que vai tratar de forma mais abrangente sobre as terras remanescentes de quilombo e a luta quilombola no Brasil. Temas que emergem, principalmente, na redemocratização do país. Isabel da Rosa afirma como:

A intensificação do debate racial verificada na reserva de vagas para negros nas universidades, no Estatuto da Igualdade Racial ou na regularização das terras de quilombolas, entre outros temas atuais, demonstra a importância da imprensa negra para a ressignificação de fatos e acontecimentos, tendo em vista a polaridade do noticiário e da opinião pública (2014, p.564).

Outro discurso que abrange diversas edições é sobre a educação do negro, na perspectiva da reivindicação de currículos pluriculturais, dos estudos africanos nas escolas, nas universidades e em formato de disciplina, como aponta o trecho: “o sistema de ensino privilegia o processo civilizatório europeu, promove o desenraizamento cultural e o branqueamento da população” (Nêgo, 1988, n.14, p.9). Esses discursos são precursores das discussões para a criação da lei 10.639/2003, que determinou a obrigatoriedade de ensino afro-brasileiro nas instituições de educação do país. Também é importante pontuar que o discurso sobre a educação no Jornalismo Negro se modifica, assim, é pautada uma educação que conte a história da população negra e o acesso dos negros à educação. Portanto, divergentes de discursos anteriores sobre educação que pautavam uma integração do negro na sociedade, voltada à adequação e aceitação.

As abordagens culturais negras, nesse jornal, ganham outra perspectiva, com a retratação dos blocos afros, afoxés, carnaval e culturas afro-religiosas. Discurso que se tornará comum no Jornalismo Negro e será abordado de forma abrangente no próximo veículo. Também são comuns matérias contra o racismo e as reivindicações dos negros na África e na afro-diáspora, como a guerra na Angola (Nêgo, 1982, n.3, p.4). Os conteúdos sobre os países

africanos e afro-diaspóricos se configuram como um modo comum do desse jornalismo, que reivindica os direitos da população negra de maneira internacional e atua como uma relação coletiva afro. As matérias também focam nas histórias de resistência do negro, como a Revolta dos Malês, os 190 anos da Inconfidência Baiana, entre outras. Além disso, o Nêgo traz muitas matérias que evidenciam o racismo e a violência policial, em vários estados do país, uma marca em comum do jornalismo negro e que participa das agendas dos movimentos negros.

Um discurso marcante do jornal é o político, com apoio a candidaturas negras, propostas para constituição, luta pela constituinte no país e diversos conteúdos de engajamento dos negros na política institucional, por exemplo, nas matérias: “MNU: nós e as diretas já”, “parlamento para valer só com o negro no poder”, “plano Collor: miséria e abandono”, (Nêgo, n.6, p.1, n.10, p.2 - n.18, p.3, respectivamente). No período de reforma constitucional, o veículo apresenta um discurso crítico à proposta e, também, às diversas leis que não funcionam para a população negra, como na frase, “o racismo é um crime previsto em lei, por que nenhum racista está preso?” (Nêgo, 1993, n.22, p.4).

Diferente da Frente Negra, o jornal do Movimento Negro Unificado não cria um partido político, mas demonstra um conteúdo político-racial mais próximo à esquerda brasileira, apesar de apresentar uma postura mais crítica, veja o trecho da matéria “MNU e as ideologias brancas”

Não vemos o Movimento Negro como uma tendência ideológica. No fundo, o que estamos fazendo é pondo o já citado para-fuso-problema na grande engrenagem. Segundo a ótica da esquerda branca uma tendência, para ser vista como tal, para ter legitimidade, tem que ser fundamentada numa concepção européia, seja germânica, contanto que seja branca. Movimento Negro, tendência? Não. Isso é adendo, serve apenas para aplicar essas concepções européias às “particularidades” de cada país.

Com essa postura política reivindicatória, o jornal não apenas pauta a negritude, como também apresenta matérias em defesa dos povos indígenas (Nêgo, 1985, n.8, p.7), tal qual aos palestinos e iraquianos. Nas últimas edições arquivadas, são pautados os encontros de estudantes negros universitários, discursos contra a desigualdade de negros nas universidades brasileiras, assim como a escassez de conteúdo afro-brasileiro nas universidades. Desse modo, tais discursos marcam discussões que vão contribuir para o debate da Lei de Cotas no Brasil. Por fim, essa foi uma breve análise do veículo, de uma das instituições políticas negras mais importantes do Brasil, que contextualiza uma época emergente no país, desde a ditadura até a redemocratização. Assim também marca o aprimoramento de legislações contra o racismo e

de debates que vão fomentar a criação de leis de reparação histórica no século XXI, por exemplo, as leis de cotas e de educação afro-brasileira. Contemporâneo ao Nêgo, também no nordeste, mas no período de redemocratização do país, surge o *Negração*, em Pernambuco.

3.8 *Negração* (1988-1991)

Imagem 8:

Jornal *Negração*: Boletim informativo do Afoxé Alafim Oyó Recife, Ed. 001, p.1, de novembro/dezembro de 1988.



O *Negração* foi escolhido para análise por ser uma especificidade no que tange as relações entre Jornalismo Negro e os movimentos negros, pois é feito por um Afoxé, uma entidade de abrangência cultural negra. Esse veículo entoou vozes políticas no período de redemocratização do país e de emergência de jornais negros em Pernambuco. Fundado pelo grupo “Afoxé Alafim Oyó”, em novembro de 1988, circulou até 1991, na cidade de Olinda, em Pernambuco. O jornal tem uma particularidade na produção em relação aos outros, pela escrita e organização ser realizada por apenas mulheres negras do Movimento Negro pernambucano e por ser realizado fora da capital. O *Negração*⁵⁰ conta com oito páginas e em

⁵⁰Parte da análise deste jornal está publicada na revista *ComSertões*, no artigo intitulado “Produções jornalísticas de comunidades afro-assentadas: experiências de jornalismo negro aquilombado em Pernambuco (1988-1994)”

formato tabloide, foram encontradas 4 edições, a partir dos arquivos disponíveis no Projeto Negritos⁵¹. Ele possuía distribuição gratuita e, também, era comercializado. Com caráter reivindicatório, as matérias denunciam a situação da população negra no Brasil, em países africanos e na diáspora.

As seções que estão nas edições encontradas do jornal são: Editorial; Mural Piche - informes e calendário de ações dos movimentos negros no país; Memória; Poesias e divulgações de ações do Afoxé Alafin Oyó. Na capa da primeira edição do jornal, o nome “NegrAção” está ao lado de um martelo, conhecido na comunidade de matriz africana como o Martelo de Şàngó (Xangô), o Oxê, em homenagem ao patrono do Afoxé. A matéria em destaque desta edição é “Semana da consciência negra, vida a Zumbi”, com uma ilustração que remete a Zumbi. A Semana da consciência negra era um marco importante da luta dos movimentos negros da época, assim como a mudança do dia 13 de maio para o 20 de novembro. Isso porque a data da abolição da escravidão focava na liberdade “concedida” pelos europeus e o 20 de novembro simbolizava, desse modo, o quilombo e Zumbi – um dos líderes quilombolas de Palmares.

No editorial desta edição, a marca de 100 anos de abolição é tensionada diante da continuação do racismo no Brasil, a exemplo do trecho, “1988 ano marcado pela confirmação do racismo brasileiro e, em contrapartida, pela disposição de luta do negro brasileiro” (Negração, 1988, n.1,p.2). Esse discurso também mostra o papel de luta e reivindicação presentes nos movimentos negros e no Jornalismo Negro. Nesse primeiro editorial, há diversos marcadores desse modo de produzir jornalismo, como é possível observar nesta passagem, “Mergulhando nesse passado de luta surge o NEGRAÇÃO como mais um veículo, onde possam utilizar para fortalecer nossos movimentos negros e toda herança de exploração colonial” (Negração, 1988, n.1,p.2).

A matéria especial da primeira edição, “Renasce Zumbi”, conta a história do Quilombo de Palmares (localizado na época no Sul de Pernambuco e, hoje, no estado de Alagoas) e de Zumbi. Assim, o jornal revive uma memória esquecida na sociedade racista brasileira, que silencia esse quilombo que existiu durante cerca de 100 anos no Brasil escravocrata. O veículo, ao renascer essas memórias, reivindica seu papel de continuador de um quilombo, como mostra o excerto, “nem o tempo, nem o espaço conseguiu abafar o grito de liberdade desse líder negro e hoje essa mesma comunidade gera o renascimento de Zumbi” (Negração, 1988, n.1,p.3). Portanto, ao ressurgir essa prática de organização e luta negra, o

⁵¹ Os arquivos do jornal “NegrAção” estão disponíveis digitalmente em: <https://negritos.com.br/2018/03/13/negracao/>

jornal assume uma práxis quilombola, sendo então os continuadores do legado de Zumbi, como foi discutido no capítulo 2. A historiadora Beatriz Nascimento, ao explicar o significado que o quilombo exerce para os negros no país, evidencia que o “quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, de comportamento de africano e seus descendentes e esperança para uma melhor sociedade” (2018, p.292).

Em seguida, há um texto de críticas ativistas sobre a constituição intitulado “O que diz o nosso diretor político sobre a Constituição”. A matéria aborda falhas em questões de salário, terra, habitação, emprego, saúde e educação. A saber, a Constituição da República Federativa Brasileira foi lançada em 05 de outubro de 1988, data bem contemporânea à primeira edição do veículo. Esse é um discurso bem presente dentro do Jornalismo Negro, as críticas à Constituição, desde a primeira do país, em 1824. Ainda nesta edição, o *NegrAção* traz matérias sobre o racismo na constituição de 1988, mulher negra na política, mulher Negra dirige Afoxé, discussão sobre a palavra Àçê e muito mais. Nas décadas entre 1980-1990, emergem jornais negros organizados por mulheres negras, assim como o *NegrAção*, são lançados, por exemplo, o *Nzinga* (1985), *Geledés* (1988) e *Omnira* (1993). Desse modo, abordam de maneira abrangente pautas das mulheres negras, que por muito tempo não foram tratadas no Jornalismo Negro e/ou se constituíam como seções dos jornais.

No editorial da edição n.º2 de fevereiro/março, de 1989, faz uma reflexão sobre a conjuntura política do país no ano das eleições e a importância dos negros, sendo a maioria da população, se aprofundarem deste debate. Além disso, realiza uma crítica que relaciona a democracia racial e o desfile das escolas de samba no Rio de Janeiro e, também, fala do descaso das autoridades na manutenção desses espaços culturais negros durante o ano. Ao lado, a matéria “Imprensa Negra: Instrumento de Luta” aborda a necessidade da comunidade negra ter sua própria fonte de informação, visto que os jornais hegemônicos abafam as reivindicações dessa população. Assim, o veículo analisa que a população negra está pronta e aberta para esse novo formato de jornalismo, porém, há pouco sentimento de ser parte de uma comunidade, no que tange à colaboração e manutenção dos jornais negros.

No próximo editorial de fevereiro/março de 1990, o *NegrAção* retorna ao tocar em assunto semelhante da importância dos “herdeiros de zumbi” participarem e colaborarem com os instrumentos de luta dos afro-brasileiros, como os jornais negros. É ano de eleições no país e há uma dedicação comum nos jornais negros em discutirem política dentro da comunidade negra, a fim de construírem uma unidade e lutarem por suas próprias questões. Essa discussão da política eleitoral e de candidaturas negras emerge no século XX e continua até hoje em

jornais negros como o *Alma Preta*. A temática afro-religiosa também ganha força mais uma vez no veículo, com matéria sobre o significado de Xangô Alafin na Nigéria e acerca da religião dos Yorubás. Textos sobre a consciência negra e Zumbi dos Palmares entram em destaque, como também matérias com blocos de denúncia à violência e à crise econômica do povo negro. Ademais, a matéria “Axé Yanomani” denuncia a invasão das terras indígenas e presta solidariedade aos povos yanomami.

Na última edição encontrada, de dezembro de 1990 e janeiro de 1991, o *NegrAção* na capa homenageia o militante afro-pernambucano Solano Trindade. Assim, é notável que essa memória e autovalorização de personalidades e da história do povo negro é uma característica desse modo de produzir jornalismo. No editorial, o destaque é na luta pela sede do Afoxé Alafin, neste exemplar há matérias sobre: lutas do povo África do Sul; experiência da sociedade quilombola para a comunidade negra; ritmo ijexá; organização do fórum de entidades negras de Pernambuco; denúncia de violência com crianças e adolescentes no país e avaliação da conjuntura política nacional e internacional. Diante dessas pautas, é possível identificar esses modos em comum de produzir Jornalismo Negro, inclusive porque o *NegrAção* opera com consciência da história desse jornalismo no país.

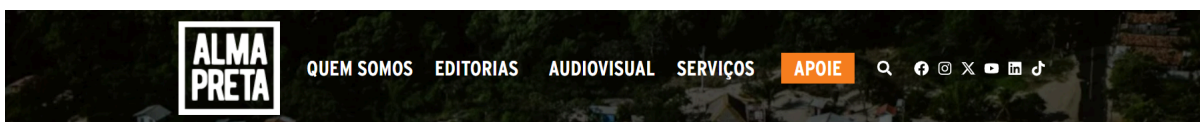
O *NegrAção* se encerra no início da década de 90, diferente do *Nêgo* que continua até 1993. Em Pernambuco, diversos jornais negros são criados nessa época: como o *Negritude*, *Angola*, *Djumbay* e *Abibiman*. Todos eles, Jornalismo Negro, cada um com uma especificidade de movimento negro, mas com discursos semelhantes no que tange o combate ao racismo e auto-organização da população negra. Não se sabe ao certo sobre o motivo de encerramento desses jornais, somente podemos inferir que em algumas matérias desses veículos são relatadas as dificuldades de manter uma imprensa negra. Por fim, essa foi uma breve análise do jornal *NegrAção*, que apesar de suas poucas edições, transforma os modos de ser jornalismo. Sendo criado por uma associação cultural negra do país, atua com engajamento político racial e com uma redação composta por mulheres negras.

Na década de 90, também surge a *Revista Raça* (1994), que trabalha com um formato discursivo diferente, focado em beleza negra, entretenimento, como também avança o mercado publicitário com personalidades negras. No final do século XX, também surge o jornal *Irohin* (1996), em Brasília, que demonstra um conteúdo político de combate ao racismo mais alinhado à política de esquerda e marca essa transição dos jornais negros impressos para os digitais, sendo o primeiro a fazer essa migração. No século XXI, o Jornalismo Negro se

expande com a internet e um dos principais jornais, o qual, na minha visão de análise, mais se relaciona com os movimentos negros, é o *Alma Preta Jornalismo*.

3.9 *Alma Preta - Jornalismo Preto e Livre* (2015 - 2024)

Imagem 8: Menu do site do Alma Preta, captura de tela de junho de 2024.



O *Alma Preta Jornalismo* é um jornal negro de São Paulo, fundado em 2015 a partir de um coletivo de estudantes negros da UNESP. O veículo foi escolhido para análise especialmente por conta do contexto histórico e formação discursiva diversa dos anteriores, abrangência na internet e relações com os movimentos negros. É importante pontuar que os jornais negros atualmente têm pouca relação institucional e política com movimentos negros, mas ainda os discursos referidos nesses jornais provêm de um engajamento político-racial. A análise do jornal foi realizada a partir dos conteúdos digitais disponíveis no jornal, principalmente o seu site⁵², manual de redação,⁵³ podcast⁵⁴ e das mídias sociais, como Youtube e Instagram. Com 9 anos de existência, o portal se identifica como especializado na temática racial e possui um grande alcance em relação aos anteriores. O que podemos aferir a partir dos seguidores nas mídias sociais, a exemplo do *Instagram* com cerca de 700 mil seguidores.

Esse jornal possui características diferentes dos outros analisados, por exemplo, criado, inicialmente, por estudantes universitários de comunicação, possui um manual de redação e apresenta uma mudança de formato em relação aos outros jornais negros. Jonas Pinheiro, que produziu sua dissertação sobre o jornal, afirma que:

As publicações do Alma Preta são voltadas para denúncia de casos de racismo, que são acompanhados, sobretudo quando ganham um certo nível de repercussão. Porém, o veículo não se restringe a noticiar acerca destes casos, existe um processo nas publicações da agência que é a criação e viabilização de novas referências para as populações negras. (2019, p.149)

⁵² Site do Alma Preta Jornalismo, disponível em: <https://almapreta.com.br/>

⁵³ O manual de redação está disponível digitalmente através do site Alma Preta Jornalismo, em: <https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-de-redacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experiencia-da-alma-preta.pdf>

⁵⁴ Podcast “Papo Preto” do jornal Alma Preta Jornalismo, disponível em: <https://open.spotify.com/show/1ia9VOADtILrmOnrQ3iRSE>

Esse é um diferencial observado no *Alma Preta* em relação aos demais jornais negros atuais, essa capacidade de denunciar o racismo, mas não restringir o conteúdo apenas acerca desse tema, ao explorar outras narrativas e temáticas raciais. Atualmente, o jornal traz editorias como: Cotidiano, Clima e Meio Ambiente, Política, Cultura, África e Diáspora, Quilombo e Segurança. Já pelas editorias é possível identificar características em comum desse Jornalismo Negro, como a cobertura da África e diáspora, cultura afro-brasileira e a editoria quilombo, que trata de uma educação e conscientização racial. Além de editoriais especiais, como: o *Black Stories*, *podcast Papo Preto* e *Memórias de Batuque*, canal do Youtube, a newsletter e presença nas redes sociais - *Facebook*, *Instagram*, *Linkedin*, *Tik Tok* e *X* (antigo *Twitter*).

Em um formato com editoriais semelhantes aos dos jornais hegemônicos, contudo coloca a população negra em destaque na criação de pautas e elaboração de textos. Em seu próprio editorial o portal estabelece o seu olhar para o mundo: “informar a sociedade a partir da perspectiva racial negra e periférica” (Quem somos, *Alma Preta Jornalismo*, 2023). O *Alma Preta*, também se utiliza de uma linguagem que modifica os padrões do jornalismo hegemônico para reivindicar perspectivas e subjetividades da maioria da população, como elucida Jonas Pinheiro: “os valores do jornalismo convencional (neutralidade, objetividade) são ressignificados para servir de instrumento na luta contra o racismo e na criação de novas referências para as populações negras” (2019, p.148).

Além de trazer a perspectiva racial em suas matérias, o *Alma Preta Jornalismo* não só tem influência dos movimentos negros atuais, como também se identifica como uma organização negra, como explica Pinheiro (2019, p.153) “mesmo não sendo um veículo de alguma organização responsável por noticiar as atividades, como o *Jornal Nacional do MNU*, por exemplo, neste caso a agência é uma organização que faz parte, junto com diversas outras, do que pode ser chamado de movimentos negros”.

Na editoria, África e Diáspora, é possível observar uma especificidade desse jornalismo, ao abordar pautas não só do Brasil, como também de outros países africanos ou de migração africana. Desde o jornal “*O Homem - Realidade Constitucional ou Dissolução Social*” marca uma confluência e relação entre os povos africanos e afrodescendentes presentes nesses jornais. Na editoria de Quilombo, o veículo traz artigos de diversos autores sobre resistências negras e, acerca dessa editoria, o manual explica: “há uma diversidade política imensa dentro do movimento negro e existem especialistas e intelectuais negros das mais diferentes áreas do conhecimento” (2023, p.11). A partir dessa concepção, podemos

enxergar uma ressignificação do que é o quilombo, assim como no jornal “*Quilombo - vida, problemas e aspirações do negro*”, que mesmo não sendo criado em uma terra remanescente quilombola, reconstrói essa prática via abordagens de luta e organização negra. Nos moldes estudados por Abdias Nascimento (1985) e Beatriz Nascimento (2021), os quais observo nessa pesquisa.

O *Alma Preta* emerge com um discurso pensado para as crianças negras, a editoria Alma Pretinha, uma especificidade desse jornal na história do Jornalismo Negro no país. Marca uma visão pensada no futuro da comunidade negra, que é a infância. Eles definem a editoria no manual como: “um esforço de valorização da infância negra por meio de atividades lúdicas, jogos, vídeos, histórias em quadrinho, entre outros recursos disponíveis em ambiente virtual” (2023, p.12). As matérias tratam sobre livros, filmes e uma noção relacionada à educação, a exemplo de “Falta de referências na escola barra construção de identidade positiva de crianças negras” (Alma Preta, 22 de nov. de 2024). As seções sobre educação já existiram em outros jornais negros, mas em uma perspectiva de formar consciência racial na comunidade, em um contexto em que as informações eram mais difíceis de circular do que no ambiente digital.

Sobre formações discursivas que desaparecem, no *Alma Preta*, práticas relacionadas a uma associação vão se esvaziando, mesmo com discursos de comunidade negra. A questão da proximidade, por ser um jornal com pretensão nacional e em formato digital, vai se perdendo. Mesmo o “Nêgo - Jornal nacional do MNU” e próprio “A Voz da Raça”, que eram jornais de influência nacional, possuíam características mais regionalistas e associativas, como podemos observar, nas colunas: De Jundiá, de Cabo Verde, de Campos do Jordão, entre outras (A Voz da Raça, 1933-1937) com notícias de integrantes daquelas regiões sobre o que se passava sobre o racismo, população negra e organização. Entretanto, é importante pontuar que ambos eram jornais de movimentos institucionais e em formato impresso, o que pode ter facilitado o associativismo. No *Alma Preta*, existem sim conteúdos de diversos locais, contudo, sem essa perspectiva de associação. Nele há um discurso de aquilombamento forte, como é possível observar na editora Quilombo, com matérias como, “Ocupar ruas de SP no dia da consciência negra: chega de chacinas, privatizações e de escala 6 x 1”, “Por que reeleger mulheres negras para a Câmara de Vereadores de São Paulo?” (Alma Preta, 20 de novembro e 02 de outubro de 2024).

Outra característica interessante é que o *Alma Preta* foi criado antes dos autores conhecerem a história do Jornalismo Negro no país, como mostra na entrevista aos integrantes

do jornal, na pesquisa de Pinheiro (2019). Entretanto, depois de criado o veículo eles puderam conhecer a história desse jornalismo e identificaram-se como participantes dessa história, como está relatado no manual do jornal: “a Alma Preta faz parte da Imprensa Negra (...) como nos periódicos do século 19 e 20, raça e racismo direcionam a linha editorial da Alma Preta” (2023, p.17).

Esse jornal que afirma sua identidade, sua perspectiva e se mostra ativo politicamente, é um exemplo marcante do Jornalismo Negro do início do século XXI e nas plataformas digitais. Ele se alimenta das fontes discursivas de diversos movimentos negros, participa dos debates políticos e produz uma comunicação pautada nas temáticas raciais. Sendo assim, uma comunicação que não é neutra tem cor, classe, gênero e lugares de fala (Pinheiro, 2019, p.153). O veículo, assim, afirma ser: “uma agência de notícias comprometida com o combate ao racismo estrutural e todas as desigualdades sociais do país” (Manual de redação Alma Preta, 2023, p.8).

No entanto, é necessário pontuar um alinhamento ao jornalismo hegemônico que o Jornalismo Negro atual tem prestado. A exemplo da editoria África e Diáspora⁵⁵ do jornal *Alma Preta*, mas que é possível observar em diversos jornais negros atuais. Em uma análise da editoria no período de janeiro a junho de 2024, em que foram publicadas 74 matérias, dessas, cerca de metade eram sobre temas, como: violência, guerras, protestos, desigualdade, epidemias e desastres naturais. A minoria das reportagens eram sobre educação (1), ciência (1), cultura (9), mas 5 dessas são da cobertura do mesmo evento, o Ciclo Afro.

Dessa forma, é fundamental questionar as coberturas realizadas especialmente em países africanos e também da diáspora americana, pois é preciso pensar em quais imagens estamos construindo sobre a população africana e afro-descendente. Assim como, o que diferenciaria essa cobertura de um jornal hegemônico, como a *Folha de São Paulo*. Com isso, o intuito não é negar a importância da editoria, das notícias e reportagens realizadas, porém refletir sobre o modo de produção jornalística e o que ela reverbera em um país com tanta desigualdade racial como o Brasil. Nos movimentos negros, é comum buscar perspectivas que resgatem nossa ancestralidade e memória, portanto, compreendo que é necessário os jornais negros atuais reflitam sobre a história do Jornalismo Negro e reconstruam essas formas e saberes, a fim de produzir um jornalismo que seja realmente por/para/sobre a população negra e que a retrate de forma abrangente, sem recorrer aos mesmos estereótipos que tanto nos enquadram.

⁵⁵ Editoria África e Diáspora do Alma Preta, disponível em: <https://almapreta.com.br/category/sessao/afrika-diaspora/>

Além disso, mesmo não sendo uma característica do jornal *Alma Preta*, é necessário pontuar que, desde o final da década de 1990, com um conteúdo que começou a partir da *Revista Raça*, a maioria dos jornais negros digitais tem se pautado em conteúdos sobre entretenimento. Principalmente do que está sendo chamado de jornalismo de fofoca e de celebridade. Assim, entendo que é preciso haver uma reflexão sobre esses modos de ser jornalismo negro e a quem interessa esses discursos.

Em síntese, a análise do capítulo 3 foi realizada com o intuito de verificar essas relações entre o Jornalismo Negro e os movimentos negros, principalmente, relacionadas aos discursos presentes nesses jornais. O objetivo foi selecionar um número de jornais que contemplasse a história desse jornalismo no Brasil. Compreendo que poderiam ser mais jornais, contudo, devido ao tempo da pesquisa e o fôlego para a análise, foram escolhidos esses nove títulos que apresentam características importantes para fundamentar essa pesquisa, como: relação discursiva e política com os movimentos negros, auto-organização, combate ao racismo e as desigualdades, educação, memória, abordagem da cultura negra, e da África e diáspora. Acerca dos procedimentos jornalísticos, é notável uma caracterização racial na escolha de pautas e de fontes, a mudança do que é valor notícia, o modo como retrata uma temática e sua linguagem política-racial, subjetiva e coletiva.

É necessário delimitar que há jornais com centenas de matérias, como o *Alma Preta*, e jornais do século XIX e XX que estão arquivados somente em poucas edições. Assim, o intuito não foi especificar um jornal, mas contextualizar e percorrer por uma história desse jornalismo. Não só o capítulo 3, mas compreendo que todos os capítulos da pesquisa são teóricos e analíticos. Na dissertação, tive uma grande preocupação em demonstrar o silenciamento e epistemicídio do Jornalismo Negro, como também de mostrar sua história, seus exemplos e relações com os movimentos negros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse percurso, destaco alguns resultados e contribuições que são importantes nessa pesquisa e podem colaborar com o campo jornalístico, histórico e racial. Por exemplo, identificar essa forma de produção comunicacional da população negra como um Jornalismo Negro, que possui suas próprias características, práticas e saberes. Inclusive, esses saberes e práticas próprias são fundamentados por suas relações com os movimentos negros. Assim, essa ênfase em identificar o Jornalismo Negro e suas relações com os movimentos partem de uma visão de que os saberes da população negra são construídos de forma coletiva. Outrossim, nessa lógica, um saber/prática é fortalecida por outro, não são excludentes, por isso, entendo que é jornalismo e também é movimento negro, os dois estão intrinsecamente relacionados. Desse modo, quando o Jornalismo Negro é definido como “panfleto de movimento negro”, é preciso virar a chave da pergunta e pensar, por quais razões ele não pode ser jornalismo e movimento negro? Logo, compreendo que a forma singular de enxergar o jornalismo é o que controla diversas versões de ser jornalismo.

O Jornalismo negro precisa ser pautado porque há um interesse público na temática racial, como mostra a lista de jornais negros na Tabela 1. Inicialmente, fiz um esforço de enquadrar o Jornalismo Negro em perspectivas hegemônicas de enxergar o jornalismo, pois há uma pressão e controle discursivo do que pode ser ou não jornalismo e essa pesquisa sofreu isso. Mas ao partir para um aprofundamento de leituras e análises, pude perceber que o Jornalismo negro construiu também seus próprios modos de produção jornalística. Formas que não estão frisadas apenas nos paradigmas objetivos, neutros e imparciais, pelo contrário, é um jornalismo que traz uma subjetividade, uma coletividade e assume uma posição político-racial na sociedade. Todavia, é importante pontuar que, em geral, os jornais negros na atualidade, possivelmente como uma forma de se auto legitimar na instituição jornalística, tem se utilizado de práticas hegemônicas para construir jornalismo.

Além disso, um dos objetivos dessa pesquisa foi abordar o silenciamento do Jornalismo Negro na história do jornalismo e nas grades curriculares do curso de jornalismo. Essa etapa foi importante para reivindicar a inclusão desse conteúdo dentro do campo jornalístico. Pessoalmente, na área da comunicação, ouvi muitos argumentos sobre o desconhecimento dessa forma jornalística ou sobre não ser jornalismo. Tais visões pude observar também nos livros de história do jornalismo, tanto pelas suas ausências como pela forma como era retratado o Jornalismo Negro. Assim, mesmo com a presença de leis que

abordam a inclusão da história africana e afro-brasileira em sala de aula, percebia que no jornalismo essa temática era pouco abordada, como foi verificado na Tabela 2.

Essa pesquisa nasceu a partir de um estudo que me afeta, como pessoa, profissional e estudante, foi através dessas três esferas que pude escrever. Por ser uma mulher negra, muitas vezes nossas falas e conhecimentos são deslegitimados, mesmo que elas venham de um local de muita leitura, pesquisa e vivência. Por ser uma jornalista e estudiosa desse campo, o silenciamento sobre o Jornalismo Negro sempre me incomodou e as definições de não-jornalismo nunca me bastaram. Foi ao estudar e trabalhar com Jornalismo Negro que, pelos estudos e vivências, escrevi essa dissertação.

Com isso, espero que essa pesquisa possa motivar estudos futuros no campo do jornalismo e das relações étnico-raciais. Nessa dissertação, optei por englobar uma história geral do jornalismo negro no Brasil, mas, diante da lista de 185 jornais negros, é possível realizar estudos sobre cada um desses veículos e, ainda, sobre jornais que possivelmente não estão listados. Também há a possibilidade de estudar esse jornalismo em cada estado, região e em outros países, tal como pesquisar as editorias específicas desse jornalismo. Conforme coloquei na disciplina, há ainda a possibilidade de estudar os diversos períodos e contextos do jornalismo negro no Brasil. Dessa forma, entendendo seu funcionamento na ditadura civil-militar, na redemocratização, na ditadura de Vargas, etc. Bem como, em momentos importantes para a comunidade negra brasileira, como o pós-abolição, a primeira lei contra o racismo, os 100 anos de abolição, as cotas raciais, etc. Desse modo, há uma série de novas pesquisas que podem ser geradas a partir dessa, assim como, diversos estudos e vivências me engajaram para construir essa dissertação.

É essencial considerar os múltiplos jornalismos que compõem o Brasil. Se limitarmos a análise das coberturas a partir dos jornais hegemônicos, estaremos perpetuando as visões que marginalizam a história e as populações minorizadas do país. Nós, como pesquisadores, temos que abrir os olhos e as palavras sobre as diversas epistemologias e produções dos povos que compõem o Brasil. Realizar esse tipo de pesquisa não é apenas uma questão de militância ou de pautas identitárias, como muitas vezes se diz de forma pejorativa. É uma forma de reparar historicamente uma academia e universidade baseada nos conhecimentos da branquitude.

Visões preconceituosas sobre pesquisas que estudam raça revelam que estamos, realmente, em uma *dívida impagável* (Ferreira da Silva, 2019). Por ser a população negra que sofreu/sofre com o apagamento histórico-científico-racial que tem sido a principal

responsável por reparar essa lacuna, resgatando sua memória e construindo futuros possíveis. Assim, essa dívida é paga por nós, pessoas negras, como foi possível observar na própria criação dos jornais negros no Brasil. Diante disso, a branquitude continua isenta do seu papel na continuação do racismo no país e, ainda, produz discursos contra as denominadas “questões identitárias”.

Acredito que não só o jornalismo, mas diversos campos de conhecimento, hoje, passam por uma crise em reconhecer que a academia, a formação e a profissionalização no Brasil foram construídas, principalmente, pela perspectiva universal da branquitude. Essa que exclui olhares, histórias, epistemologias e práticas negras e indígenas. Portanto, considero que essa pesquisa faz parte de uma transformação dentro do campo da comunicação, que está sendo realizada por muitos estudiosos e profissionais. Por exemplo, o Grupo de Pesquisa em Comunicação Antirracista e Pensamento Afro-diaspórico do Intercom, Fórum de Mídia Negra, Grupo de Trabalho “Comunicação, Raça e Interseccionalidades” da Compós, entre outros. Contudo, sempre vou destacar que, mais do que uma seção específica, a racialidade deve estar em todos os estudos.

Espero que esta pesquisa possa contribuir para o campo da imprensa negra — no que se refere aos estudos já realizados anteriormente sobre os jornais negros — e colaborar para que mais trabalhos nessa área sejam realizados. Na oficina que ministrei sobre a história da imprensa negra no Brasil no Intercom Nordeste, uma aluna de jornalismo me perguntou se eu sabia de algum jornal negro no país que escrevia em alguma língua africana. Falei que não conhecia; só sabia de dois jornais negros que traziam aspectos da língua Yorubá, mas que seria uma felicidade descobrir um jornal que escrevesse em uma língua que foi apagada no Brasil. Com isso, quero dizer que o Jornalismo Negro está em construção no passado, presente e futuro. Muito pode ser encontrado e criado ainda, pois aqui escrevo sobre uma área de conhecimento fundamentada, porém, que ainda há bastante o que investigar e construir.

É fundamental compreender que o tema do Jornalismo Negro não se limita à sua relevância para o campo jornalístico, mas possui uma importância significativa para a ampliação dos estudos raciais e para a compreensão mais aprofundada da história do nosso país. Estudar a história do jornalismo negro é reparar historicamente a história do jornalismo brasileiro, como também a memória das reivindicações e lutas da população negra. Eu sei, com base em minhas pesquisas de doutorado sobre jornalismo afro-diaspórico, que esse é um movimento internacional. Pois as reivindicações contra o racismo e a desigualdade, esteve presente na população negra a partir das colonizações. Nós não somos o retrato de um livro de

história preconceituoso, nós não somos um povo pacífico, afável e que aceita tudo calado. Somos uma população que produziu quilombos, candomblés, sambas, associações, movimentos, intelectualidades, jornalismo, etc.

Por fim, acredito ser essencial que a população negra brasileira se orgulhe de sua própria história e reconheça que não precisamos somente nos espelhar nos movimentos negros dos Estados Unidos. Existe uma trajetória profundamente nossa, marcada pelos quilombos e suas práticas quilombistas, que são características de diversas organizações negras no Brasil, incluindo o jornalismo negro. Essas raízes são fundamentais para entender a resistência e a construção de identidade da população negra no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMA PRETA. São Paulo, 2015 - 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

ALBERTO; ANDREWS; GARSKOF. **Vozes da Raça: Jornais Negros na América Latina, 1870–1960**. Cambridge University Press, 2022.

ALBUQUERQUE, A.; ROXO, M. . As Diretrizes Curriculares de Jornalismo e o modelo cartorial de ensino universitário. *Questões Transversais*, v. 3, p. 27-35, 2015.

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, V. T. **O Papel da Imprensa Negra Brasileira**. Revista Alterjor, São Paulo, vol.02, ed.20, p. (212- 228), julho-dezembro, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/157190/154463>.

A VOZ DA RAÇA. **Hemeroteca Digital Brasileira**. São Paulo, 1933-1937. Disponível em: <https://bdigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do Estado de S. Paulo**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. CXXI. Sociologia nº 2. Estudos Afro-Brasileiros. Coleção “Estudos”. Editora Perspectiva.

BARBOSA, M. **Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos**. Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 11-27, jul. 2009.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: O tempo presente**. Brasil 1980-2010. Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Editora Companhia das Letras, 2022.

BICUDO, Virgínia L. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo Edição organizada por Maio, Marcos C. São Paulo, Sociologia e Política, 2010.

BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BRASIL. Lei Nº 1, de 14 de janeiro de 1837. **Dispõe sobre a exclusão dos pretos da Educação no país.** Rio de Janeiro, RJ: Decreto da Assembleia Legislativa, 1837.

_____. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Promulga o Código Penal.** Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>.

_____. Decreto-lei nº 7.967/1945, de 18 de setembro de 1945. **Dispõe sobre imigração e colonização.** Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 1945.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira**”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Conselho Nacional de Educação: Brasília, DF, 2004.

_____. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

_____. Lei Nº 12.990, de 9 de junho de 2014. **Dispõe sobre a Lei de Cotas para concurso público.** Casa Civil: Brasília, DF, 2014.

BRASILE, Marcello. **Cáp. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835).** NEVES, Lúcia Maria B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (orgs.). **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder.** Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

CAMARGO, Angela. **Legislação sobre estrangeiros na Primeira República.** Memória da Administração Pública Brasileira. Brasília: Arquivo Público, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 339. São Paulo: Pós-graduação em Educação – Universidade de São Paulo, 2005.

CARVALHO, C. A. **O jornalismo, ator social colonizado e colonizador.** Curitiba: CRV, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CORREIA, Laura Guimarães. **Vozes Negras em Comunicação.** [s.l.] Autêntica Editora, 2019.

CORRÊA, Laura *et al.* (org.) . **Vozes Negras em Comunicação II**. [s.l.] Autêntica Editora, 2024.

DALHGREN, Peter. **Journalism as popular culture**. In: SPARKS, Colin; DAHLGREN, Peter (Ed.). *Journalism and popular culture*. Sage, 1992.

DANTAS, Paulo. **Construção de identidade negra e estratégias de poder: o movimento negro sergipano na década de 1990**. 264 f. Salvador: Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da UFBA, 2003.

DE ALBUQUERQUE, A. **A modernização autoritária do jornalismo brasileiro**. ALCEU - v. 10 - n.20 - p. 100 a 115 - jan./jun. 2010. Disponível em:<http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Albuquerque.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DE CARVALHO, Gilmar Luiz. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. 210. São Paulo: USP, 2009. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

DINIZ, J. Péricles. IV ENECULT -Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 28 a 30 de maio de 2008 **O PAPEL DO JORNAL NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE IDENTIDADES**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14430.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704.

DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil**. Cadernos pagu. 2007, vol.28, janeiro-junho, pp. 345-374.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo Negro. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 134-141.

DOMINGUES, Petrônio. Imprensa Negra. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018b, p. 305-312.

DUARTE, Constância; NUNES, Isabella. **Escrevivência : a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008

FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

FERRACIN DA SILVA, Ana C. **De “papa-péculios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX**. Tese de Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2006.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915 – 1963)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1985. Antropologia, 13.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019

FREYRE, Gilberto. 1936. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro, Editora Nacional.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)**. Rio de Janeiro: Livr. Quaresma, 1941. 416 p

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1972.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. v. I :Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; JUSTAMAND, Michel; OLIVEIRA, Gabriel Frechiani de. **Las evidências da presença africana no continente americano no período pré-colonial**. 06/2018, *Boletín Antropológico*, Vol. 36, Fac. 95, pp.43-61, Bogotá, Colômbia, 2018.

FOPIR, Fórum Permanente da Igualdade Racial. **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. 1ª edição, 2020. E-book.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA . **Raça, Gênero e Imprensa: quem escreve nos principais jornais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2023/06/TD-Raca-e-Midia.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Riode Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In: SANTOS, B.; MENEZES, M. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 492-516.

GOMES, Itania Maria Mota. O embaralhamento de fronteiras entre informação e entretenimento e a consideração do jornalismo como processo cultural e histórico. In: Elizabeth Bastos Duarte; Maria Lília Dias Castro. (Org.). *Em torno das mídias. Práticas e ambiências*. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2008, v. 1, p. 95-112.

GOMES, Itania. **Metodologia de Análise de Telejornalismo**. In: GOMES, Itania (org.). *Gêneros Televisivos e Modos de Endereçamento no Telejornalismo*. Salvador: EDUFBA, 2011c.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. 2.ED. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri e Puc Rio, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 25 out. 2024.

HARTMAN, Saidiya. **Vênus em dois atos**. *Revista ECO-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020b. Trad. Marcelo R. S. Ribeiro e Fernanda Silva e Sousa.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais**. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: Raça e representação**. Editora Elefante, 2019.

JÁCOME, P. **O jornalismo como singular coletivo: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno**. 2017. 259 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

JÁCOME, P. **Escravidão e Abolicionismo na imprensa mineira do século XIX**. *Revista Contemporânea| Comunicação e Cultura*, v.19, n.3, set-dez 2021 – 119-134.

KILOMBA, G.; OLIVEIRA, J. **Memórias Da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra, Volume 1**. Portugal: Publicações Europa-América, 1972.

LEAL, Bruno; JÁCOME, Phellipy; MANNA, Nuno. A “crise” do jornalismo: o que ela afirma e o que ela esquece. *Revista Líbero*, São Paulo - v.17, n.34, p.145-154, jul/dez. de 2014.

LEITE, Sílvia Cristina Costa. Centro de Cultura Negra do Maranhão. *Caderno de Pesquisa*, n. 63, p. 110-112, nov. 1987.

LIMA, Samuel Pantoja Lima (Coord. Geral); MICK, Jacques et al. Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3yefuaC>. Acesso em: 1 out. 2022.

LORDE, Audre. 2019. **Irmã Outsider**: Ensaios e conferências. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

Manual de Redação: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta. 2023.

MAIA, Jussara P.; NAKAGAWA, Regiane, org. **Comunicação, memória e sensibilidades: visões periféricas**. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2022.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, A. O poder do arquivo e seus limites. Tradução de Camila Matos. Disponível em: <https://memoriayficcao.files.wordpress.com/2019/08/mbembe-achille-o-poder-do-arquivo-e-seus-limites-1.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023. Publicado originalmente em inglês como “The power of the archive and its limits”. In: HAMILTON, C.; HARRIS, V.; TAYLOR, J. et al. (org.). *Refiguring the archive*. 1. ed. Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 32-36.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v. 1. 560p.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <
https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf>.

MOURA, Clóvis. **Imprensa negra**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1984.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: uma alternativa política afro-brasileira. In: Afrodiásporas. Revista de Estudos do Mundo Negro. Ano 3, n. 6 e 7, abr./dez. 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento - quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição**. São Paulo: União dos Coletivos Pan-africanistas, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organizador: Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NEGRAÇÃO. **Projeto Negritos**. Olinda, 1988-1991. Disponível em: <https://negritos.com.br/2018/03/13/negracao/>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2024.

NÊGO. **Projeto Negritos**. Salvador, 1981-1993. Disponível em: <https://negritos.com.br/2019/01/14/nego/>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2024.

O HOMEM. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Recife, 1876. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/homem/827509>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

O HOMEM DE COR. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Rio de Janeiro, 1833. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/homem/701815>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935**. 149 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O PROGRESSO. **Biblioteca Nacional**. São Paulo, 1899. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn%3Aaaid%3Asc%3AUS%3A70953441-70ae-35c1-8998-d3617fca530d>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

OLIVEIRA, Nathalia. **A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileira no período do Estado Novo (1937-1945)**. 173 f. Rio de Janeiro: UFF, 2015. Dissertação (Mestrado em História).

OLIVEIRA DE ANDRADE, A.; FURTADO VELOSO, M. do S. Que o giro se faça roda: o jornalismo antirracista das mídias negras como movimento circular e decolonial. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21880. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21880>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PAIM, Márcio. **Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai.** Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VII, N°XIII, Julho/2014.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Do Movimento Negro à Cultura de Consciência Negra.** Reflexões Sobre o Antirracismo na Sociedade Brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. p. 42.

Perfil Racial da Imprensa Brasileira, 2021. Disponível:
<http://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf>, acesso em 10 de dez de 2024.

PINHEIRO, Jonas de Jesus. **Alma preta e Afirmativa:** experiências contemporâneas de mídias negras na luta contra o racismo. 176f. Bahia, 2019. Dissertação – Mestrado em Comunicação. Centro de Artes, Humanidades e Letras, : Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899).** 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

PIRES, Thula. **Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro.** Rev.Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, 2018, p.1054-1079.

PRADO, Daniel; SILVA, Gabriela. Jornal Chico Rei de Poços de Caldas (1987-1989). Revista do Lhiste, Porto Alegre, n.3, vol.2, jul/dez. 2015.

QUEIROZ, Martha Rosa F. (2011). Do Angola ao Djumbay: imprensa negra recifense. Cadernos de Pesquisa do CDHIS (UFU. Impresso), vol. 24, pp. 531-554, 2011.

QUIJANO, Aníbal (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. Journal of world-systems research, v. 11, n. 2, p. 342-386. _____ (2005).

QUILOMBO. **O jornal Quilombo.** Rio de Janeiro, 1948-1950. Disponível em:
<https://www.ojornalquilombo.com.br/>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, Luan M. Atravessamentos étnicos, raciais e de gênero no jornalismo alternativo: atitudes decoloniais em contraponto à objetividade jornalística. Vol. 21, 2023 - 166018, Sessão Coordenada - SBPJOR.

SANTOS, Joel. **Movimento negro e crise brasileira**”. Revista Política e administração. Rio de Janeiro: n°. 2, 1985, p. 287-307.

SANTOS, José Antônio dos. Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/josesantos.pdf>. Acesso em: 10 de nov 2024.

SCHUDSON, M. O modelo americano de jornalismo: exceção ou exemplo?. *Comunicação & Cultura*, n. 3, p. 115-130, 1 jan. 2007.

SILVA, Maria Aparecida Pinto. **A voz da raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco**. São Paulo, Tese de Doutorado, PUC, 2003.

SILVA, Wellington. **A cor do jornal - Exclusão e inclusão do negro na imprensa brasileira**. 2020. 167 f. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio Janeiro.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRE, Muniz. **Pensar Nagô**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**. Uma radiografia do racismo nacional. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2023.

SOUSA, Jorge Pedro. Breve história do jornalismo no Ocidente. s/d. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em dezembro de 2024.

ROMANCINI, Richard e LAGO, Claudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

ROMERO, Silvio. **Contos Populares do Brasil**. Londres: Editora Forgotten Books, 2018.

ROSA, Isabel Cristina. Imprensa Negra: descobertas para o jornalismo brasileiro. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. 1, Nº 1, Julho a Dezembro de 2014.

VIANA, Hélio. **História do Brasil colonial: para a terceira série ginásial**. Ed. Nacional, 1945.

VILAS BOAS ARAÚJO, Valéria. **Contar não é o mesmo que viver: jornalismo e subjetividade na atuação do repórter na televisão brasileira**. 2018. 370 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VILAS BÔAS, V. M. Mulher, Negra e Repórter: atravessamentos entre gênero, raça, subjetividade e telejornalismo na trajetória de Glória Maria. *Revista Eco-Pós*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 165–184, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27620. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27620. Acesso em: 11 dez. 2024.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

W.E.B. Dubois. **Black Reconstruction in America**, 1860-1880. Nova York: Touchstone, 1995.

ANEXOS - MINICURSO DE JORNALISMO NEGRO NO BRASIL

Durante minha pesquisa de mestrado, inscrevi-me comoicineira em diversos congressos para divulgar a temática do Jornalismo Negro no Brasil. Em 2023, ministrei um minicurso sobre o tema no Intercom Nordeste, realizado na UFCG. Foi uma experiência enriquecedora, na qual me surpreendi com a participação de mais de 40 estudantes, que se mostraram interessados e esclareceram diversas dúvidas sobre o assunto. No minicurso, abordei a história do Jornalismo Negro no país, sua relevância tanto jornalística quanto acadêmica, e distribuí cartilhas sobre o tema. Ao discutir o conceito de epistemicídio com os alunos, fui motivada a investigar os currículos dos cursos de jornalismo nas universidades brasileiras, o que resultou nesta pesquisa.

Ainda em 2023, no evento In-Comunicações, promovido pelo Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, realizei o mesmo minicurso. Essa experiência foi particularmente significativa, pois a oficina ocorreu durante o horário da graduação em jornalismo, o que garantiu a presença de diversos alunos do curso. A cada aprendizado adquirido com a dissertação, fui aprimorando o minicurso, ao mesmo tempo, em que também aprendi muito com os participantes. Esse processo me proporcionou ideias fundamentais, como a defesa da importância de um Jornalismo Negro e a necessidade de produzir materiais didáticos específicos sobre o tema. Abaixo segue uma imagem da oficina na UFCG, coloco apenas uma foto minha, pois não tenho o direito sobre a imagem dos minicursos.

Figura 12: Minicurso de Jornalismo Negro, UFCG, 2023.

